



SUPLEMENTO DO DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

Ano IX Nº 117

Brasília, quarta-feira, 28 de junho de 2000

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MESA DIRETORA

Presidente: Edimar Pireneus (PMDB)

Vice-Presidente: Gim Argello (PMDB)

1º Secretário: Wasny de Roure (PT)

2º Secretário: Daniel Marques (PMDB)

3º Secretário: Benício Tavares (PTB)

Suplentes da Mesa: César Lacerda (PTB) e Chico Floresta (PT)

I - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente: Wilson Lima (PSD)

Vice-Presidente: Alírio Neto (PPS)

Membros Efetivos: Alírio Neto (PPS), Anilcéia Machado (PSDB), Benício Tavares (PTB), Lúcia Carvalho (PT), Sílvio Linhares (PMDB), Renato Rainha (PL) e Wilson Lima (PSD)

Suplentes: Aguinaldo de Jesus (PFL), César Lacerda (PTB), Chico Floresta (PT), Daniel Marques (PMDB), Nijed Zakhour (PMDB), Rajão (PMDB) e Rodrigo Rollemberg (PSB)

II - COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Presidente: César Lacerda (PTB)

Vice-Presidente: Aguinaldo de Jesus (PFL)

Membros Efetivos: Aguinaldo de Jesus (PFL), César Lacerda (PTB), Daniel Marques (PMDB), João de Deus (PDT), Rodrigo Rollemberg (PSB), Xavier (PPB) e Wasny de Roure (PT)

Suplentes: Alírio Neto (PPS), Anilcéia Machado (PSDB), Benício Tavares (PTB), Jorge Cauhy (PMDB), Maria José Maninha (PT), Paulo Tadeu (PT) e Renato Rainha (PL)

III - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Presidente: Maria José-Maninha (PT)

Vice-Presidente: Paulo Tadeu (PT)

Membros Efetivos: Jorge Cauhy (PMDB), José Edmar (PMDB), Maria José-Maninha (PT), Nijed Zakhour (PMDB), Paulo Tadeu (PT), Rajão (PMDB) e Tático (PSC)

Suplentes: Chico Floresta (PT), Daniel Marques (PMDB), Lúcia Carvalho (PT), Renato Rainha (PL), Rodrigo Rollemberg (PSB), Sílvio Linhares (PMDB) e Wilson Lima (PSD)

IV - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Presidente: Alírio Neto (PPS)

Vice-Presidente: Chico Floresta (PT)

Membros Efetivos: Alírio Neto (PPS), César Lacerda (PTB), Chico Floresta (PT), Sílvio Linhares (PMDB), Wasny de Roure (PT), Wilson Lima (PSD) e Xavier (PPB)

Suplentes: Anilcéia Machado (PSDB), Benício Tavares (PTB), Daniel Marques (PMDB), Jorge Cauhy (PMDB), Lúcia Carvalho (PT), Paulo Tadeu (PT) e Rodrigo Rollemberg (PSB)

V - COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Presidente: José Edmar (PMDB)

Vice-Presidente: Rajão (PMDB)

Membros Efetivos: César Lacerda (PTB), Jorge Cauhy (PMDB), José Edmar (PMDB), Paulo Tadeu (PT), Rajão (PMDB), Renato Rainha (PL) e Rodrigo Rollemberg (PSB)

Suplentes: Aguinaldo de Jesus (PFL), Alírio Neto (PPS), Benício Tavares (PTB), Chico Floresta (PT), Daniel Marques (PMDB), Nijed Zakhour (PMDB), e Tático (PSC)

Sumário

Lei 1

Lei

LEI Nº 2.558, DE 27 DE JUNHO DE 2000

(Autor do Projeto: Poder Executivo)

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2000 - 2003, nos termos do art. 166 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Faço saber que a Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou, o Governador do Distrito Federal, nos termos do § 3º do art. 74 da Lei Orgânica do Distrito Federal, sancionou, e eu, Vice-Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, na forma do § 6º do mesmo artigo, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2000 - 2003, estabelecendo, para o período, as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública do Distrito Federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada.

Parágrafo único. As diretrizes, os objetivos, as metas e as despesas a que se refere este artigo são especificadas nos anexos desta Lei, observada a seguinte estruturação:

I - anexo I - Metodologia e Caracterização do Distrito Federal;

II - anexo II - Políticas, Objetivos e Diretrizes;

III - anexo III - Diagnósticos, Objetivos e Diretrizes Setoriais;

IV - anexo IV - Metas e Orçamentação do Plano (à conta dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social);

V - Investimento das Entidades Paraestatais.

Art. 2º A Lei de Diretrizes Orçamentárias, em cada exercício, procederá ao detalhamento das metas estabelecidas no Plano Plurianual para o quadriênio 2000 - 2003.

Parágrafo único. Fica assegurado à Câmara Legislativa do Distrito Federal o acesso às informações do Sistema de Acompanhamento que serão produzidas com vistas à avaliação da programação orçamentária anual e da execução físico-financeira das metas a que se refere este artigo.

Art. 3º Os valores das despesas e das correspondentes necessidades de recursos, constantes do anexo IV desta Lei, são orçados segundo preços vigentes em fevereiro de 1999.

Art. 4º O Plano Plurianual poderá sofrer revisões, por meio de lei específica, que ocorrerão quando se observar a necessidade de ajustamento do Plano em razão de:

I - alterações da realidade social, econômica e financeira do Distrito Federal e do processo gradual de reestruturação do gasto público distrital;

II - mudanças ocorridas na legislação que trata das finanças públicas e classificações orçamentárias.

Art. 5º Durante a vigência do Plano Plurianual, para o quadriênio 2000 - 2003, as leis de diretrizes orçamentárias anuais, assim como os planos e programas setoriais que vierem a ser executados pela Administração Pública Distrital, deverão guardar coerência com as diretrizes e os objetivos constantes dos anexos II e III, ressalvadas as alterações ocorridas nas revisões previstas no art. 4º desta Lei.

Art. 6º O Poder Executivo apresentará à Câmara Legislativa do Distrito Federal, antes do encerramento do 1º período de cada sessão legislativa, relatório do exercício anterior, contendo a avaliação do cumprimento de metas e consecução dos objetivos previstos no Plano Plurianual.

§ 1º A Câmara Legislativa poderá solicitar a instalação de audiências públicas para os programas considerados prioritários ao desenvolvimento sócioeconômico do Distrito Federal.

§ 2º O primeiro relatório deverá ser apresentado até o encerramento do 1º período da sessão legislativa de 2001.

Art. 7º Caberá à Lei de Diretrizes Orçamentárias o detalhamento da programação anual prevista para cada exercício do período de 2001 a 2003.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

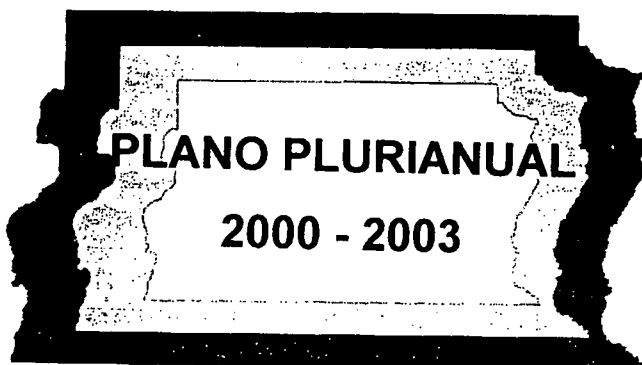
Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de junho de 2000


Deputado GIM ARGELLO
Vice-Presidente



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL



Março de 1999

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

PLANO PLURIANUAL 2000 - 2003

BRASÍLIA, 1999



DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA
Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

Coordenadoria de Editoração e Produção Gráfica da Vice-Presidência

Coordenador
Randal Martins Junqueira
Editora Executiva
Nelci Maria Stein

Reg. Prof. 147/02/62-MTB-DF
Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal
Redação: 348.8412 - 348.8963
SAIN - Parque Rural 70086-900 - Brasília-DF
www.cl.df.gov.br

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL
Joaquim Domingos Roriz

VICE-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL
Benedito Augusto Domingos

PROCURADORIA GERAL

Miguel Ângelo Farage de Carvalho

SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Gustavo Augusto Aurnheimer Ribeiro

SECRETARIA DA SOLIDARIEDADE

José Luiz Vieira Naves

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Manoel Paulo de Andrade Neto

SECRETARIA DE AGRICULTURA

Aguinaldo Leles

SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL

José Roriz Aguiar

SECRETARIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS

Odilon Aires Cavalcante

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Welington Luiz Moraes

SECRETARIA DE CULTURA

Maria Luiza Dornas Ramos

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Lázaro Marques Neto

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

Ivelise Maria Longhi Pereira da Silva

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Eurides Brito da Silva

SECRETARIA DE ESPORTES E VALORIZAÇÃO DA JUVENTUDE

Wagner Antônio Marques

SECRETARIA DE FAZENDA

Valdivino José de Oliveira

SECRETARIA DE GOVERNO

Benjamim Segismundo de Jesus Roriz

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Antônio Luiz Barbosa

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

IIdeu Leonel de Oliveira Paiva

SECRETARIA DE SAÚDE

Jofran Frejat

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Paulo Érico Silva Castelo Branco

SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Wigberto Ferreira Tartuce

SECRETARIA DE TRANSPORTES

Abdala Carim Nabut

SECRETARIA DE TURISMO E LAZER

Lourival Zagonel dos Santos

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA PARA ASSUNTOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL
Cícero Miranda Filho

ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS
Herman Ted Barbosa

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA - RA I

Marcos Arruda da Cunha Rego

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA - RA II

Vicente de Paula Ribeiro

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA - RA III

Valdemar da Silva Aguiar

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA - RA IV

Elivaldo José Ferreira

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO - RA V

Paulo Cavalcante de Oliveira

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA - RA VI

Nilton Gonçalves Guimarães

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANÓIA - RA VII

Rubin Nestor Bender

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE - RA VIII

Marco Túlio Santana Rios

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA - RA IX

Eduardo Gomes da Silva

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ - RA X

Divino Alves dos Santos

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO - RA XI

Francisco Pires Teixeira

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA - RA XII

José Adenauer Aragão Lima

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA - RA XIII

Indalécio Martins Dal Secchi

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO - RA XIV

José Carvalho Pereira Júnior

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS - RA XV

Rubens Alves Gomes

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL - RA XVI

Marcelo França do Amaral

Soares

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO - RA XVII

Milton Barbosa Rodrigues

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE - RA XVIII

Marco Antônio dos Santos Lima

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA - RA XIX

João Dantas dos Santos

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	08
ANEXO I - Metodologia e Caracterização do Distrito Federal	09
1 - Metodologia	10
1.1 - Estruturação do Plano	10
1.2 - As Diretrizes Norteadoras do Plano	11
1.3 - As Tabelas Constantes do Plano	11
1.4 - Financiamento do Plano	12
1.5 - Termos Técnicos Utilizados no Plano	18
2 - Caracterização do Distrito Federal	19
2.1 - Espaço Físico Territorial	19
2.2 - Dados Demográficos	19
2.3 - Aspectos Econômicos	19
2.4 - Emprego e Renda	20
2.5 - Setores da Economia	20
2.5.1 - Agropecuário	20
2.5.2 - Industrial	21
2.5.3 - Comércio e Serviços	21
2.6 - Infra-Estrutura Econômica	21
2.6.1 - Energia	21
2.6.2 - Transporte	22
2.6.3 - Telecomunicações	22
2.7 - Aspectos Sociais	23
2.7.1 - Educação	23
2.7.2 - Saúde	23
2.7.3 - Segurança	26
2.7.4 - Habitação e Saneamento	26
2.7.5 - Cultura, Lazer e Turismo	28
ANEXO II - Políticas, Objetivos e Diretrizes	31
1 - Segurança e Bem Estar Social	31
2 - Desenvolvimento Econômico	32
3 - Modernização Administrativa do Estado	33
ANEXO III - Diagnósticos, Objetivos e Diretrizes Setoriais	35
1 - Poder Legislativo	36
- Câmara Legislativa do Distrito Federal	37
- Tribunal de Contas do Distrito Federal	38
2 - Poder Executivo	41
- Gabinete do Vice-Governador	42
- Procuradoria Geral do Distrito Federal	44
- Secretaria da Criança e Assistência Social	46
- Secretaria da Solidariedade	49
- Secretaria de Administração	51
- Secretaria de Agricultura	54
- Secretaria de Articulação para o Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal	57
- Secretaria de Assuntos Fundiários	59
- Secretaria de Comunicação Social	62
- Secretaria de Cultura	63
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico	66
- Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação	68
- Secretaria de Educação	70
- Secretaria de Esportes e Valorização da Juventude	73
- Secretaria de Fazenda	75
- Secretaria de Governo	80
- Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia	81
- Secretaria de Obras	86
- Secretaria de Planejamento	93
- Secretaria de Saúde	95
- Secretaria de Segurança Pública	98
- Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda	100
- Secretaria de Transportes	103
- Secretaria de Turismo e Lazer	105
- Secretaria Extraordinária para Assuntos da Previdência Social do Distrito Federal	109
ANEXO IV - Metas e Orçamento do Plano (à conta dos orçamentos Fiscal e Seg. Social)	110
1 - Poder Legislativo	111
- Câmara Legislativa do Distrito Federal	
- Tribunal de Contas do Distrito Federal	
2 - Poder Executivo	
- Gabinete do Vice-Governador	
- Procuradoria Geral do Distrito Federal	
- Secretaria da Criança e Assistência Social	
- Secretaria da Solidariedade	
- Secretaria de Administração	
- Secretaria de Agricultura	
- Secretaria de Articulação para o Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal	
- Secretaria de Assuntos Fundiários	
- Secretaria de Comunicação Social	
- Secretaria de Cultura	
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico	
- Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação	

- Secretaria de Educação	
- Secretaria de Esportes e Valorização da Juventude	
- Secretaria de Fazenda	
- Secretaria de Governo	
- Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia	
- Secretaria de Obras	
- Secretaria de Planejamento	
- Secretaria de Saúde	
- Secretaria de Segurança Pública	
- Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda	
- Secretaria de Transportes	
- Secretaria de Turismo e Lazer	
- Secretaria Extraordinária	
ANEXO V - Investimento das Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista	
- Centrais de Abastecimento do Distrito Federal	
- Sociedade de Abastecimento de Brasília	
- Companhia Energética de Brasília	
- Companhia de Água e Esgotos de Brasília	
- Companhia Imobiliária de Brasília	
- Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília	

APRESENTAÇÃO

Os objetivos, diretrizes e metas governamentais contidos neste Plano foram inspirados na necessidade de que profundas mudanças precisem ocorrer no Distrito Federal, de forma a permitir a retomada do crescimento econômico e a melhoria da qualidade de vida de sua população, recuperando, desta maneira, o seu papel de participante ativo no desenvolvimento regional e nacional.

Nesse sentido, o Governo do Distrito Federal materializa seus compromissos de campanha, integrando suas diretrizes com aquelas traçadas pelo Governo Federal, tanto no que diz respeito às premissas mais gerais relativas ao desenvolvimento do país, quanto à eficiência na utilização dos recursos públicos.

Todas essas transformações não se constituem apenas em uma opção política mas, fundamentalmente, na premência de uma modernização administrativa, econômica e social, exigida neste momento histórico que demarca o limite entre o próximo século e o próximo milênio, através de um modelo que busque levar o Distrito Federal à contemporaneidade com as grandes mudanças que estão ocorrendo no país e no mundo.

ANEXO I

Metodologia e Caracterização do Distrito Federal

METODOLOGIA E CARACTERIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

1. METODOLOGIA

1.1 ESTRUTURAÇÃO DO PLANO

Este plano é o instrumento do governo para a apresentação da ação planejada e coordenada no período 2000/2003. Compõe-se de anexos que conformam as informações necessárias para possibilitar a execução do programa de governo, no prazo delimitado pelo quadriênio de sua vigência.

No primeiro anexo encontram-se a parte descritiva e informações gerais sobre o Distrito Federal. Aqui é feita uma sucinta caracterização do Distrito Federal e apresentação de informações georeferenciadas sobre a distribuição espacial de alguns serviços e equipamentos públicos. Com essas informações gerais procura-se contextualizar o cenário sobre o qual dar-se-á a ação governamental prevista no plano. Neste trecho também é apresentada a base metodológica do Plano e sua estruturação.

Na segunda parte, é feita a apresentação das políticas, objetivos e diretrizes governamentais onde se declara o que se pretende para o Distrito Federal e sua população. São mostrados os rumos estratégicos a serem tomados pelas ações do complexo governamental de forma a concentrar suas ações para que sejam vencidos os desafios propostos.

O terceiro anexo apresenta a contribuição de cada um dos órgãos de governo para tornar possível o que se declara na seção anterior. Deste modo, apresenta como o setorial organizou seus objetivos e diretrizes. Será esta seção que fará a ligação entre o discurso e a prática. Cabe ressaltar que neste plano fez-se a opção pelo enfoque setorial na apresentação das ações planejadas, buscando dar maior visibilidade para a melhor coordenação das ações de governo.

No anexo IV estão constantes a descrição das metas físicas regionalizadas para o quadriênio e o aporte de recursos que serão necessários para a consecução dos objetivos propostos na seção anterior. No caso da administração direta os recursos são apresentados em subfunções, agregados em despesas de capital, decorrentes de capital e de duração continuada.

Outro ponto digno de referência, no que se refere aos anexos III e IV, é a classificação de metas relacionadas a atividades institucionais e projetos e novas atividades. Considera-se atividades institucionais aquelas relacionadas a execução de ações habitualmente executadas pelo órgão setorial. Em projetos e novas atividades classifica-se tudo o que visa conferir um novo enfoque à atuação do órgão. Com essa distinção será possível fazer a apreciação do que se planeja introduzir no cenário da atuação governamental ao longo da execução do plano.

No caso das empresas públicas e sociedade de economia mista é feita a apresentação dos recursos destinados aos seus investimentos, procurando regionalizar a sua atuação nos quatro anos. O trecho que dispõe sobre as empresas encontra-se no anexo V deste Plano.

1.2 AS DIRETRIZES NORTEADORAS DO PLANO

Durante a elaboração do plano dois princípios foram utilizados como norteadores ao longo do processo. O primeiro era o de elaborar um documento que obedecesse ao que determina a legislação e o outro era de organizar as informações de modo a facilitar tanto o trabalho de elaboração do plano quanto o seu posterior entendimento e utilização por todos que o consultassem.

Com relação ao primeiro princípio, procurou-se dar cumprimento ao parágrafo 2º do art. 149 da Lei Orgânica o qual estabeleça que do plano constarão objetivos, diretrizes e metas por região administrativa, quantificadas física e financeiramente, para o período de quatro anos. O mesmo parágrafo determina que as metas a fazerem parte do plano são aquelas relativas às despesas de capital e outras delas decorrentes e às relativas a programas de duração continuada.

O segundo princípio a ser obedecido na elaboração do PPA levou à estruturação dos trabalhos de modo que facilitasse a tarefa de alimentação dos dados por parte dos órgãos setoriais, facilitasse a execução de atividades de análise por parte do órgão central de planejamento e permitisse uma rápida consolidação de dados. Além disso, procurava-se como resultado final um produto que apresentasse, de modo simples e direto, a proposta da ação, para os quatro anos, dos diversos órgãos setoriais do complexo administrativo local.

Da busca da conciliação destas duas exigências básicas criou-se uma estruturação onde a despesa surgiu especificada conforme o detalhamento exigido e as metas associadas a estas despesas vêm quantificadas e regionalizadas para os quatro anos. Antecedendo essas informações físico-financeiras encontra-se uma parte textual, que apresenta as atribuições do órgão setorial a cargo do qual estará a execução destas metas, um rápido diagnóstico sobre o campo de atuação de suas atividades finalísticas, e objetivos e diretrizes que servirão como esteio para focalizar o campo de sua atuação durante a vigência do plano.

1.3 AS TABELAS CONSTANTES DO PLANO

A apresentação das metas do Plano Plurianual, para as despesas que se realizarão à conta do orçamento fiscal, é feita em tabelas que as agrupam por subfunções. A despesa para a consecução da meta é discriminada em despesa de capital, despesa decorrente de capital e despesas de programas de duração continuada. Assim, ao correr a linha que cruza as diversas colunas da tabela de descrição das metas para o quadriênio obtêm-se informações na seguinte sequência: descrição da meta e identificação da subfunção à qual está associada; unidade da meta e quantificação da previsão de realização para o ano 2000 e para o período 2001-2003; regionalização da meta para o período de quatro anos; detalhamento da despesa, por subfunção, para o ano 2000; apresentação da despesa (também por subfunção) do período 2001-2003.

No que se refere às empresas públicas e sociedade de economia mista, constará do plano apenas a parcela de suas despesas relativas a investimentos. Para a sua apresentação no plano, foram utilizadas três tabelas que buscam descrever os projetos da empresa, os objetivos que se buscam com a execução do projeto, as metas físicas previstas para o ano 2000 e para o período 2001-2003, a regionalização destas metas para o quadriênio, o total da despesa por projeto (no ano 2000 e no período 2001-2003) e totalização dos recursos provenientes do tesouro e de outras fontes (também para o ano 2000 e para o período 2001-2003). Cabe ressaltar que a apresentação destas despesas se fará em seção distinta daquela na qual será apresentada a despesa a conta do orçamento fiscal, no Anexo IV do Plano o qual trata de sua orçamentação.

Não constam neste Plano, salvo na Procuradoria Geral, as despesas relativas a precatórios judiciais, tendo em vista, a dificuldade de projeção do valor de indenizações derivadas de ações ajuizadas.

A incerteza quanto ao montante a ser pago, aliada à falta de precisão de outras ações que possam demandar comprometimento de recursos a partir do primeiro ano de vigência do Plano, impede que se estime os recursos necessários, ao pagamento de precatórios, a constarem dos orçamentos futuros.

Os recursos destinados aos pagamentos de inativos e pensionistas da administração direta encontram-se alocados na Secretaria de Administração – SEA, com exceção das secretarias de Fazenda, Educação, Saúde, Segurança Pública e da Procuradoria Geral do Distrito Federal os quais constam de seus próprios orçamentos.

1.4 FINANCIAMENTO DO PLANO

A evolução da situação macroeconômica do País vem configurando um ambiente bastante complexo para as finanças públicas, induzindo nas variáveis, determinantes para as receitas e despesas, comportamentos de difícil previsão.

Nesse contexto, o ajustamento dos valores para projeção da arrecadação requereu avaliação austera para definição das fontes de financiamento do Plano Plurianual para o período de 2000 a 2003.

Visando identificar as fontes de financiamento para os investimentos e ações previstas no Plano Plurianual foram realizadas análises que consideraram o comportamento histórico da receita tributária, das transferências constitucionais e voluntárias e demais fontes de receita. A partir desse estudo histórico, e considerando as novas perspectivas econômicas, foram definidas projeções do volume de recursos financeiros a serem arrecadados no período de vigência do Plano.

Sob essa ótica e agregando-se os resultados esperados com as ações a serem implementadas na modernização e fortalecimento da área fiscal e na atuação efetiva para o incremento das receitas, ressalta-se o cálculo projetado para a receita tributária.

TRIBUTOS DIRETOS

Inicialmente, atenta-se para os tributos IPTU¹, IPVA², ITCD³, ITBI⁴ e TAXAS utilizando-se, na previsão, informações específicas relativas ao montante do lançamento previsto, séries históricas de arrecadação e índices de inadimplência.

¹ Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
² Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
³ Imposto sobre Transmissão Causa Mortis ou Doação de Bens e Direitos
⁴ Imposto sobre Transmissão Iste Real Vício de Bens Imóveis por Natureza de Atuação Fiscal e de Direito Real sobre imóveis

12

IPTU

O valor lançado do IPTU para o ano de 1999 é de R\$ 164,16 milhões. Deduzindo desse total o valor lançado para os imóveis de propriedade da TERRACAP e considerando o índice estimado de inadimplência da ordem de 15%, a arrecadação efetiva do IPTU em 1999 poderá atingir R\$ 119,9 milhões, conforme demonstrado no Quadro I.

QUADRO I	
RECEITA DO IPTU PARA O EXERCÍCIO DE 1999	
	Valores nominais em R\$
Valor lançado do IPTU para 1999 (*)	164.163.772,01
(-) Valor lançado para os imóveis de propriedade da Terracap (*)	23.096.195,03
= IPTU potencial a arrecadar	141.067.576,98
(-) Inadimplência estimada (15%)	21.160.136,55
(=) Valor previsto da arrecadação do IPTU em 1999	119.907.440,43

(*) Fonte: SITAF

Para o quadriênio 2000-2003, avaliação preliminar da Secretaria de Fazenda, indica potencial de crescimento da arrecadação do IPTU em cinco por cento a cada ano.

Assim, a projeção de receita do IPTU no quadriênio é a seguinte:

RECEITA DO IPTU 2000-2003			
Valores em R\$ 1.000 a preços do ano de referência			
2000	2001	2002	2003
125.900	132.200	138.800	145.750

IPVA

O montante lançado do IPVA para o exercício de 1999 é de R\$ 86,8 milhões. Entretanto, considerando-se o índice histórico de inadimplência de 10% (dez por cento) e a receita adicional advinda da renovação da frota, espera-se que a efetiva arrecadação do IPVA em 1999 atinja R\$ 83,1 milhões, como pode ser observado no Quadro II.

QUADRO II	
RECEITA DO IPVA PARA O EXERCÍCIO DE 1999	
	Valores nominais em R\$
Valor lançado do IPVA para 1999 (*)	86.813.367,50
(-) Inadimplência estimada (10%)	8.681.336,75
(+) Estimativa de arrecadação adicional relativa aos carros 0 Km	5.000.000,00
(=) Valor previsto da efetiva arrecadação do IPVA em 1999	83.132.030,75

(*) Fonte: SITAF

Para o quadriênio 2000-2003, assumiu-se a hipótese de estabilização da arrecadação do imposto no patamar de R\$ 83,2 milhões.

ITCD

Considerando a receita média anual do tributo no período 1995-98, excluando-se o valor atípico verificado em junho/98, espera-se uma arrecadação do ITCD da ordem de R\$ 3.953 mil para 1999, conforme demonstrado no Quadro III.

QUADRO III				
RECEITA DO ITCD 1995-98				
Valores em R\$ 1.000 a preços de dezembro/98 (IGP-DI)				
1995	1996	1997	1998	Média anual ¹
2.775	4.346	3.985	4.707	3.953

Fonte Primária: SIATFEM

Para o quadriênio 2000-2003 adotando-se a mesma metodologia de média móvel, projeta-se a seguinte receita do ITCD:

RECEITA DO ITCD 2000-2003				
Valores em R\$ 1.000 a preços do ano de referência				
2000	2001	2002	2003	
4.215	4.292	4.153	4.220	

ITBI

Adotando-se a mesma metodologia de cálculo para o ITBI isto é, considerando-se a receita média anual do imposto no período 1995-98, a arrecadação do ITBI deverá atingir R\$ 31.276 mil em 1999, conforme pode-se observar no Quadro IV.

QUADRO IV

RECEITA DO ITBI 1995-98				
Valores em R\$ 1.000 a preços de dezembro/98 (IGP-DI)				
1995	1996	1997	1998	Média anual
27.518	28.673	34.203	34.712	31.276

Fonte Primária: SIAFEM

Para o quadriênio 2000-2003 adotando-se a mesma metodologia de média móvel, projeta-se a seguinte receita do ITBI:

RECEITA DO ITBI 2000-2003				
Valores em R\$ 1.000 a preços do ano de referência				
2000	2001	2002	2003	
33.397	33.128	32.600	33.040	

14

TRIBUTOS INDIRETOS

ICMS

Sendo tributos que incidem sobre a produção e o consumo, o ICMS⁵ e o ISS⁶ dependem, dentre outros fatores, do comportamento de variáveis econômicas reais e monetárias. Assim, tratou-se os impostos indiretos (ICMS e ISS) com a concepção de um modelo de previsão que se propõe a captar o impacto do crescimento do PIB e da inflação sobre o comportamento da arrecadação desses tributos.

Em 1998, a taxa de inflação medida pelo IGP-DI foi de 1,7 %, enquanto a taxa de variação do PIB, segundo o IBGE, foi de 0,15 %. Para 1999, a desvalorização cambial, o aumento dos juros e a crise fiscal leva a inferir-se um aumento da taxa de inflação e queda do PIB, de forma que assumimos os valores de 1,115 para o efeito-preço e de 0,97 para o efeito-quantidade a serem aplicados sobre o valor nominal do imposto arrecadado em 1998.

Os resultados obtidos com base no modelo de previsão para o ICMS encontram-se no Quadro V, a seguir:

QUADRO V

PREVISÃO DO ICMS PARA 1999			
Valores em R\$ 1.000			
ICMS-98 (*)	Efeito-preço	Efeito-quantidade	ICMS-99 ²
[A]	[B]	[C]	[D]=[A]*[B]*[C]
970.418	1,115	0,97	1.049.556

(*) Fonte: SIAFEM.
1 dado pela evolução da inflação.
2 dado pela evolução do PIB.

ISS

À luz do mesmo modelo utilizado para o ICMS, o resultado alcançado é uma previsão de receita para o ISS em 1999 de R\$ 206 milhões, conforme Quadro VI.

QUADRO VI

PREVISÃO DO ISS PARA 1999			
Valores em R\$ 1.000			
ISS-98 (*)	Efeito-preço	Efeito-quantidade	ISS-99
[A]	[B]	[C]	[D]=[A]*[B]*[C]
190.670	1,115	0,97	206.219

(*) Fonte: SIAFEM.

⁵ Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação

⁶ Imposto Sobre Serviços

Por outro lado, a retração do nível de atividade econômica e a crise fiscal leva a acreditar-se que a contratação de serviços na economia local se retraia a ponto de não ser possível atingir a previsão de receita acima apontada. Desse modo, permite-se reavaliar a previsão para R\$ 194.219 mil, sendo a diferença de R\$ 12 milhões o volume de receita que não seria realizado por conta do cenário econômico atual.

TAXAS⁷

Considerando-se a arrecadação realizada em 1998 e assumindo uma estabilização na arrecadação de TAXAS, espera-se para o quadriênio 2000-2003 a receita demonstrada no Quadro VII.

QUADRO VII

RECEITA DAS TAXAS 1995-98				
Valores em R\$ 1.000 a preços de dezembro/98 (IGP-DI)				
2000	2001	2002	2003	
37.550	37.550	37.550	37.550	

Fonte Primária: SIAFEM.

Ante todo o exposto, e considerando-se um crescimento nominal estimado da ordem de 5% (cinco por cento) ao ano na arrecadação do ICMS e do ISS, o montante previsto da Receita Tributária do Distrito Federal para o período 2000-2003 é de R\$ 6,77 bilhões, conforme demonstrado no Quadro VIII.

QUADRO VIII

PROJEÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA PERÍODO 2000-2003				
Valores em R\$ 1.000				
RECEITA TRIBUTÁRIA	ANO			
	2000	2001	2002	2003
IPTU	125.900	132.200	138.800	145.750
IPVA	83.200	83.200	83.200	83.200
ITCD	4.215	4.292	4.153	4.220
ITBI	33.397	33.128	32.600	33.040
ICMS	1.102.035	1.157.135	1.214.990	1.275.740
ISS	201.020	208.050	215.330	222.870
TAXAS ¹	37.550	37.550	37.550	37.550
TOTAL	1.587.317	1.655.555	1.726.623	1.802.370

Ressalta-se que os valores apontados acima devem necessariamente ser revistos assim que surgirem novos elementos que modifiquem o atual contexto econômico-tributário.

¹ Inclui a Taxa de Limpeza Pública - TLP

A Tabela I, a seguir, apresenta a projeção anual para o total da receita estimada no período de 2000 a 2003.

TABELA I

PROJEÇÃO DA RECEITA PARA O QUADRIÊNIO DE 2000-2003

DISCRIMINAÇÃO	PROJEÇÃO			
	2000	2001	2002	2003
RECEITAS	4.636.111.865	4.693.993.865	4.775.205.133	4.861.399.699
- RECEITAS CORRENTES	4.604.241.308	4.672.479.308	4.753.690.676	4.839.865.142
- Receitas Tributárias	1.587.317.000	1.655.555.000	1.726.623.000	1.802.370.000
- Impostos	1.549.767.000	1.618.005.000	1.689.073.000	1.764.820.000
- ICMS	1.102.035.000	1.157.135.000	1.214.990.000	1.275.740.000
- IPVA	83.200.000	83.200.000	83.200.000	83.200.000
- ITCD	4.215.000	4.292.000	4.153.000	4.220.000
- ITBI	33.397.000	33.128.000	32.600.000	33.040.000
- IPTU	125.900.000	132.200.000	138.800.000	145.750.000
- ISS	201.020.000	208.050.000	215.330.000	222.870.000
- TAXAS	37.550.000	37.550.000	37.550.000	37.550.000
- Receita de Contribuições	152.089.657	152.089.657	152.089.657	152.089.657
- Receita Patrimonial	48.913.208	48.913.208	48.913.208	48.913.208
- Receita Agropecuária	17.769	17.769	17.769	17.769
- Receita Industrial	1.218.851	1.218.851	1.218.851	1.218.851
- Receita Serviço	81.287.286	81.287.286	81.287.286	81.287.286
- Transferências Correntes	2.562.800.855	2.562.800.855	2.572.944.123	2.583.391.689
- Participação na Receita da União	338.108.946	338.108.946	348.252.215	358.699.781
- FPE/FPM	111.206.907	111.206.907	114.543.114	117.979.407
- Cotas do IPI	40.403	40.403	41.615	42.864
- Transf. do IR	195.503.989	195.503.989	201.369.109	207.410.182
- Cotas do ITR	87.598	87.598	90.225	92.932
- Salário Educação ¹	31.270.049	31.270.049	32.208.151	33.174.396
- Outras Transferências da União	2.224.691.908	2.224.691.908	2.224.691.908	2.224.691.908
- Outras Receitas Correntes	170.596.682	170.596.682	170.596.682	170.596.682
- RECEITAS DE CAPITAL	31.870.557	21.514.557	21.514.557	21.514.557
- Operações de Crédito	10.356.000	0	0	0
- Alienação de Bens	0	0	0	0
- Amortizações	0	0	0	0
- Transferências de Capital	21.514.557	21.514.557	21.514.557	21.514.557

Fonte: Secretaria de Fazenda

1.5 TERMOS TÉCNICOS UTILIZADOS NO PLANO

Na elaboração do Plano foram utilizados termos técnicos comuns do vocabulário de planejamento e de orçamento, os quais são transcritos abaixo. Essa conceituação, uniformizada, visa o perfeito entendimento dos textos e tabelas que constituem este documento.

Recursos do Tesouro: compreende as receitas provenientes de impostos, taxas, contribuições parafiscais, recursos de operações de crédito, receita de alienação patrimonial e outros.

Recursos de Outras Fontes: envolve as receitas próprias das entidades que possuem autonomia financeira, como, por exemplo, as empresas públicas.

Despesas de Capital: as realizadas com propósito de formar e/ou adquirir ativos reais.

Despesas Decorrentes das Despesas de Capital: as de manutenção, conservação e funcionamento que, durante a vigência do plano, passarão a ser necessárias como consequência dos investimentos.

Despesas Correntes de Programas de Duração Continuada (descritas na tabela como Despesas de Duração Continuada): as realizadas com a manutenção dos equipamentos e com o funcionamento dos órgãos.

Diretriz: linha geral de ação estipulada de acordo com a política definida, tendo em vista o alcance de objetivos.

Objetivos: situação a ser alcançada a partir da ação de governo.

Meta: produto quantificado a ser obtido durante a execução da ação governamental.

Diagnóstico: compreensão e caracterização global de uma determinada situação-problema e na determinação da natureza e da magnitude de suas limitações e possibilidades.

2. CARACTERIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

2.1 ESPAÇO FÍSICO - TERRITORIAL

Com uma área de 5.789,16 Km², o Distrito Federal está localizado a Sudeste do Estado de Goiás, na Região Centro-Oeste do país. Os municípios limítrofes são na sua maioria pertencentes ao Estado de Goiás, apenas a sudeste, o Distrito Federal limita-se com o município mineiro de Cabeceira Grande. Divide-se em 19 Regiões Administrativas:

I - Brasília	472 km ²
II - Gama	276 km ²
III - Taguatinga	121 km ²
IV - Brazlândia	475 km ²
V - Sobradinho	572 km ²
VI - Planaltina	1.535 km ²
VII - Paranoá	853 km ²
VIII - Núcleo Bandeirante	80 km ²
IX - Ceilândia	230 km ²
X - Guará	45 km ²
XI - Cruzeiro	9 km ²
XII - Samambaia	106 km ²
XIII - Santa Maria	216 km ²
XIV - São Sebastião	384 km ²
XV - Recanto das Emas	101 km ²
XVI - Lago Sul	183 km ²
XVII - Riacho Fundo	56 km ²
XVIII - Lago Norte	66 km ²
IXX - Candangolândia	6 km ²

2.2 DADOS DEMOGRÁFICOS

Segundo a Contagem Populacional realizada em 1996, o Distrito Federal possuía 1.821.946 habitantes. Comparando com o Censo Demográfico de 1991, quando a população era de 1.601.094 habitantes, houve um incremento proporcionalmente menor (de 13,74%) nos últimos 5 anos, em relação ao período 1980/1991 que havia sido de 36,2%. A taxa de crescimento médio anual que era de 2,84 passou, no período de 1991/1996, para 2,62 por cento. A estimativa da população para o ano 2003 é de 2.167.022 habitantes.

A Região Administrativa de Ceilândia possui a maior concentração da população do Distrito Federal, com 342.885 habitantes, correspondendo a 18,82% do total, seguida por Taguatinga com 221.254 habitantes (12,14%) e Plano Piloto com 202.426 habitantes (11,11%).

2.3 ASPECTOS ECONÔMICOS

O Distrito Federal tem localização estratégica por situar-se no ponto central do território brasileiro, o que o torna uma região de influência imediata. Tem a mais elevada renda per capita do país, o que lhe assegura dinâmico mercado consumidor. Sua economia é caracteristicamente terciária, típica de modelo de desenvolvimento auto-sustentável, tanto pelas oportunidades de investimentos que oferece como pelas potencialidades regionais.

O setor terciário em 1996 respondia por 88,8% do PIB do Distrito Federal, o setor secundário por 10,4% (predominando a construção civil) e o setor agropecuário representava apenas 0,8%.

No período de 1990/1996, o Produto Interno Bruto do Distrito Federal apresentou um crescimento real de 21,7% ou 2,82% ao ano. Considerando-se que a população crescia 17% constata-se que o PIB teve aumento real de 4,7%.

2.4 EMPREGO E RENDA

Os resultados da Pesquisa de Emprego e Desemprego do DF mostraram que em dezembro de 1998, a taxa de desemprego registrada foi 19,9%. A População Economicamente Ativa - PEA no Distrito Federal foi estimada em 865,7 mil pessoas e o contingente em desemprego foi calculado em 172,4 mil.

A análise dos desempregados segundo atributos pessoais revela maior incidência entre as mulheres (53,9%), segundo-se os da faixa etária de 18 a 24 anos (37,8%), os não chefes de família (76,4%), os indivíduos com experiência anterior de trabalho (80,9%) e entre as pessoas com 1º grau incompleto (45,8%).

Dentre as 693,3 mil pessoas ocupadas no Distrito Federal, em 1998, 389,7 mil estavam trabalhando no setor serviços (56,2%), 139,9 mil na administração pública (20,2%) e no comércio havia 101,1 mil (14,6%).

O rendimento máximo auferido pelos 10% da população ocupada com menor renda em novembro foi de R\$ 150,00. Para os 10% dos ocupados mais ricos, o menor rendimento foi de R\$ 2.000,00. Para a categoria de assalariados, o valor máximo dos 10% de menor salário chegou a R\$ 210,00. Já o valor mínimo auferido pelos 10% de maiores salários era de R\$ 2.200,00.

2.5 SETORES DA ECONOMIA

2.5.1 Agropecuária

A agropecuária no Distrito Federal não se apresenta com nível de atividade relevante na economia, em termos de atendimento do mercado local, em que pese a melhoria de produtividade das principais culturas observadas nos últimos anos. É considerável o potencial das áreas cultiváveis, representado pelos 440 mil hectares de terras apropriadas à exploração rural. Embora dispondo de amplo mercado demandante de produtos agrícolas, a produção local é pouco significativa, excetuando a relativa aos hortifrutigranjeiros que atendem toda a demanda local.

Em relação à pecuária, o rebanho bovino vem apresentando considerável aumento e melhoria qualitativa. Em consequência, a produção de carne teve, nos últimos sete anos, incremento de cerca de 40% e a produção de leite praticamente dobrou. A avicultura também merece destaque, o rebanho de aves cresceu em torno de 50% e a oferta de carnes e ovos elevou-se em 47% e 144% respectivamente.

Mesmo com a melhoria observada nas atividades agropecuárias, a sua participação na formação do PIB continua baixa, apenas 0,8% de seu total. Relativamente à geração de empregos, a participação é mais elevada, próxima de 1,5%, por se tratar de atividades intensivas de mão-de-obra.

2.5.2 Industrial

As atividades industriais têm-se mantido, nos últimos anos, em torno de 10%, tanto na formação do PIB quanto na geração de empregos, levando-se em conta as atividades extrativas minerais, de transformação e da construção civil.

O setor industrial é composto de cerca de 2.450 estabelecimentos. A indústria de transformação absorve 48% de mão-de-obra, e a construção civil 47%.

Os segmentos que se apresentam com potencialidades e capacidades de dinamização são: informática, agroindústria, editoração e gráfica, produtos alimentícios, moveleiro, vestuário, jóias e gemas.

2.5.3 Comércio e Serviços

A estrutura produtiva da economia do Distrito Federal é caracteristicamente terciária, posto que os segmentos que compõem o setor serviços respondem por quase 90% da formação do PIB e da geração de empregos.

É grande a dependência do mercado de trabalho do setor público, considerando-se que mais da metade da mão-de-obra empregada é absorvida pelas atividades da esfera pública, aí computando-se educação, saúde, serviços de utilidade pública, serviços creditícios e financeiros e comunicações. Por sua vez, a contribuição da iniciativa privada é, em relação ao setor público, de 29% em educação, 42% em saúde, 25% em comunicações e 35% em serviços creditícios e financeiros.

2.6 INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA

2.6.1 Energia

A carga própria de energia apresentou uma variação positiva de 8,2% em relação a 1997, com a demanda máxima registrando carga de 676 MWh, ocorrido no mês de setembro de 1998, 5% a mais que a de 1997. As perdas, técnicas e comerciais, situaram-se em 9,6%.

O consumo de energia elétrica no Distrito Federal em 1998, cresceu 7,42% em relação a 1997 com aumento de 4,9% do número de consumidores no mesmo período.

É de se destacar que a Companhia Energética de Brasília - CEB ultrapassou, em 1998, a marca de 500 mil consumidores atendidos, sendo 85% classificados como residenciais. Relativamente ao conjunto das categorias, observa-se que as contribuições para o desempenho foram provenientes das classes comercial, industrial, residencial e poder público, que representam 88% do mercado da CEB, com aumentos de 12,3%, 7,3%, 5,9% e 5,0%, respectivamente. A classe rural teve uma elevação no consumo da ordem de 10,3%.

Na classe industrial, em 1998, o setor de cimento foi o que mais contribuiu para o crescimento de 12,7% sobre o consumo verificado em 1997, graças ao aumento da capacidade de produção das fábricas instaladas no Distrito Federal. A classe comercial, por sua vez, apresentou uma variação positiva de 12,3% em 1998, com uma expressiva participação do comércio varejista, que representa 25% do consumo total desta classe.

2.6.2 Transporte

O Distrito Federal constitui-se em ponto básico de interligação dos grandes eixos viários do país, tornando-se naturalmente ponto de interface dos principais corredores estratégicos de transporte. Internamente, a malha rodoviária do DF é composta de rodovias federais e distritais, com 803 km de vias pavimentadas.

O Sistema de Transporte Público Coletivo conta com uma frota de 2.198 veículos que fazem parte do serviço convencional, 108 veículos no transporte especial e 624 permissões para operar no transporte alternativo. Os serviços convencional e especial operam com cerca de 600 linhas diretas, das quais 73% são linhas de ligação

entre as cidades e 27% linhas internas em cada localidade. Pelo fato das oportunidades de emprego estarem concentradas no Plano Piloto (70%), a metade das linhas diretas estão ligadas a Brasília. No entre pico em função da baixa demanda de passageiros, parte significativa das linhas e da frota deixam de operar. O índice de passageiros por quilômetro (IPK) no Distrito Federal é dos mais baixos do país, devido às longas distâncias e pouca renovação de passageiros, o que acarreta uma das tarifas mais caras, embora o custo operacional não seja dos mais altos. Os tempos de espera são grandes, a tarifa é elevada, a qualidade dos serviços não é das melhores, por consequência, o transporte urbano do DF não vem apresentando respostas satisfatórias às necessidades da população.

O Metrô/DF foi concebido para atender às demandas de transporte entre o Plano Piloto de Brasília e as cidades de Taguatinga, Ceilândia e Samambaia, e atenderá de forma adicional ao Guará e Águas Claras. Esta área constitui hoje o corredor de transporte mais carregado do DF que com a implantação do Metrô, reduzirá o volume de tráfego dos três eixos e os congestionamentos hoje existentes no horário de pico. Considerando-se a limitação da oferta de lugares resultantes da frota de 20 trens, estimou-se uma demanda de 133 mil passageiros a serem transportados diariamente. Durante o período de pico, o Metrô irá transportar 18 mil passageiros por hora. O Metrô está funcionando em fase experimental e muito em breve estará em ritmo normal, consequentemente parte dos problemas mencionados serão solucionados.

2.6.3 Telecomunicações

A base instalada de terminais de telefonia convencional do Distrito Federal alcançou, em 1998, 545 mil linhas telefônicas correspondendo a 28,42 linhas para cada 100 habitantes, quase três vezes mais que a média nacional. O sistema celular teve um impulso muito grande, em 1998, quando da implantação da banda B, explorada por empresa privada, não só na melhoria do serviço como ao atendimento da demanda, dobrando o número de usuários.

O serviço de atendimento a telefonia através de telefones públicos no DF também vem crescendo, só em 1998 houve um acréscimo de 19%.

A rede de atendimento de correios e telégrafos continua apresentando uma boa estrutura no setor de telecomunicações. O DF conta com 71 agências de correios e 985 caixas de coleta.

2.7 ASPECTOS SOCIAIS

2.7.1 Educação

O Distrito Federal vem apresentando em relação às demais unidades federativas as maiores taxas de cobertura de matrícula do Ensino Fundamental (99%), relativamente à população de 7 a 14 anos, a melhor qualidade do ensino e o melhor salário pago aos professores.

O Censo Educacional realizado em março/98 registrou a existência de 990 estabelecimentos de ensino no Distrito Federal, sendo 564 da rede pública e 426 da rede particular. A rede pública teve na sua matrícula inicial 549.028 alunos e a rede particular 122.445. A oferta de vagas da iniciativa privada corresponde, portanto, a 22,3%, contra 77,7% da rede pública. São 22.801 professores que atendem a rede pública.

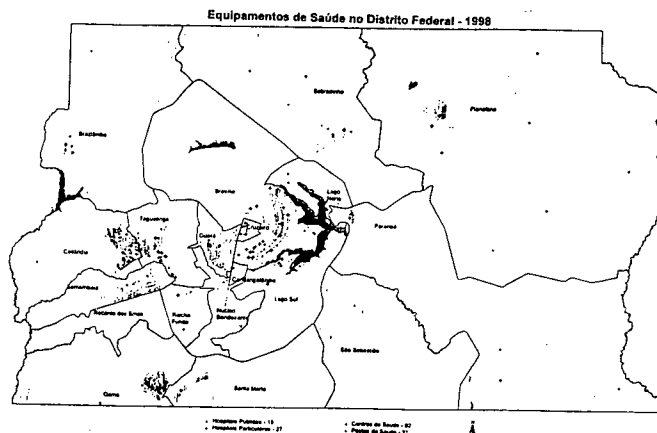
Pesquisa realizada pelo MEC aponta que a educação no Distrito Federal vem reduzindo os índices de abandono escolar e elevando os índices de aprovação, tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio, contribuindo portanto para equacionar os grandes desníveis educacionais que persistem na sociedade brasileira atual.

2.7.2 Saúde

A rede hospitalar do Distrito Federal é composta de 13 hospitais distritais, com 2.680 leitos, 2 hospitais federais, com 620 leitos, e 27 hospitais particulares, com 1.720 leitos. O sistema público conta ainda com 62 centros de saúde urbano e 21 postos de saúde rural.

A equipe de profissionais da rede pública é formada por 3.159 médicos, 283 odontólogos, 1.142 enfermeiros e 5.647 auxiliares de enfermagem. Em 1998, atendeu-se a uma média mensal de 367.438 pessoas.

O nível de atendimento da cobertura vacinal de rotina nas crianças menores de 5 anos tem se mantido acima de 90%. Nas campanhas, esse índice se situa entre 90 e 98%, fazendo com que a incidência de doenças imunopreveníveis se mantenha baixa. Poliomielite e sarampo permanecem com incidência zero, evidenciando a interrupção da circulação desse vírus no DF.



2.7.3 Segurança

Embora não atenda aos anseios da população do Distrito Federal, o padrão de segurança pública que lhe é oferecido se destaca dentre as demais capitais brasileiras. O DF foi pioneiro na implantação de ações que objetivaram a redução drástica da velocidade e, consequentemente, com acentuada queda no número de acidentes – menos 41% nos fatais ocorridos em 1998 em relação ao ano de 1997.

Para isso foi determinante a adesão da comunidade, tanto dos condutores de veículos como de pedestres, quando se fez cumprir antiga lei de trânsito que assegura ao pedestre a travessia de vias públicas com segurança.

Quanto aos serviços penitenciários, permanece a preocupação do governo com a reinserção do preso no convívio social e no mercado de trabalho, com o objetivo de gerar renda para o sustento de suas famílias. O DF vem investindo na educação profissional desse segmento da população, qualificando-o para o trabalho interno e externo.

A Polícia Militar do Distrito Federal conta com a estrutura de 8 batalhões, 11 companhias, 97 postos policiais, um efetivo de 11.980 policiais e 611 viaturas.

A Polícia Civil é estruturada com 23 delegacias, 10 postos policiais, 13 postos de identificação, um efetivo de 2.217 agentes e 403 viaturas.

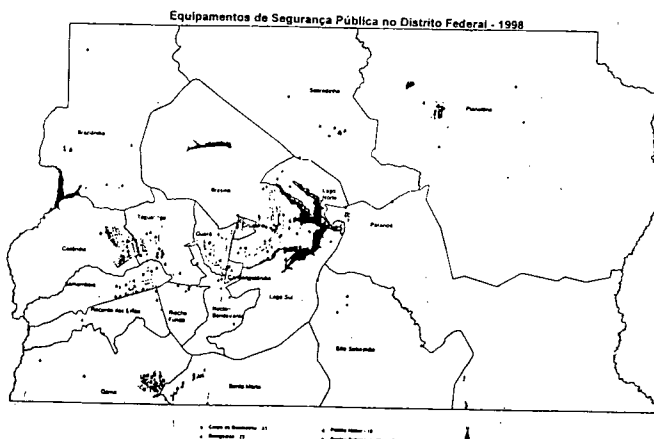
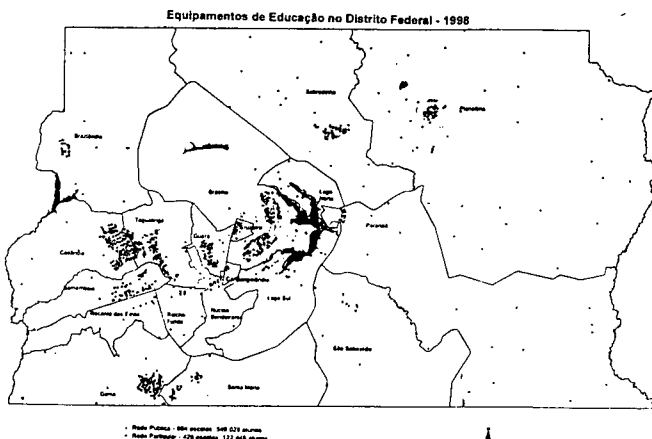
O Corpo de Bombeiros é constituído de 5 batalhões, 26 companhias, 58 viaturas e um efetivo de 3.682 bombeiros.

2.7.4 Habitação e Saneamento

Segundo levantamento realizado pelo IBGE, quando da Contagem Populacional, em 1996, o Distrito Federal possuía 520.630 domicílios, registrando um crescimento de 36,5% em relação ao Censo Demográfico de 1991, que era de 381.384 domicílios, consequentemente, a média de moradores por domicílio, que em 1991 era de 4,19, reduziu para 3,89 em 1996.

Não só com recursos do governo local como também do Governo Federal, mediante um programa nacional para habitação e saneamento, o Distrito Federal vem suprimindo seu déficit habitacional, como também vem universalizando o acesso aos serviços de abastecimento d'água e esgotamento sanitário nas áreas regularizadas. Hoje, 98,77% desta população é atendida com água tratada canalizada, de boa qualidade, e 89,64% da população é beneficiada com coleta de esgotos. Estes índices conferem ao DF uma situação mais favorável que o quadro nacional.

Quanto à coleta de lixo, 100% dos domicílios situados em áreas urbanas têm coleta regular. São 5 as estações de tratamento que processam o lixo perfazendo uma média de 5.541 ton/mês e as demais 45.303 ton/mês coletadas são aterradas. O programa de coleta seletiva de lixo que só acontece em Brasília e Brazlândia, recolhe uma média de 6.524 ton/mês.



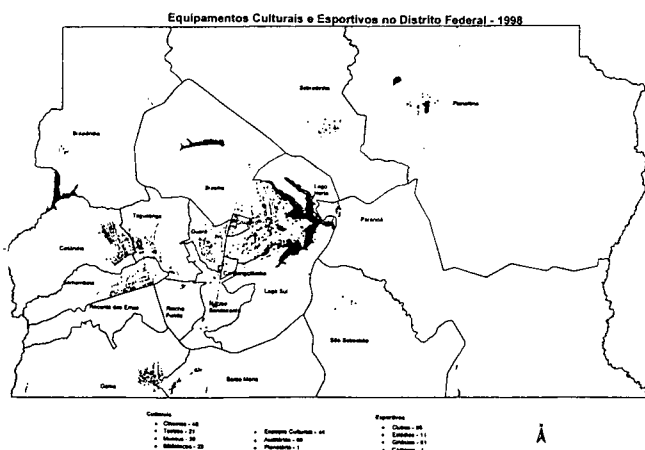
2.7.5 Cultura, Lazer e Turismo

O Distrito Federal possui uma boa estrutura para realização de atividades culturais, embora tenha maior concentração em Brasília, contando, no total, com 21 teatros, 48 salas de cinema, 25 bibliotecas públicas, 39 museus, 44 espaços culturais e 60 auditórios.

O DF dispõe de extensas áreas verdes, 164 praças urbanizadas, 386 quadras de esportes, 11 estádios, 81 ginásios, reservas ecológicas com bosques, matas, grutas, saltos e cachoeiras, oferece condições para a prática de esportes, lazer e turismo ecológico. Além destas opções conta também com a infra-estrutura de 86 clubes sociais, do Parque da Cidade, do Parque do Guará e do Parque Nacional com extensa piscina natural.

Encontra-se em execução, o Projeto Orla que contará com 11 pólos de atividades turísticas, lazer, culturais e esportivas, num total de 238 hectares, na forma de parques, marinas, centros comerciais, museus, cinemas, restaurantes, bares e hotéis.

O turismo representa uma das atividades produtivas do DF que se apresenta com grande potencial de dinamização e participação na geração de emprego e renda. O Distrito Federal oferece pontos de interesse para o visitante como o turismo cívico, representado pelos valores históricos e culturais, monumentos, sua arquitetura ímpar, agroturismo, ecoturismo, além de dispor de instalações e equipamentos para realização de eventos, excelente rede hoteleira, aeroporto internacional, facilidade de locomoção e a proximidade com o poder político, representações diplomáticas e organismos internacionais.



ANEXO II

Políticas, Objetivos e Diretrizes

POLÍTICAS, OBJETIVOS E DIRETRIZES

A ação coordenada do governo está sustentada em um tripé conformado pelas três políticas da gestão que se inicia:

- 1) Segurança e Bem-Estar Social;
- 2) Desenvolvimento Econômico;
- 3) Modernização do Estado.

Cada uma das políticas possui diretrizes e objetivos que balizaram a elaboração dos objetivos, diretrizes e metas dos órgãos setoriais, norteando, deste modo, a ação de todo o complexo administrativo local.

A seguir serão descritos, sucintamente, o conteúdo das políticas e seus objetivos e diretrizes que orientaram o trabalho de elaboração dos órgãos da administração do Distrito Federal. Essa descrição obedece o que se encontra enunciado no Plano de Desenvolvimento Econômico e Social para o período 1999-2002.

1. SEGURANÇA E BEM-ESTAR SOCIAL

Nesta política encontra-se a afirmação categórica do cuidado do governo com a situação biológica, psíquica e social de seu povo e com as condições do meio em que vive (seu lar, cidade e meio ambiente).

Encontram-se englobadas aqui as ações nas áreas de: segurança pública, assistência à saúde, habitação e condições sanitárias, educação e treinamento profissional, cultura, garantia social, transporte, esporte e lazer e proteção à natureza.

OBJETIVOS

- reverter o atual quadro de crescentes níveis de violência de forma imediata e permanente;

- prover a sociedade com mais e melhores serviços de saúde, educação e segurança;
- imprimir o caráter preventivo na assistência à saúde;
- minimizar o déficit habitacional do Distrito Federal;
- resgatar a finalidade do ensino público, tomando-o referência para o Brasil, melhorando ainda mais os índices da educação local;
- tornar a capital da República um grande centro cultural da nação;
- promover a proteção e o desenvolvimento social;
- melhorar o setor de transportes mediante a absorção de novas tecnologias, integração dos sistemas existentes e adaptação da malha viária ao tráfego de veículos de transporte público;
- utilizar o esporte e atividades de lazer como fatores do desenvolvimento humano sadio e socialmente equilibrado;
- preservar o meio ambiente natural e construído, essencial para a qualidade de vida da população;
- dar prosseguimento à construção da capital do País, completando os espaços urbanos ao longo do Eixo Monumental de Brasília e preservando o projeto original da área;
- realizar obras e serviços de infra-estrutura em todas as cidades e localidades do Distrito Federal.

DIRETRIZES

- união entre governo e sociedade para identificação das necessidades, definição de prioridades e procura de soluções;
- obediência aos princípios da solidariedade, responsabilidade de todos e conscientização da população;
- resgate do projeto original de construção da capital;
- promoção de política habitacional para a população de média e baixa renda.

2. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Na implementação desta política busca-se criar as bases necessárias ao crescimento do Distrito Federal e do seu Entorno como pólo de desenvolvimento sustentado. Serão efetivadas ações que buscarão dinamizar o desenvolvimento tecnológico, a consolidação dos agronegócios, a produção de bens de consumo e outros.

OBJETIVOS

- estimular iniciativas do setor privado voltadas para a ampliação e dinamização do turismo no Distrito Federal e Entorno;
- estimular e consolidar os agronegócios;
- estimular atividades que absorvam tecnologia de ponta;
- aumentar a renda da população, ampliando a participação nas riquezas geradas pelo desenvolvimento proposto;
- estimular o crescimento econômico e geração de riquezas, sem a degradação descontrolada dos recursos naturais, criando-se as bases para o crescimento sustentado do Distrito Federal.

DIRETRIZES

- incentivar o desenvolvimento de pequenos negócios nas cidades e no campo;
- promover a regularização fundiária;
- produzir bens de consumo para atender à demanda interna ofertando excedentes para outros Estados;
- empreender atividades de capacitação profissional e de qualificação ou requalificação de trabalhadores.

3. MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO

Esta política procura mobilizar a reforma do Estado por meio da recuperação da capacidade pública de administração e de financiar a sua atuação.

Com isso pretende-se construir um Estado moderno e eficiente, capaz de enfrentar os desafios do desenvolvimento econômico e social segundo as regras do modelo democrático vigente.

OBJETIVOS

- dotar o governo de uma estrutura ágil, pronta a resolver os problemas sociais, modernizando a máquina do governo para atender mais e melhor a população;

- possuir, no quadro permanente do governo, servidores com capacidade técnica e comprometimento necessários para dar encaminhamento ao atendimento das novas demandas da sociedade;
- dotar a administração local com o suporte cognitivo necessário para a alteração de procedimentos e condutas inadequadas à nova realidade da administração pública e aos novos desafios a que ela deve responder.

DIRETRIZES

- estimular a participação da sociedade na gestão dos serviços;
- orientar as ações de governo para atendimento das demandas dos cidadãos;
- agir em observância aos princípios do planejamento e da coordenação das ações de governo;
- agilizar e simplificar os processos de trabalho;
- descentralizar o atendimento;
- atuar conjuntamente com a iniciativa privada na busca de soluções e melhoria da prestação dos serviços públicos;
- enfatizar o controle dos resultados da ação governamental;
- buscar novas fontes de financiamento da ação governamental.

ANEXO III**Diagnóstico, Objetivos e Diretrizes Setoriais****1. Poder Legislativo****CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL - CLDF**

Exercido pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, o Poder Legislativo visa o efetivo cumprimento das funções legislativa e fiscalizadora conferidas a ela pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do DF, tendo por princípios fundamentais a autonomia e a independência.

Em 1999, a Câmara Legislativa inicia a sua terceira legislatura, tendo, nas suas duas primeiras (1991-1994 e 1995-1998) apreciado um total de 5.628 projetos de lei, dos quais 2.327 foram transformados em leis, atualmente em vigor.

As ações desenvolvidas desde a sua implantação contribuíram positivamente para o desenvolvimento de suas atribuições legais e ainda fizeram com que essa instituição aumentasse o seu reconhecimento por parte da sociedade brasileira, o que passou a gerar expectativas igualmente positivas em relação aos anos vindouros e à maior participação da mesma na defesa do interesse coletivo.

Dentro desse contexto a CLDF pretende manter a sua filosofia de atuação integrada às políticas de Governo adotadas pelo Poder Executivo, adentrando o próximo milênio, priorizando as políticas que atendam às demandas da sociedade nas áreas da educação, saúde, geração de emprego, segurança pública, meio ambiente, moradia, transportes, assistência social, entre outras.

OBJETIVOS

- aprimorar os mecanismos de participação da sociedade nos debates realizados pela Câmara Legislativa;
- organizar e estruturar o sistema de fiscalização e controle do Poder Executivo;
- incrementar a eficácia dos canais de verificação e consulta das demandas sociais;
- promover esforços que solidifiquem o princípio de utilidade do Poder Legislativo, na democracia representativa;
- revigorar a participação popular na definição e controle das políticas públicas através da divulgação das contas do Poder Executivo.

DIRETRIZES

- tornar mais acessíveis as informações de natureza política, econômica e social, produzidas no âmbito da Câmara Legislativa;
- incrementar o papel do poder legislativo como instituição de representação da sociedade e instância mediadora e fiscalizadora do poder executivo.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL - TCDF

O Tribunal de Contas, de acordo com a Lei Orgânica do Distrito Federal e da Lei Complementar nº 09 de maio de 1995, é o órgão que exerce as funções de controle externo no âmbito do Distrito Federal.

Assim, compete ao Tribunal de Contas exercer, mediante controle externo, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Distrito Federal, quanto aos aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia das receitas.

DIAGNÓSTICO

As novas atribuições estabelecidas para o Tribunal de Contas, com o advento da Constituição Federal de 1988 e Lei Orgânica do Distrito Federal, vêm impondo a adoção de providências que permitam a superação de carências no tocante ao atendimento das competências, principalmente em relação à tempestividade, à eficiência e à eficácia de seus processos de trabalho, qualificação e motivação dos servidores.

OBJETIVOS

O Plano Estratégico do Tribunal – PLANEST, para o período 1999-2003, estabeleceu a seguinte Visão de Futuro:

"Atuação tempestiva e transparente na fiscalização da gestão dos recursos públicos do Distrito Federal, com ênfase na análise das contas anuais, e mediante processos de trabalho racionalizados e integrados, servidores qualificados, motivados e participantes, com mecanismos de articulação externa que resultem em destacado desempenho e reconhecimento da sociedade."

Essa visão traz em si dois aspectos fundamentais a serem alcançados pelo Tribunal dentro dos próximos cinco anos:

- estar atuando tempestivamente em suas responsabilidades institucionais;
- ter alcançado níveis superiores de desempenho, relativo à produtividade e à qualidade dos serviços resultantes de seus processos de trabalho.

O primeiro aspecto encerra preciosa ação gerencial de marcar prazo para resolver os problemas das unidades dos Serviços Auxiliares; o segundo, conjuga também a ação operacional rumo à excelência no cumprimento da missão estabelecida para essa Corte de Contas.

DIRETRIZES

- Diretriz Estratégica nº 1: Atuar tempestivamente.

Meta: Atuar de forma tempestiva em todos os processos de trabalho.

Medidas:

- Eliminação do estoque de processos;
- Aumento progressivo das ações de controle concomitante.

- Diretriz Estratégica nº 2: Integrar e racionalizar processos de trabalho.

- Meta: Integrar e racionalizar todos os processos de trabalho do Tribunal.

- Medidas:

- Elaboração de diretrizes e implementação de sistemática de análise e melhoria dos processos de trabalho;
- Integração das ações do Tribunal com vistas à análise das contas anuais dos ordenadores e dessas contas com as Contas do Governo;
- Análise, projeto de melhoria, padronização e implementação dos processos de trabalho racionalizados, considerando a relação custo/benefício;
- Planejamento e implementação da informatização dos processos de trabalho;
- Adequação da estrutura organizacional do Tribunal, inclusive mediante criação de unidade de controle interno e revisão das áreas de planejamento e de informática, entre outras;
- Implementação de sistemática de avaliação dos custos e benefícios da atuação do Tribunal;
- Articulação com os Poderes competentes no sentido de atuação adequada do controle interno.

- Diretriz Estratégica nº 3: Qualificar e motivar servidores.

Meta: Qualificar e motivar os servidores visando sua atuação participativa e comprometida com os resultados.

Medidas:

- Revisão dos planos de carreira, cargos e salários dos servidores;
- Revisão do sistema de avaliação e reconhecimento do desempenho;

• Implementação de gratificação de produtividade;

• Revisão do sistema de treinamento de servidores;

- Diretriz Estratégica nº 4: Atuação transparente e reconhecimento.

Meta: Atuar de forma transparente e obter o reconhecimento da sociedade.

Medidas:

- Institucionalização da função comunicação social;
- Fornecimento tempestivo de informações garantidas em Lei e outras que forem julgadas oportunas;
- Disponibilização de informações relevantes de interesse da sociedade;
- Divulgação do papel e dos resultados alcançados pelo TCDF;
- Participação e promoção de ações e eventos externos;
- Participação em processos de premiação da qualidade dos serviços públicos.

2. Poder Executivo

GABINETE DO VICE – GOVERNADOR - GVG

O Gabinete do Vice-Governador, órgão de assistência direta e mediata ao Vice-Governador do Distrito Federal, tem por finalidade básica a administração das atividades técnico-administrativas e político-sociais, bem como a assistência nos assuntos de segurança.

DIAGNÓSTICO

Com a previsão da incorporação da SUCAR ao Gabinete da Vice-Governadoria, urge a necessidade de recursos para atender as Administrações Regionais.

A função político-social de competência do Gabinete da Vice-Governadoria só poderá ser implementada se houver disponibilidade de recursos.

A previsão orçamentária do Gabinete da Vice-Governadoria é insuficiente para atender à demanda que, consequentemente, será exigida logo seja efetivada a referida incorporação. Diante dessa constatação, faz-se necessária a previsão de recursos para esse atendimento.

Levando-se em conta que existem 19 (dezenove) Administrações Regionais, no atual organograma da Vice-Governadoria, é fácil constatar que se faz necessária uma adequação à realidade do momento.

Para atender essa adequação também será de fundamental importância a destinação de receita para atender à demanda de ampliação do Fundo de Pessoal e dos valores para outras despesas.

Visando essa alteração, estima-se a verba da ordem de 100.000,00 (cem mil reais) mensais, estimados, desta forma, a previsão anual de mais R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais) no orçamento do Gabinete do Vice-Governador.

OBJETIVOS

- desempenhar papel de mediador entre sociedade e Governo;
- assistir ao Governo no acompanhamento político-social das ações dos diversos órgãos;
- participar do processo de identificação das dificuldades da sociedade, com vistas à busca de suas soluções.

DIRETRIZES

- formular políticas de fomento ao desenvolvimento do Distrito Federal, através da interação das ações das Administrações Regionais com a população, bem como através da ampliação dessas ações;
- manter canal de comunicação permanente da Vice-Governadoria com a sociedade, nos seus vários segmentos e camadas sociais.

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL – PRG

A Procuradoria Geral do Distrito Federal – PRG é órgão central do sistema jurídico, de natureza permanente, na forma da Constituição Federal. Composta por cinco subprocuradorias, pelo Centro de Estudos, Centro de Cálculos e Perícias e pelo Centro de Assistência Judiciária, além do Gabinete do Procurador Geral, compete a representação judicial e a consultoria jurídica aos órgãos de sua administração e supervisionadas, defesa dos carentes, delegacias e presídios, detentos, processo de colocação de menores em famílias substitutas.

DIAGNÓSTICO

Objetivando a cobrança da dívida ativa, foram distribuídas aos promotores do Distrito Federal 3.218 novas ações judiciais, sendo que 3.780 ações correspondem às execuções fiscais e 534 parcelamentos para incremento da arrecadação. Ao Supremo Tribunal Federal foram enviadas 20 ações diretas de inconstitucionalidade.

Quanto à área consultiva, foram emitidos 1.780 pareceres e examinados 2.635 processos administrativos relativos a contratos e convênios firmados com a administração, outros processos oriundos da Vara de Família, Órfãos e Sucessões, Vara de Falência e Concordatas, Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, questão ambiental, parcelamento do solo e defesa do consumidor.

O Centro de Assistência Judiciária atende 123.870 pessoas carentes, tendo ajuizado 19.799 ações em defesa de seus interesses.

OBJETIVOS

- informatizar para permitir o funcionamento da rede local com equipamentos para processamento de dados e modernização das subprocuradorias;
- fornecer representação judicial e consultoria jurídica à população carente, às crianças e aos adolescentes, aos reclusos e demais disposições legais aos direitos dos apenados;
- publicar, manter e divulgar matéria doutrinária, legislativa e de jurisprudência visando o aperfeiçoamento de pessoal.

DIRETRIZES

- cumprir suas competências, legais e regimentais;
- defender os interesses públicos e a manutenção do patrimônio do Distrito Federal;
- modernizar e agilizar as atividades para aumentar o rendimento da qualidade de serviços, ampliando nas cidades núcleos de atendimento de assistência judiciária;
- uniformizar matérias de interesses comuns com Procuradorias Gerais e outros estados e jurisprudências administrativas existentes;
- dar assistência jurídica às pessoas carentes no Centro de Assistência Judiciária;
- acompanhar ações judiciais de crianças e adolescentes em situação de risco social ou pessoal, colocando-as em famílias substitutas.

SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - SECRAS

O Sistema SECRAS/FSSDF tem como competência formular, executar e coordenar a política de assistência social do Distrito Federal mediante atendimento à família, à criança, ao adolescente, ao idoso e ao portador de deficiência, entre outros grupos de usuários, prestar serviços funerários e administrar as necrópoles. Procura-se intervir junto aos grupos sociais privados e ameaçados na sua sobrevivência e aos segmentos excluídos do processo produtivo, permitindo-lhes obter as condições básicas de acesso às políticas públicas.

DIAGNÓSTICO

No quadriênio 2000 a 2003 o Sistema SECRAS/FSSDF pretende desenvolver ações pactuadas com os parceiros governamentais e a sociedade civil integradas nas realizações governamentais, conforme preceitua a própria Lei Orgânica da Assistência Social.

A base deste Plano decorre de experiências anteriores vivenciadas pelo Sistema SECRAS/FSSDF e agrega as atuais propostas técnicas e gerenciais do Governo recém empossado.

Busca-se coerência e adequação entre políticas, objetivos e diretrizes para atender maximamente a demanda da população pelos serviços assistenciais, demanda essa em pleno crescimento.

Neste momento, apontam-se as prioridades de trabalho dessa Secretaria, bem como os meios para assegurar a expansão das atividades e projetos apresentados.

Conforme dados da CODEPLAN, entre os anos de 1995 a 1998, a população do Distrito Federal apresentou um forte índice de crescimento. A taxa de desemprego em dezembro de 1995 foi de 16,2% e em dezembro de 1998 de 19,9%.

A análise desses dados demonstra que há crescimento populacional ascendente e taxas de desemprego em crescimento acelerado, e consequente saturação dos equipamentos comunitários do Distrito Federal, merecendo especial destaque a situação das necrópoles em face à precariedade do seu funcionamento e o iminente esgotamento dos cemitérios locais.

Verifica-se, ainda, o agravante representado pela pressão oriunda das populações do Entorno (781.701 em 1994 e 909.876 em 1996), o que provoca maior procura pelos serviços básicos oferecidos no Distrito Federal. Essa população tem poucas oportunidades de satisfazer suas necessidades básicas devido à incipiente oferta de infraestrutura e de serviços existentes em seus locais de residência.

Ainda que não se conte com dados mais recentes dos órgãos oficiais quanto a atual população do Entorno, sabe-se que a sua taxa de crescimento é superior àquela apresentada no Distrito Federal.

Tal quadro social aumenta, significativamente, a demanda pelos serviços de assistência social, exigindo não somente o reaparelhamento do Sistema para melhor responder aos segmentos populacionais do Distrito Federal, mas também a formulação de novos programas com ênfase no trabalho junto a adolescentes de 12 a 18 anos em face da vulnerabilidade desse grupo, expressa no seu envolvimento cada vez maior em atos infracionais.

OBJETIVOS

- viabilizar a captação de recursos financeiros junto a entidades privadas, organismos nacionais e internacionais, visando a ampliação de metas e implementação de novos programas assistenciais;
- desburocratizar procedimentos administrativos para agilizar a celebração e renovação de convênios e demais ajustes com entidades assistenciais;
- contribuir no sentido de evitar a superposição de ações nas políticas sociais desenvolvidas pelo Governo do Distrito Federal, buscando a viabilização de programas e parcerias entre a SECRAS e as demais Secretarias;
- propor programas integrados com a participação de órgãos federais, estaduais e municipais, no sentido de reduzir a crescente pressão do Entorno sobre o Distrito Federal;
- priorizar as ações sócio-educativas da SECRAS para adolescentes na faixa etária de 12 a 18 anos, segmento que menos recebe atenção do Estado;
- informatizar e integrar as unidades operacionais do Sistema SECRAS/FSSDF, de forma a se obter um diagnóstico mais preciso e viabilizar uma ação mais rápida e efetiva na área social;
- mobilizar, permanentemente, a sociedade civil através de veiculação na mídia das ações na área social desenvolvidas pelo Sistema SECRAS/FSSDF;
- descentralizar os serviços do SOS Criança, criando três núcleos regionalizados, a serem localizados nos Centros de Desenvolvimento Social;
- atender financeiramente as entidades de tratamento a pessoas com dependência química.

DIRETRIZES

- ampliar as metas de atendimento às crianças na faixa etária de 0 a 6 anos, através dos Lares de Cuidados Diurnos, creches e concessão de benefício de renda mínima às famílias com crianças nessa faixa etária;
- reformular e ampliar o atendimento sócio-educativo às crianças e adolescentes de 7 a 18 anos;
- expandir, para o reordenamento, o Centro de Atendimento Juvenil Especializado, mediante a construção e dotação de equipamento de três novas unidades;
- ampliar as metas de atendimento aos jovens em situação de Semi Liberdade;
- dinamizar as ações voltadas ao atendimento dos jovens em situação de Liberdade Assistida;
- dinamizar as ações voltadas ao atendimento das crianças e adolescentes vítimas de violência;
- fortalecer a família como eixo de intervenção na ação social, priorizando aquelas com crianças e adolescentes que estejam cumprindo medidas sócio-educativas de proteção e em situação de risco;
- fortalecer e expandir as parcerias com as entidades não governamentais, viabilizando a formação de rede de atendimento, a redução de exigências para celebração de convênios e favorecendo suporte técnico aos parceiros;
- incentivar a participação das famílias e grupos associativos no trabalho voltado para idosos, dependentes químicos e portadores de deficiência;
- regulamentar a permissão dos serviços funerários e concessão da administração das necrópoles;
- reestruturar administrativamente o Sistema SECRAS / FSSDF;
- modernizar e reequipar o Sistema SECRAS / FSSDF;
- reformar, ampliar e recuperar próprios e construir novas unidades;
- realizar estudos e pesquisas para elaboração do mapa da exclusão social e catálogo dos recursos públicos e privados da assistência social do DF.

SECRETARIA DA SOLIDARIEDADE - SESO

A Secretaria da Solidariedade instituída pela Lei nº 2.302, de 21 de janeiro de 1999, tem por competência executar Programa de Fortalecimento das Famílias de Baixa Renda, através do desenvolvimento de ações/atividades que busquem, pela solidariedade, o fortalecimento do núcleo familiar e o alcance/exercício da plena cidadania.

DIAGNÓSTICO

Por detrás da criança excluída da escola, nas favelas, no trabalho precoce urbano e rural, da prostituição infanto-juvenil, da desnutrição e da morbi-mortalidade materno infantil por doenças passíveis de prevenção, está a família desassistida ou inatingida pela política oficial, segundo aponta documento do UNICEF sobre a família brasileira, produzido em 1994 nas discussões do Ano Internacional da Família. E é justamente esta a mudança que o Governo do Distrito Federal quer imprimir na política social - tomar a família a unidade privilegiada de atenção das políticas públicas.

A família, nos múltiplos formatos que adquiriu na sociedade contemporânea, e mesmo com a sua desagregação e enfraquecimento, permanece, segundo o núcleo de políticas sociais da UNICEF, como o "espaço privilegiado de socialização, de prática de tolerância e divisão de responsabilidades, de busca coletiva de estratégia de sobrevivência e lugar inicial para o exercício da cidadania sobre parâmetro de igualdade, do respeito e dos direitos humanos". As políticas sociais têm priorizado o indivíduo como portador de direitos e não mais os coletivos como a família e a comunidade e, quando o fazem, o substituem por serviços sociais institucionalizados como creches e escolas.

O Governo do Distrito Federal pretende tornar a família, sob seus diversos formatos, no principal interlocutor das ações sociais e estimular a recriação desta unidade natural de solidariedade, onde são absorvidos os valores éticos e humanitários que constroem a verdadeira cidadania. A consolidação destes núcleos de solidariedade reduzirá gradualmente a dependência individual dos membros de ações governamentais, estimulará o núcleo social que é o único capaz de tornar os avanços sociais, econômicos e políticos, duradouros e mudar o futuro do país.

OBJETIVOS

- executar uma política de ação voltada para o fortalecimento das famílias de baixa renda no Distrito Federal e Entorno;
- implementar programas e projetos de combate à miséria e à fome das famílias de baixa renda, tais como:
 - a) promover a distribuição mensal de cestas de alimentos às famílias enquadradas nos critérios de atendimento estabelecidos;
 - b) promover a distribuição diária de 01 (um) litro de leite e de 01 (um) pão por criança com idade entre 6 meses e 6 anos, mulheres gestantes e nutrízes;
 - c) promover a isenção de tarifa de energia elétrica aos consumidores que atendam as condições previstas;
 - d) promover a isenção da tarifa de água e esgoto aos consumidores classificados na categoria residencial que estejam na faixa de consumo estabelecido;
 - e) doar os bens fungíveis recebidos em doação pelo Governo do Distrito Federal para as famílias de baixa renda inscritas no programa;
 - f) promover ações que facilitem o acesso das famílias de baixa renda à cultura, ao lazer, ao emprego, ao esporte e à cidadania.
- desenvolver outras ações emergenciais que visem a melhoria das condições de cidadania para as famílias de baixa renda do Distrito Federal e Entorno.

DIRETRIZES

- organizar e articular com as demais Secretarias e órgãos do Distrito Federal a mobilização de esforços e recursos materiais no sentido de promover a produção de alimentos destinados aos programas de abastecimento desenvolvidos junto às famílias de baixa renda, bem como a distribuição dos alimentos para este fim adquiridos;
- organizar e articular com órgãos da administração federal e organismos internacionais que visem alcançar recursos humanos, materiais e financeiros para implementação de programas destinados ao abastecimento alimentar das famílias de baixa renda e outros segmentos da sociedade, que vivem no Distrito Federal e Entorno em estado de extrema pobreza;
- implementar os programas dirigidos a recuperação dos níveis ideais de moradia e emprego, visando a ascensão social das famílias de baixa renda;
- cadastrar, identificar e selecionar famílias que serão beneficiadas com cestas de alimentos, leite, pão, bens fungíveis e, em faixas elementares de consumo, a isenção de tarifas de energia elétrica, de água e esgoto;
- promover estudos e realizar convênios com as empresas responsáveis pelo fornecimento de energia elétrica, de água e esgoto, com vistas ao ressarcimento do valor das contas beneficiadas com isenção;
- estabelecer serviços operacionais para melhorar o desempenho dos programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria;
- desenvolver outras atividades que, direta ou indiretamente, contribuam para a melhoria do bem-estar geral da família de baixa renda, oferecendo-lhe acesso a uma vida mais saudável, produtiva e digna.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SEA

Órgão de administração superior do Governo do Distrito Federal, responsável pela implantação das políticas de Administração Pública, compete, nos termos do inciso I do artigo 2º da Lei Nº 408, de 13 de janeiro de 1993: a modernização e a organização administrativa; a seleção, administração e capacitação dos recursos humanos no serviço público; a administração de material de serviços gerais; a administração de transporte oficial; a manutenção do patrimônio público do Distrito Federal.

DIAGNÓSTICO

Observa-se que na SEA nasce uma grande quantidade de projetos e ações que, na maioria das vezes, quando são concluídos, não atingem o êxito esperado, culpando-se o gerenciamento a erros cometidos, ou por serem criados em desacordo com normas estabelecidas.

Das principais problemas detectados, destacam-se os seguintes:

- Projeto SAC – Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão, inicialmente implantado na plataforma da Rodoviária, não recebeu repasse dos recursos negociados com o Governo Federal. O projeto está sendo revisto para adequá-lo às normas do Governo Federal para obtenção dos recursos necessários;
- compras e suprimentos – falta de materiais de consumo para atender às necessidades de operação da máquina administrativa;
- a folha de pagamento do GDF é feita de forma fracionada, em sistemas que não se comunicam, dificultando o controle;
- frota – alta taxa de veículos avariados nas Administrações Regionais e no pátio da oficina do GDF, em torno de 25% da frota. Além disso, a frota possui idade média de 10 anos, o que implica em elevados gastos em manutenção;
- na área de recursos humanos, permanecem sérias carências em relação ao treinamento e à atualização dos servidores. A tecnologia utilizada é defasada, inexistindo programas específicos de controle e acompanhamento das atividades realizadas;
- os serviços de vigilância, limpeza e manutenção dos prédios pertencentes ao GDF são terceirizados, encontrando-se em processo de licitação para adequação às normas da IN 18/MARE;
- o Sistema de Material é o responsável pelas atividades de aquisição, estocagem e distribuição dos materiais e equipamentos. Possui problemas como: sistema de processamento de dados ainda não implantado na sua totalidade, alta rotatividade de pessoal nos órgãos integrantes do sistema e baixa qualidade no seu gerenciamento;
- na Subsecretaria de Modernização e Organização Administrativa, a missão tem sido em muito dificultada, em razão do reduzido número de servidores, desqualificação técnica, escassez de equipamentos e total inadequação do "lay-out" dos ambientes de trabalho;
- o Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos - IDR encontra-se com sérias dificuldades para realizar sua função precípua, que é a seleção e capacitação de pessoal para os diversos órgãos do Governo do Distrito Federal, além de sua estrutura física estar deteriorada, devido à ausência de investimentos no setor.

OBJETIVOS

- implementar o Projeto de Pronto Atendimento ao Cidadão – PACI;
- unificar as folhas de pagamento do GDF através de um Sistema Único de Processamento de Dados;
- criar projeto para a capacitação dos recursos humanos do GDF, incorporando as inovações tecnológicas disponíveis, com o duplo objetivo de aumentar a produtividade do trabalho e melhorar a empregabilidade dos servidores públicos;
- implantar políticas de pessoal e de salários adequados a uma administração moderna e condizente com a realidade financeira do setor público;
- desenvolver a intranet e a internet da SEA;
- restabelecer a credibilidade do IDR junto à comunidade, retomando os concursos públicos, capacitando o público interno e atendendo à demanda de capacitação externa com qualidade e agilidade desejável;
- modernizar o sistema de telefonia do Anexo;
- implantar processos de qualidade total, voltada para órgãos e servidores.

DIRETRIZES

- recuperar a qualidade dos serviços prestados à população, com implantação de amplo programa de desburocratização e desregulamentação;
- melhorar o atendimento ao público em todas as instituições públicas;
- capacitar e valorizar profissionalmente os servidores públicos;
- adotar controle absoluto sobre a folha de pagamento do GDF;
- obter maior aproveitamento dos serviços de vigilância, limpeza e manutenção dos prédios do GDF;
- transformar o IDR em "Escola de Gestão Pública";
- melhorar os recursos físicos;
- criar mecanismos para a valorização de servidores;
- promover e coordenar o processo de modernização e organização administrativa no âmbito da Administração Pública.

SECRETARIA DE AGRICULTURA – SA

Compete à Secretaria de Agricultura - SA exercer política agropecuária, a fiscalização e a vigilância sanitária animal e vegetal; a fiscalização e a inspeção sanitária industrial e a promoção de assistência técnica e extensão rural, objetivando o desenvolvimento de agronegócios, abrangendo a produção de alimentos, a comercialização, o abastecimento, a armazenagem e o fomento agrícola.

Com o objetivo de colaborar, com determinação, para o alcance das políticas de desenvolvimento rural do Governo, a Secretaria de Agricultura realizou estudos técnicos procurando levantar situações que demandam atuação eficiente e eficaz para a obtenção de resultados econômicos e sociais que permitam a melhoria da qualidade de vida no meio rural. Desse modo, a atuação em programas, projetos e atividades desenvolvidas atualmente e a criação de novas linhas de ação serão dirigidas no sentido de tornar o meio rural moderno, dinâmico e altamente tecnificado, objetivando proporcionar impactos positivos relevantes não apenas no Distrito Federal, mas também em seu Entorno.

DIAGNÓSTICO

Estudos realizados a respeito da situação fundiária apontam que o modelo fundiário originalmente adotado previa a desapropriação das terras rurais e sua concessão a produtores. Esse modelo, hoje, é questionado quanto a sua eficiência produtiva. Considerando as diferentes modalidades de posse e uso do solo existente no Distrito Federal, é necessária uma nova estratégia para implementação de um processo de titularização das terras públicas ocupadas por produtores rurais.

Com relação a atual política fiscal e tributária, nota-se um descompasso com as adotadas por Estados vizinhos o que, consequentemente, tem prejudicado as relações mercantis do Distrito Federal.

A instabilidade nas condições de financiamentos bancários para o setor agrícola tem levado inúmeros produtores ao endividamento, o que vem trazendo reflexos negativos para o setor produtivo. Este fato deve conduzir o Governo a um estudo e à proposição de modificações nas condições de financiamento, com definição de critérios mais justos.

A potencialidade produtiva do setor agropecuário do Distrito Federal reclama por ações que determinem soluções para os principais entraves diagnosticados, a fim de que os agronegócios possam ser indutores de um processo de desenvolvimento que promova a criação de emprego e renda, fatores indispensáveis para a retomada do crescimento da área rural do Distrito Federal e de seu Entorno.

OBJETIVOS

- promover a regularização fundiária das terras públicas rurais;
- buscar o equacionamento do endividamento do setor agrícola;
- melhorar o escoamento da produção agrícola;
- resgatar e atualizar o programa de microbacias do Distrito Federal;
- consolidar o Distrito Federal e Entorno como pólos geradores de agronegócios;
- garantir melhores condições de vida para a família rural;
- criar pólos agrícolas especializados;
- apoiar a instalação de armazéns, abatedouros, unidades frigoríficas, mercado de produtores e outras;
- apoiar a implantação de agroindústrias e promover o controle de qualidade dos produtos "in natura" ou processados;
- fortalecer os programas de irrigação localizada;
- apoiar o turismo rural como alternativa de agronegócio;
- atuar, conjuntamente com particulares, para a instalação de unidades didáticas de difusão de tecnologia e aprendizagem;
- ampliar a produção de bens da cesta básica;
- ampliar e consolidar a bacia leiteira do Distrito Federal e do Entorno;
- consolidar a produção de proteína de origem de pequenos animais (ovinos, caprinos, suínos, aves e outros);
- implantar o Programa de Qualidade Total para a Produção Agropecuária;
- consolidar a Agricultura Orgânica como alternativa de geração trabalho, renda, emprego, conservação do solo e dos recursos hídricos;
- implantar o Programa de Juventude Rural;
- estimular a formação de cooperativas de compras, comercialização, produção, industrialização e de serviços;
- criar novas alternativas de trabalho nas comunidades rurais através de atividades afins e de suporte para o setor rural;
- promover a revisão da Política Fiscal e Tributária do DF, tornando-a competitiva com aquelas dos Estados vizinhos;
- promover a titulação das terras rurais do Distrito Federal;
- tornar o DF um pólo de fruticultura com vistas a abastecer o mercado local e regional, preservar o solo e os recursos hídricos, diversificar e verticalizar a atividade rural.

DIRETRIZES

- apoiar a implantação e a expansão de agroindústrias com vistas ao aumento da renda rural, de geração de novos empregos e consequente aumento da participação dos agronegócios na economia do Distrito Federal;

- utilizar, de forma racional, os recursos naturais solo-água-plantas visando a produção de alimentos de forma que se permita a preservação do meio ambiente;
- orientar a produção verticalizada de alimentos visando agregação de valor ao produto, a integração inter-setorial da cadeia produtiva na busca da qualidade e da lucratividade;
- apoiar a mobilização de produtores das comunidades rurais, da iniciativa privada e dos órgãos do Governo, visando a criação de parcerias que racionalizem o uso de recursos humanos e financeiros, de modo a acelerar o processo de desenvolvimento socioeconômico do meio rural;
- contemplar, indistintamente, todas as categorias de produtores rurais, sem discriminação de qualquer ordem;
- desenvolver o setor conjuntamente com os municípios do Entorno.

SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL-SEADE

Compete à Secretaria de Articulação para o Desenvolvimento do Entorno, órgão de direção superior, vinculado ao Governador do Distrito Federal, elaborar, implementar e manter políticas, programas e ações públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal.

DIAGNÓSTICO

O Entorno do Distrito Federal é uma região que hoje abrange 42 (quarenta e dois) municípios, sendo 13 (treze) no Estado de Minas Gerais e 29 (vinte e nove) no Estado de Goiás. Esta região, por ser formada em sua grande maioria por municípios de pequeno porte e carentes de recursos, acaba muitas vezes fazendo com que seus habitantes venham a se utilizar dos serviços públicos do Distrito Federal, principalmente quanto às suas necessidades nas áreas de saúde e educação.

Atraídas pelas oportunidades que a Capital da República oferece, as pessoas vêm para Brasília. Sem condições de permanecerem na cidade, devido ao alto custo da moradia, elas se fixam nos municípios do entorno.

Dada a proximidade da Capital e a falta de infra-estrutura nas cidades onde residem, essas pessoas procuram no DF a satisfação de suas necessidades de emprego, renda e serviços públicos, principalmente de educação e saúde.

As ações a serem executadas pela SEADE visam reduzir a dependência que hoje as cidades do Entorno têm para com o Distrito Federal.

Estas ações abrangem todas as áreas críticas em que há demanda por serviços públicos.

Através de convênios e utilizando recursos humanos e físicos do GDF, através de suas unidades orgânicas, a SEADE desenvolverá trabalhos nas seguintes áreas: Educação, Infra-estrutura, Assistência Social, Saúde, Econômica, dentre outras.

OBJETIVOS

- distribuir cestas básicas e leite nas cidades no Entorno;
- apoiar Programa de Agentes Comunitários de Saúde, atendendo a zona rural;
- incentivar a criação de cooperativas para produção de leite no DF e Entorno, visando reduzir o número de intermediários, barateando o preço final do produto e aumentando o valor pago ao produtor. O leite produzido servirá também para atender o programa de distribuição de leite às populações carentes;
- perfurar poços artesianos na região do Entorno, trazendo melhorias na produção agrícola e melhorias na qualidade de vida da população;
- efetuar treinamento de pessoal, revisão e atualização da legislação e reestruturação da Administração Tributária das prefeituras, objetivando o incremento da arrecadação de tributos nos municípios.

DIRETRIZES

- utilizar recursos do Orçamento da SEADE e do Projeto SABER, para ministrar cursos e treinamento de pessoal visando melhoria na qualidade da mão-de-obra;
- realizar convênios com o DER/DF e Secretaria de Obras para melhorias na malha viária e estradas vicinais visando otimizar o escoamento da produção agropecuária do Entorno;
- promover convênios com os estados limítrofes em todas as áreas de interesse ao desenvolvimento regional sustentável, tais como estradas vicinais, malha viária, escoamento da produção agropecuária;
- promover e utilizar, de forma racional os recursos naturais solo/água/planta, visando a produção de alimentos de forma que se permita a preservação do meio ambiente.

SECRETARIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS – SAF

A Secretaria de Assuntos Fundiários – SAF foi criada por meio da Lei 2.300, de 21 de janeiro de 1999, e tem como finalidade precípua exercer a política rural e urbana estabelecida no Título VII da Lei Orgânica do Distrito Federal, competindo-lhe: planejar, normatizar, fiscalizar o uso da propriedade fundiária e partição do solo; acompanhar a elaboração, implementação e avaliação dos Planos Diretores de ordenamento territorial e locais; realizar estudos relacionados com o ordenamento territorial e uso do solo, sugerindo ao Governador a adoção de medidas que excedam os limites de sua alçada; executar todas as atividades e medidas necessárias para resolução das questões fundiárias e promover a regularização das terras do Distrito Federal, bem como das ocupações, mediante utilização dos instrumentos jurídicos adequados.

Para executar a política deste setor, a SAF conta com suas unidades vinculadas, Terracap e Departamento de Terras da Fundação Zoobotânica, supervisionando suas ações e articulando a integração entre estas, assim como com os demais órgãos do Governo.

Desta forma, esta Secretaria contribui com a prioridade governamental de regularização fundiária de áreas destinadas ao desenvolvimento econômico, loteamentos e áreas rurais, entre outras.

DIAGNÓSTICO

A questão fundiária constitui-se em um dos problemas mais graves do Distrito Federal, apresentando um quadro extremamente complexo, que se configurou desde a sua criação, em função das muitas dificuldades enfrentadas nas instâncias administrativa e judicial, para concluir e até mesmo iniciar os processos desapropriatórios.

Atualmente, apenas 51,36% das terras do Distrito Federal estão totalmente desapropriadas. Outros 6,83% encontram-se em processo de desapropriação, enquanto 33,28%, são de propriedade particular. A área restante, 8,53% está na situação de "terras desapropriadas em comum", isto é, o poder público é proprietário dessas terras em conjunto com particulares, faltando a divisão das partes.

Os vários governos que se sucederam não suprimiram de forma abrangente, para todos os setores da sociedade, a demanda por terrenos, resultando nas ocupações "irregulares" e invasões de áreas públicas.

Para resolver a situação, criou-se a Secretaria de Assuntos Fundiários para, em conjunto com outros órgãos governamentais, implementar a política fundiária necessária, objetivando resolver questões que se arrastam ao longo do tempo.

OBJETIVOS

Visando cumprir a sua missão principal de "executar a política fundiária do Distrito Federal", foram estabelecidos, inicialmente, os seguintes objetivos:

- levantar a situação fundiária do Distrito Federal;
- elaborar e implantar a política fundiária;
- promover a regularização fundiária das áreas de expansão econômica, dos loteamentos e de outras áreas existentes;
- planejar, coordenar e executar a política fundiária;
- acompanhar e subsidiar a elaboração dos Planos Diretores de Locais - PDL'S;
- subsidiar a política habitacional;
- maximizar a ocupação da estrutura urbana instalada, promovendo o adensamento de áreas e parcelando outras;
- desburocratizar a entrega de lotes legalizados e com infra-estrutura, em distritos industriais, agro-industriais e de serviços;
- regularizar a instalação e o funcionamento de empresas em áreas residenciais;
- viabilizar, em conjunto com outras entidades governamentais, a implantação do Projeto Brasília Revisitada, proposto por Lúcio Costa;
- concluir o Programa de assentamento para a população de baixa renda, mediante a regularização fundiária dos lotes;
- implantar a política de uso e ocupação do solo, articulada com as ações dos diferentes órgãos governamentais;
- supervisionar e auxiliar, por meio de suas entidades vinculadas, a fiscalização das terras públicas, evitando novas invasões e ocupações irregulares, coibindo a ação de especuladores imobiliários;
- promover desapropriações e acordos amigáveis necessários à disponibilização de áreas de interesse do Governo, para desenvolvimento de projetos sociais e de desenvolvimento econômico.

DIRETRIZES

Para alcançar os objetivos determinados, foram traçadas diretrizes que orientarão a SAF na definição das ações a serem empreendidas.

- articular a política fundiária com as políticas econômico-social, de desenvolvimento urbano e habitacional do Distrito Federal;
- agilizar os procedimentos de regularização fundiária, prioritariamente em áreas destinadas a pólos econômicos e bairros residenciais;
- propor arcabouço legal e normativo, versando sobre procedimentos de regularização fundiária;
- proceder à regularização fundiária de áreas, para subsidiar a política agrícola;
- captar e promover, em articulação com as Secretarias de Desenvolvimento Econômico e de Turismo, e fazer investimentos geradores de renda e emprego;
- implantar política que valorize e eleve a auto estima do servidor público, bem como um programa permanente de aperfeiçoamento e qualificação profissional;
- rever a política de comercialização de terrenos; e
- articular, em conjunto com outros órgãos do Governo do Distrito Federal, a adoção de mecanismos de fiscalização das terras públicas.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – SCS

A Secretaria de Comunicação Social, de acordo com o seu Regimento Interno, compete desenvolver atividades relacionadas com a imprensa, relações públicas, publicidade e propaganda, coordenar a edição do Diário Oficial do Distrito Federal e também outras ações na área, que resultem na divulgação e na conquista de espaços na mídia.

DIAGNÓSTICO

Para atender a nova configuração e a demanda da nova ordem da comunicação social, torna-se necessária a adequação da estrutura da SCS de maneira a atender a essa realidade. Para tanto serão criadas 3 unidades: Departamento de Pesquisas, Departamento de Planejamento, e Departamento de Promoção e Eventos.

OBJETIVOS

- realizar pesquisas de opinião pública com o intuito de aferir o resultado das políticas de governo implementadas;
- definir as ações publicitárias e de marketing institucional;
- manter a sociedade informada acerca das políticas de governo por meio de campanhas informativas e institucionais;
- manter relações institucionais com todos os veículos de comunicação.

DIRETRIZES

- Informar continuamente a sociedade sobre os planos, programas, projetos e ações, com vistas ao constante conhecimento e entendimento das políticas públicas implementadas pelo Governo do Distrito Federal.

SECRETARIA DE CULTURA – SC

A Secretaria de Cultura, órgão de administração superior diretamente subordinado ao Governador do Distrito Federal, tem como competência planejar, coordenar, supervisionar e executar as atividades culturais, assim como formular a política cultural.

A Secretaria compete, ainda, preservar, estimular e apoiar estudos e pesquisas sobre o processo cultural e sua produção, em todos os seus aspectos, além de proteger o patrimônio histórico artístico e cultural do Distrito Federal.

DIAGNÓSTICO

A situação encontrada privilegiava o "Discurso Marketeiro" em detrimento da realização de projetos efetivamente transformadores, que investissem de fato na informação, formação e profissionalização do indivíduo.

A estrutura administrativa atual não atende à demanda das áreas artística e cultural da nossa capital, gerando duplicidade de ações e burocratizando serviços.

Os recursos destinados à área cultural estão escassos, tornando imprescindível a elaboração de novos mecanismos de arrecadação e patrocínio.

Os espaços culturais necessitam de reformas que permitam a ampliação do acesso da população aos bens culturais.

OBJETIVOS

- reformar, restaurar e revitalizar os próprios culturais;
- dar continuidade ao Programa de Informatização e Modernização da Secretaria;
- restabelecer, na instituição, o papel de fomento cultural;
- proporcionar à população centros de cultura popular nas cidades do Distrito Federal, a serem administrados em parceria com a comunidade;
- implantar o Projeto Cultura no Metrô, com a distribuição de espaços nas estações já concluídas para apresentações artísticas e culturais;
- implantar programas, tais como, o projeto "Oficina do Saber Fazer", voltados à informação, formação e profissionalização de artistas e técnicos da área cultural;
- dar continuidade e estender programas como "Mala do Livro", "Sarau", "Bolsa Brasília de Produção Literária" e "Renato Russo";
- revitalizar a OSTNCS com a contratação de músicos e aquisição de novos equipamentos;
- implantar o projeto "Arte por Toda Parte", tendo por objetivo desenvolver atividades que expressem todas as manifestações artístico-culturais através de shows, exposições, festivais e outros, bem como aproveitar os trabalhos da "Oficina do Saber Fazer";
- criar mercado de trabalho para artistas, técnicos e produtores da área cultural, mediante implantação de projetos através de editais de patrocínio, auxílio montagem para produção de filmes, exposições, artes cênicas, shows e outros;
- construir o complexo cultural da República, em parceria com o Governo Federal, visando complementar a arquitetura da Esplanada dos Ministérios;
- elaborar e implantar o projeto museográfico;
- instalar equipamentos de apoio à atividade turística no Museu Vivo da Memória Candanga;
- restaurar e conservar as igrejas pioneiras: Igreja Nossa Senhora do Rosário de Pompéia - Vila Planalto; Igreja São José Operário - Candangolândia; Igreja Nossa Senhora Aparecida - Metropolitana e Igreja São Geraldo - Paranoá;
- preservar os arquivos e a documentação permanente.

DIRETRIZES

- reformular a legislação de incentivo à cultura, como forma de ampliar o patrocínio por parte das empresas;
- promover a integração do Brasil com o mundo, através da criação do Parque das Nações, parque temático sobre a cultura de cada um dos povos cujos países têm representação em Brasília, como parte das comemorações dos 500 anos de descobrimento;
- revitalizar as festas populares e outros eventos culturais, resgatando seus objetivos de integração social;
- buscar junto a organismos nacionais e internacionais recursos para apoiar e incentivar a cultura no Distrito Federal;
- estabelecer parcerias com instituições governamentais, visando a implantação de programas artísticos;
- concretizar atividades culturais em todo o Distrito Federal nas escolas, hospitais, presídios e outros;
- otimizar, dinamizar e reequipar a Rádio Cultura FM, adequando sua programação para divulgar e difundir a cultura e os serviços institucionais;
- fortalecer o papel do Pólo de Cinema e Vídeo;
- otimizar e desburocratizar o sistema do Fundo de Apoio à Arte e à Cultura;
- promover discussão com os conselhos regionais oficialmente estabelecidos, visando implementar a proposta do governo na área cultural;
- conscientizar a população da importância da arte na formação do indivíduo;
- estabelecer parceria com instituições privadas para revitalização do Museu Vivo da Memória Candanga;
- divulgar e pesquisar a história do DF;
- promover a formação de profissionais de nível médio, nas diversas formas de manifestações culturais;
- reformar a estrutura administrativa da Secretaria.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SDE

Com intuito de tornar mais ágil a integração entre o empresariado local e o Governo do Distrito Federal, foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Econômico que vem substituir a Secretaria de Indústria e Comércio.

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico compete a promoção do desenvolvimento regional dos setores de indústria e comércio e de serviços, compreendendo:

- planejamento e execução da política industrial, comercial e de serviços do Distrito Federal;
- apoio ao setor industrial;
- promoção e estímulo do desenvolvimento das atividades industriais, comerciais e de serviços;
- integração das entidades associativas e sindicais representativas da área empresarial à política governamental;
- assistência técnica e tecnológica à produção industrial, às atividades comerciais e de serviços.

DIAGNÓSTICO

Os principais problemas identificados no Distrito Federal foram os elevados níveis de desemprego e subemprego, baixa competitividade e a má distribuição de renda. Para enfrentá-los, são necessárias ações que visem a captação de novos investimentos, contando com o apoio da iniciativa privada.

OBJETIVOS

- criar condições para trazer para o Distrito Federal sedes administrativas de grandes empresas nacionais e internacionais;
- promover cursos de qualificação e capacitação tecnológica, através de convênios com o Governo Federal, organizações não-governamentais e paraestatais;
- deduzir taxas de aluguel de terrenos destinados a incentivos na proporção de 1% para 0,5%;
- implantar o Pólo Brasil Central – Porto Seco;
- implementar Áreas de Desenvolvimento Econômico – ADE no Distrito Federal.

66

DIRETRIZES

- firmar o Distrito Federal como pólo industrial da região e dar incentivos aos agonegócios que abrangem agricultura, pecuária, agroindústria, equipamentos industriais, insumos e serviços como transporte, armazenagem e assistência técnica;
- desburocratizar o processo para obtenção de incentivos;
- criar uma política de desenvolvimento direcionada para atividades produtivas;
- colocar o Distrito Federal em condições de competitividade com outros estados, através da instalação de novas empresas;
- buscar permanentemente empresas industriais, comerciais e prestadoras de serviço para instalação no Distrito Federal.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO - SDUH

A SDUH, como órgão responsável pelas políticas de desenvolvimento territorial, urbano e habitacional buscará funcionar mais como um órgão norteador e facilitador das ações de desenvolvimento, do que propriamente, como um agente realizador, atribuição essa, específica dos órgãos a si subordinados: o Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - IDHAB e o Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal - IPDF, responsáveis pelo suporte técnico-operacional que viabilizará essas políticas.

DIAGNÓSTICO

Partindo-se da premissa do Governo do Distrito Federal de imprimir à sua administração uma marca inconfundível, voltada para a retomada do destino histórico de Brasília, as ações de planejamento da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SDUH tornam-se de extrema importância e responsabilidade.

Côncios de que as possibilidades de atuação de um governo devem estar fundamentadas na formulação de um projeto de desenvolvimento baseado na realidade local, as ações prioritárias de trabalho para a SDUH foram alicerçadas nesse conhecimento.

A política de desenvolvimento ora proposta pela SDUH tem como meta, resgatar a qualidade do planejamento urbano e dos programas habitacionais, tornando-os referência para outras localidades brasileiras, com ênfase para a melhoria contínua da qualidade de vida dos cidadãos.

OBJETIVOS

- implantar a política de desenvolvimento urbano e territorial do Distrito Federal fundamentada numa gestão do território que se consolide pelo adequado uso e ocupação do solo;
- desenvolver a política habitacional do Distrito Federal, promovendo o acesso à moradia para os cidadãos dos diversos níveis de renda, com ênfase para a população mais carente;
- promover a ocupação ordenada do solo a partir de operações imobiliárias e da aplicação de instrumentos de ordenamento territorial e de desenvolvimento urbano;
- flexibilizar regras e procedimentos que reduzam a burocracia e tornem mais ágeis as ações governamentais na busca de uma eficiência administrativa mais palpável e que promovam as políticas efetivamente voltadas para o desenvolvimento urbano do Distrito Federal;
- promover a regularização imobiliária de inúmeros imóveis repassados a beneficiários dos programas habitacionais, bem como de alguns loteamentos clandestinos (condomínios) de interesse social;
- reduzir os custos da produção habitacional, baseando-se no aumento da eficiência das ações governamentais;
- adotar sistemas de informações descentralizados que possibilitem não só um melhor controle e manutenção das informações, mais também agilizar os processos decisórios e permitir o acesso dos cidadãos às informações de seu interesse; e
- consolidar o Sistema de Planejamento Territorial e Urbano do DF-SISPLAN e o Sistema de Informações Territoriais e Urbanas do DF-SITURB.

DIRETRIZ

- firmar um compromisso com o desenvolvimento local como forma de buscar resultados positivos na consolidação e extensão de direitos iguais para todos os grupos da sociedade.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SE

A Secretaria de Educação, órgão de administração superior, diretamente subordinada ao Governador do Distrito Federal, responde pela educação nos níveis fundamental e médio, incluindo a educação infantil, jovens e adultos, profissional e educação especial.

Para exercer seu papel de oferecer oportunidade de ensino/educação de qualidade a toda a população do Distrito Federal, exerce as seguintes competências:

- planeja, organiza, administra e avalia o Sistema Educacional do Distrito Federal;
- elabora, acompanha e avalia o Plano de Educação, em conformidade com a política global de desenvolvimento do Distrito Federal e suas áreas de influência;
- coordena projetos, programas e planos, compatibilizando-os com o esforço despendido pela União e a iniciativa privada;
- planeja e dimensiona as necessidades de recursos humanos e materiais necessários ao cumprimento da Política Educacional do Distrito Federal, no âmbito da administração direta e indireta;
- planeja, coordena, controla e avalia programas de capacitação dos recursos humanos por intermédio de treinamento, cursos de aperfeiçoamento de pessoal técnico, docente e administrativo sob a perspectiva de valorização permanente dos servidores do setor educacional;
- regulamenta a aplicação da legislação, normas e diretrizes gerais para a educação, emanadas dos órgãos federais, Câmara Legislativa do Distrito Federal e do Conselho de Educação do Distrito Federal;
- estabelece mecanismos de comunicação e coordenação com as outras Secretarias e demais órgãos vinculados, para a elaboração de normas sobre a organização, estrutura e funcionamento das unidades organizacionais do Governo do Distrito Federal;
- exerce a tutela administrativa sobre os órgãos descentralizados – com ou sem personalidade jurídica – cuja supervisão é feita pela Secretaria;
- planeja a aplicação de investimentos públicos, com recursos próprios ou oriundos dos repasses da União, levando em consideração as decisões do orçamento a ela destinado.

DIAGNÓSTICO

O quadro atual da educação no Distrito Federal apresenta índices de atendimento que se aproximam dos 98 %. Esta constatação, entretanto, não exime os responsáveis pelo gerenciamento do processo administrativo e pedagógico de se debruçarem sobre aspectos de ordem interna e externa que repercutem negativamente na sua eficácia.

Sem desconsiderar a realidade do contexto socioeconômico do país, algumas prioridades se impõem e exigem providências para corrigir equívocos e disfunções ao

longo do próximo quadriênio: o redirecionamento da gestão atual do sistema educacional e escolar; a adequação dos currículos à Lei de Diretrizes e Bases da Educação – em todos os níveis e modalidades – sem perder de vista a manutenção e consequente adaptação da rede física, que se encontra hoje em precárias condições; adoção de alternativas pedagógicas que possibilitem a correção de distorções entre o nível de conhecimento esperado e o apresentado pelos alunos, especialmente do Ensino Fundamental; o fortalecimento do intercâmbio de experiências entre os sistemas de ensino; a necessidade de modernização tecnológica do sistema, para atender os usuários da educação; o suprimento de carências de professores no Ensino Médio, com ênfase nos componentes curriculares da área de ciências exatas e biológicas; o redirecionamento dos serviços educacionais prestados à comunidade pelas Secretarias Escolares, cuja desorganização tem contribuído para o descrédito em relação ao sistema educacional.

OBJETIVOS

- atender a todos os alunos do Ensino Fundamental;
- ampliar progressivamente a oferta de vagas no Ensino Médio, promovendo adequação curricular à Lei de Diretrizes e Bases da Educação;
- implantar cursos de Educação Profissional em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação;
- ajustar a oferta de vagas à demanda composta por alunos que não tiveram oportunidade de estudos em idade própria;
- assegurar atendimento educacional aos alunos portadores de necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino, respeitando-se suas características específicas;
- expandir gradativamente a oferta de vagas para os alunos da Educação Infantil;
- implantar programa de capacitação dos recursos humanos que atuam no sistema educacional, visando atrair e manter no sistema quadro de profissionais atualizados;
- assegurar o processo sistemático de manutenção e ampliação da rede física;
- manter sistema de diagnóstico permanente, visando aquisição e fornecimento de material pedagógico adequado às necessidades curriculares;
- implantar e implementar programas específicos de atendimento às necessidades do educando;
- avaliar o sistema administrativo da Secretaria de Educação, no que se refere à gestão democrática da escola pública do Distrito Federal, objetivando sua modernização no atendimento às expectativas da comunidade;
- definir novos modelos de gestão democrática da escola pública, a partir do necessário equilíbrio entre os princípios da democracia representativa e da democracia participativa;
- informatizar todas as escolas públicas, como meio de facilitar o aprendizado e o acesso a informações divulgadas pela Internet;
- instituir o Kit Escolar, para assegurar material didático aos alunos de famílias de baixa renda;
- instituir o Kit Professor, para garantir a compra subsidiada de computadores, livros e materiais;
- viabilizar os programas "Visitador Escolar" e "Escola Bate à Sua Porta", através da atuação de agentes comunitários, em visitas domiciliares aos alunos do Ensino Fundamental, de forma a assegurar-lhes o acesso e permanência na escola;
- criar, em núcleos rurais, unidades-piloto de produção, especialmente por região, nas quais serão ministrados cursos e divulgadas novas tecnologias de produção agrícola e agro-industrial, com o apoio de instituições de ensino e pesquisa;
- criar o programa Profissional do Amanhã, que oferecerá a estudantes da educação profissional, estágios em organismos do governo vinculados às suas áreas de formação.

DIRETRIZES

- resgatar a qualidade do ensino público, restituindo-lhe a condição de referência para os demais sistemas educacionais do país;
- utilizar alternativas que viabilizem o aprimoramento do desempenho docente;
- redirecionar a estrutura pedagógica em todos os níveis e modalidades de ensino, objetivando adequação à LDB e aos parâmetros curriculares nacionais.

SECRETARIA DE ESPORTES E VALORIZAÇÃO DA JUVENTUDE - SEVJ

Criada pela Lei nº 2301, em 21 de janeiro de 1999, órgão de direção superior, vinculada ao Governador do Distrito Federal, a SEVJ tem como atribuições a definição, execução e implementação de políticas na área do esporte amador e profissional, bem como as que visem a promoção e a valorização da juventude.

A Secretaria de Esportes e Valorização da Juventude foi criada para dar novo enfoque às ações desenvolvidas pelo extinto DEFER - Departamento de Educação Física, Esporte e Recreação. Sua atenção está voltada diretamente para a juventude, buscando dar a este segmento da sociedade, oportunidade de integração através da prática do esporte saudável.

DIAGNÓSTICO

Idealizada e criada para oferecer melhor infra-estrutura ao desporto e ao lazer como um todo, proporcionando especialmente ao jovem, mais esta opção de integração social, a SEVJ, apesar de já contar com uma boa aparelhagem física, carece de um pouco mais de incentivos e cuidados na manutenção dos espaços destinados a atender este objetivo.

OBJETIVOS

- criar incentivos para o desenvolvimento das diversas modalidades esportivas, profissionalização e apoio aos atletas carentes;
- dotar as cidades do Distrito Federal de espaços para convivência da juventude com centros de esporte e lazer;
- implantar clubes de unidades de vizinhança em todas as cidades;
- realizar o Programa de Esportes nas Quadras, em parceria com a comunidade;
- incentivar a participação e a gestão comunitária dos programas voltados ao conhecimento e prática voluntária de atividades esportivas, ginástica, dança, recreação e lazer;
- criar, manter e melhorar os equipamentos para a prática de esportes nas áreas mais deficientes do Distrito Federal;
- incentivar as empresas privadas na adoção de atletas em formação;
- levar ao jovem a informação necessária para o exercício da cidadania;
- preparar o jovem a se qualificar profissionalmente para aumentar o nível de participação na economia da comunidade;
- desenvolver no jovem a credibilidade nas instituições religiosas e governamentais e sua autoconfiança.

DIRETRIZES

- elaborar conjunto de ações destinadas a desenvolver o esporte, inclusive de competição, com ênfase na participação da comunidade;
- criar o Conselho Distrital de Esportes, a ser formado por agremiações esportivas, públicas e privadas;
- revitalizar os Jogos Infantis do Distrito Federal e instituir os Jogos Olímpicos de Verão;
- transformar o esporte de competição do Distrito Federal em expressão nacional;
- apoiar as iniciativas da sociedade organizada na promoção de eventos esportivos, nos níveis local, nacional e internacional;
- estimular a integração do jovem com a comunidade, através do esporte;
- criar espaço para que os jovens talentos possam ser estimulados e apresentados à sociedade;
- implantar programas, junto aos jovens, de prevenção às drogas, através do esporte;
- fortalecer as entidades estudantis, estimulando nos jovens a consciência de cidadania;
- promover encontros e eventos que estimulem nos jovens a consciência ecológica.

SECRETARIA DE FAZENDA - SEF

Com a extinção da Subsecretaria de Planejamento dentro da estrutura administrativa da Secretaria de Fazenda e Planejamento, a mesma passou a denominar-se Secretaria de Fazenda, enquanto que aquela Subsecretaria passou a compor a estrutura funcional da recém criada Secretaria de Planejamento.

Sua principal atribuição é a gestão econômica dos recursos do GDF, compreendendo a arrecadação e definição da política tributária, o controle das contas do tesouro distrital, a supervisão e normatização financeira, contábil, e patrimonial do Distrito Federal, tendo em vista a racionalização dos gastos públicos, bem como a auditoria de todos os órgãos e entidades do Distrito Federal, abrangendo o acompanhamento e a fiscalização quanto à legalidade, legitimidade e a economicidade dos atos e fatos administrativos e a avaliação de resultados quanto à eficiência e a eficácia da gestão orçamentária, contábil, financeira e patrimonial.

A SEF assume, ainda, a qualidade de Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Distrito Federal – SICON/DF, que segundo a Lei Orgânica do Distrito Federal compreende as funções de planejamento, orçamento, administração financeira, contabilidade, auditoria e patrimônio. Assim, cabe a SEF, no contexto da gestão pública

distrital, papel da coordenação, orientação e normatização de atividades que vão da execução financeira, contábil, orçamentária e patrimonial até o acompanhamento e a avaliação de resultados.

A atuação da SEF, compreende todo o complexo administrativo do Distrito Federal abrangendo 23 Secretarias, 30 órgãos relativamente autônomos, 8 fundações (em processo de extinção), 7 autarquias, 8 empresas públicas e 6 sociedades de economia mista, que em conjunto movimentam um orçamento total em torno de 5,0 bilhões e contam com um quadro funcional de aproximadamente 130 mil servidores.

A Secretaria conta em sua estrutura com três Subsecretarias: Finanças, Receita e Auditoria, além da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central – CODEPLAN e do Banco de Brasília – BRB. Tendo, também, sob sua responsabilidade a administração do Fundo de Liquidez do Metrô/DF e do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal.

O grande desafio da Secretaria de Fazenda está configurado pela necessidade de se promover uma atuação efetiva no âmbito de suas funções, com incremento das receitas, assim como no efetivo controle qualitativo e quantitativo dos gastos públicos, contribuindo para o equilíbrio fiscal do Distrito Federal.

DIAGNÓSTICO

A atual situação financeira mundial dos países em desenvolvimento, atravessa uma crise desencadeada pela profunda imersão de suas economias no fenômeno da globalização. Este novo cenário, demonstra que a modernização e a educação, bem como os ajustes para essa nova realidade são imprescindíveis, e aqueles que não estiverem capacitados para acompanhar esse processo, renovando suas formas de atuação em busca de constante eficiência e equilíbrio, objetivando um desenvolvimento sustentável, estarão constantemente fadados a administrar crises e dificuldades. O setor público, nas suas diversas esferas administrativas, após severamente atingido em suas finanças, foi também compelido a participar desse processo.

Os principais fatores que mergulharam os estados em sua atual situação foram os percentuais insustentáveis de despesas de pessoal com crescente aumento no pagamento de inativos, pesada estrutura administrativa, diminuição da performance na arrecadação pela carência de mecanismos de controle da evasão fiscal, guerra fiscal entre Unidades Federativas e pela redução das atividades econômicas.

Nesse enfoque, o Distrito Federal está sendo convocado a adequar-se para que consiga atingir as metas propostas por seus representantes políticos e atender aos anseios de seus cidadãos. Desta forma a Secretaria de Fazenda deverá atuar numa amplitude que vai da formulação de programas, passando pelo ajuste do Estado à sua capacidade existente, revigorando esta capacidade por meio de regras e limitações.

Para sua melhor adequação a Secretaria de Fazenda necessitará adotar um novo modelo organizacional, revisando e racionalizando os processos, capacitando seu corpo funcional, técnica e gerencialmente, bem como, a institucionalização de uma área de planejamento estratégico e tático no seu âmbito.

A Secretaria, desde 1997, está inserida no Projeto de Modernização e Fortalecimento da Área Fiscal com o objetivo de aumentar a arrecadação e combater a evasão fiscal, mediante o aparelhamento da Subsecretaria de Receita, a reestruturação administrativa e a capacitação de seus servidores. Este projeto está sendo financiado com a colaboração do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

Dando continuidade ao projeto, a Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda através do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros – PNAFE, autorizou esta Secretaria, através de aditamento ao Contrato de subempréstimo firmado com a Caixa Econômica Federal, ampliar o Projeto de Modernização e Fortalecimento da Área Fiscal com a inclusão da Área Financeira, que abrange o Controle Interno, Auditoria, Patrimônio, Contabilidade, SIAFEM, Controle Financeiro, Dívida Pública, Planejamento e Orçamento.

A Dívida do GDF não foi negociada junto à União nos últimos 4 anos, como os demais estados o fizeram. Em consequência disso, cerca de 40% da dívida total vence nos próximos 4 anos, comprometendo a receita própria do GDF por volta de 11% ao mês. Caberá ao atual governo buscar a negociação para transformar essas parcelas em dívida a longo prazo, à semelhança dos outros estados.

A Secretaria de Fazenda vem atuando como gestora do Fundo de Liquidez do Metrô-DF, criado pela Lei Complementar nº 09 de 01 de abril de 1996, regulamentado pelo Decreto nº 18.683, de 03 de Outubro de 1997, que tem como objetivo prover os meios de pagamento e garantir a liquidação das obrigações contratuais assumidas pelo Distrito Federal junto ao Banco do Brasil, para financiar os equipamentos necessários à execução do projeto do Metrô DF. Quando o Fundo atingir os recursos suficientes, será este automaticamente extinto, com a quitação das obrigações contratuais remanescentes.

O Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal – FUNDEFE, também gerido por esta Secretaria, instituído pelo artigo 209 do Decreto-lei nº 82, de 26 de dezembro de 1986 e ratificado pela Lei nº 79, de 29 de dezembro de 1989, tem por objetivo promover o desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal, mediante apoio financeiro a projetos selecionados. A operacionalização do FUNDEFE dá-se através do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social – PADES/DF criado com o objetivo de promover a dinamização do setor produtivo mediante a implantação e a ampliação de empreendimentos econômicos industriais no Distrito Federal através da concessão de benefícios creditícios a estes empreendimentos, na forma do financiamento. Atualmente, este programa contempla 12 empresas.

A Secretaria possui contratos de terceirização na área de informática, e tem como prestadores de serviço a CODEPLAN, empresa vinculada a ela, o SERPRO, ligado ao Governo Federal, e a POLITEC, empresa privada. Os sistemas de administração tributária e financeira foram desenvolvidos por aquelas empresas e são gerenciados pela Secretaria. Mesmo em sua concepção original já continham inadequações, agravadas com os constantes acertos efetuados, sem a devida documentação.

A Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central – CODEPLAN, empresa vinculada a Secretaria e integrante da Administração Indireta, apoia o governo na promoção do Desenvolvimento do Distrito Federal e sua região de influência, através de

estudos, pesquisas e projetos voltados ao planejamento. A empresa atua como órgão normatizador da política de informática, proporcionando suporte técnico e operacional ao complexo administrativo do GDF. A Companhia mantém à disposição do público o maior acervo de informações temáticas sobre o Distrito Federal, através de uma base de dados georeferenciada, envolvendo aspectos geográficos, econômicos, sociais e culturais. Destacam-se, em sua linha de produtos, as pesquisas mensais de Emprego e Desemprego – PED, Índice de Custo de Vida – ICV, os sistemas Cartográfico – SICAD, Informação Territorial e Urbana – SITURB, Informações Estatísticas – SIEDF, além de estudos populacionais, que fizeram da CODEPLAN um centro na área de demografia na Região Centro Oeste. Em relação aos serviços de processamento de dados, a CODEPLAN opera e gerencia, em meio a outros, os Sistemas de Gestão Integrada de Recursos Humanos – SIGRE, Disque Matrícula e Atendimento ao Cidadão – SIACI. Integrando os órgãos e entidades governamentais como forma de elevar a qualidade dos serviços oferecidos aos cidadãos e criar condições técnicas para a efetiva prestação de contas à sociedade, a CODEPLAN vem trabalhando na implantação de sistemas integrados de atendimento e informação, dentre os quais ressalta-se a Rede Única de Comunicação de Dados do GDF – GDFNET.

O Banco de Brasília – BRB foi encontrado em situação difícil, com a gestão anterior anunciando a sua federalização, o que o levava a recorrer a empréstimos junto ao PROER do Banco Central, ocasionando, a médio prazo a privatização. O Banco foi administrado sem os critérios exigidos pelo atual momento financeiro por que passa o País. O lucro final do exercício pouco passou de 1% do patrimônio líquido. Por tratar-se de uma instituição importante para a gestão pública do GDF, foi assumido o compromisso de recuperá-lo, através de austeridade em sua gestão diminuindo gastos administrativos, bem como redimensionando suas aplicações, pulverizando-as em favor de pequenos tomadores, para diminuir os riscos de inadimplência.

Principais dificuldades da Secretaria de Fazenda:

- desajustamento do regimento interno e da estrutura organizacional com as necessidades práticas da administração tributária, financeira, contábil e patrimonial;
- recursos de informática insuficientes e obsoletos, não utilizados de forma a apoiar adequadamente os trabalhos;
- total dependência das empresas terceirizadas na área de informática;
- carência de sistemas informatizados eficientes e confiáveis, para apoio às áreas tributária, de auditoria, finanças, contábil, patrimonial e de administração;
- inadequação, pouca ou nenhuma regulamentação voltada para orientar as atividades dos setores internos da SEF e dos setoriais externos;
- insuficiente capacitação técnica e gerencial dos recursos humanos;
- infra-estrutura inadequada.

OBJETIVOS

- implementar o Projeto de Modernização e Fortalecimento da Área Fiscal - Área Tributária;
- implementar o Projeto de Modernização e Fortalecimento da Área Fiscal - Área Financeira, abrangendo todo o Sistema de Controle Interno do Distrito Federal;
- propiciar maior eficiência na aplicação e controle das finanças públicas, por meio da incrementação dos recursos materiais e qualificação dos recursos humanos, otimizando a gestão das políticas fiscais;
- institucionalizar o planejamento estratégico, tático e operacional no âmbito da Secretaria;
- promover a interação entre as unidades da Secretaria de Fazenda interna e externamente com os setoriais;
- dotar a administração financeira, contábil e patrimonial de normas claras e precisas que contribuam para padronização e sistematização da execução da despesa pública;
- estabelecer limites legais e criar instrumento de apoio às atividades do controle financeiro que contribuam para o equilíbrio das finanças do Governo do Distrito Federal;
- atuar de forma a permitir um controle eficaz da gestão pública, por meio de ações preventivas e avaliação de desempenho da gestão, garantindo a boa aplicação dos recursos;
- aumentar a arrecadação e combater a evasão fiscal, mediante o reaparelhamento da Subsecretaria de Receita, a reestruturação administrativa e a capacitação de seus servidores;
- aprimorar os mecanismos de fiscalização, bem como buscar alternativas para aumentar a receita;
- recuperar administrativa e financeiramente o Banco de Brasília;
- estimular a formação de parcerias entre os órgãos do GDF e a CODEPLAN visando melhor utilização dos serviços e informações disponibilizados pela empresa;
- expandir atuação comercial da CODEPLAN, ofertando novos produtos e buscando novos clientes nas áreas federal, estadual e no setor privado;
- possibilitar plena utilização da GDF-NET;
- implantar ações para o pagamento dos precatórios dos servidores públicos do GDF.

DIRETRIZES

- atuar efetivamente para o incremento das receitas, assim como para o efetivo controle qualitativo e quantitativo dos gastos públicos, contribuindo para o equilíbrio fiscal do Distrito Federal de forma a possibilitar o atingimento dos objetivos e consecução das metas propostas pelo Governo e atender aos anseios de seus cidadãos;
- fortalecer institucional e tecnicamente a Administração Financeira, mediante revisão de sua estrutura e modelo de funcionamento organizacional, racionalização de processos e capacitação técnica e gerencial do quadro funcional.

SECRETARIA DE GOVERNO - SEG

Agente promotor da articulação inter-órgãos do governo do Distrito Federal, a Secretaria de Governo coordena, acompanha e avalia a ação governamental, além de prestar assistência ao Governador nas suas relações com os outros poderes do Distrito Federal, União, Estados, representações diplomáticas, organismos internacionais e organizações não governamentais.

Objetivando um conjunto de políticas setoriais consistentes e vinculadas à realidade, são mantidas as seguintes unidades: Subsecretaria de Defesa do Consumidor, Subsecretaria da Coordenação das Administrações Regionais, Subsecretaria para Assuntos do Idoso, Coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, Conselhos dos Direitos da Mulher, dos Direitos da Criança e do Adolescente, de Entorpecentes, de Defesa dos Direitos dos Negros, bem como Conselhos Tutelares em diversas localidades.

OBJETIVOS

- promover a articulação entre os órgãos integrantes da Administração do Distrito Federal e a comunidade;
- promover campanhas de orientação ao público consumidor;
- conscientizar o idoso quanto aos seus direitos e reintegrá-lo à sociedade;
- planejar, executar e divulgar as ações relativas aos portadores de necessidades especiais;
- estabelecer as políticas voltadas aos direitos da mulher, do negro, da criança e do adolescente, bem como ao combate ao uso de entorpecentes.

DIRETRIZES

- integrar e harmonizar as ações governamentais de todos os órgãos que compõem o Complexo Administrativo do Distrito Federal;
- realizar gestões que viabilizem recursos para atendimento à mulher, à criança e ao adolescente, ao combate ao uso de entorpecentes e à defesa dos direitos dos negros.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SEMATEC

As ações a serem empreendidas no quadriênio 2000-2003 serão desenvolvidas pelos órgãos que compõem o complexo SEMATEC, consoante as linhas de competência de suas próprias áreas, que se integram em visão de conjunto.

Nessa perspectiva, a sistematização dessas ações - prefigura o curso de um processo de planejamento concebido como instrumento básico de gestão, nos próprios termos estabelecidos pela Lei nº 040, de 13 de setembro de 1989.

Na execução da Política Ambiental, o Sistema SEMATEC conta com os seguintes órgãos vinculados: Fundação Pólo Ecológico de Brasília - FunPEB; Fundação de Apoio à Pesquisa - FAP; Instituto de Ciência e Tecnologia - ICT; Instituto de Ecologia e Meio Ambiente - IEMA; Jardim Botânico de Brasília - JBB e Serviço de Limpeza Urbana - SLU;

DIAGNÓSTICO

O Distrito Federal localiza-se na Região Centro-Oeste e está inserido no bioma cerrado, um dos mais ricos em biodiversidade do país. De sua área total mais de 42% são legalmente reconhecidos como área de conservação ambiental. O clima da região é típico de cerrado: chuvoso no verão e seco no inverno. O período de seca é longo, de junho a agosto. Neste período, a precipitação pluviométrica se reduz significativamente, chegando a atingir 8,8 mm no mês de junho.

As características iniciais da ocupação do Distrito Federal, a partir da concepção inicial de "cidade planejada", para exercer função estritamente administrativa, não puderam ser sustentadas. O intenso crescimento populacional determinado, principalmente, pelas correntes migratórias atraídas para o seu território e entorno, vem promovendo forte pressão sobre a ocupação do solo e contribuindo para um processo contínuo de degradação ambiental e social, comprometendo, sobremaneira, seus recursos naturais e, conseqüentemente, a qualidade de vida da população residente.

A baixa disponibilidade hídrica do Distrito Federal impõe conflitos frente à dinâmica de ocupação territorial, acarretando uma crescente preocupação com a quantidade e a qualidade da água para uso consuntivo (abastecimento público e irrigação) e não-consuntivo (recreação e lazer, assimilação, diluição e transporte de esgoto e geração de energia elétrica).

O contínuo crescimento da área urbana e os diferentes sistemas de irrigação utilizados na área rural aumentaram a pressão antrópica sobre os corpos hídricos, gerando problemas, como: formação de voçorocas, assoreamento, poluição e contaminação. Mesmo áreas protegidas correm risco de comprometimento de seus ecossistemas, em função das atividades antrópicas em seu entorno.

Uma questão relevante é a destinação final dos resíduos sólidos, uma vez que a produção desses aumenta na proporção que aumenta a população, exigindo a criação de áreas específicas para a estocagem e instalações de usinas de reciclagem.

As unidades de conservação e áreas protegidas no Distrito Federal têm se destacado como importante instrumento de preservação e conservação dos ecossistemas, constituindo-se em objeto de pesquisa científica e de educação ambiental. Entretanto, essas áreas estão sendo ocupadas de forma indisciplinada e, em alguns casos, irregular, acelerando o processo de degradação dos recursos naturais que precisam ser preservados, com riscos para a biodiversidade da fauna e da flora do cerrado.

A disseminação da idéia de que o Distrito Federal detém a maior renda *per capita* do país atrai, para o Distrito Federal e Entorno, populações carentes e de baixa capacitação técnica, que enfrentam dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

Como forma de minimizar os efeitos negativos dessa migração, e buscando a geração de emprego e renda, o Governo do Distrito Federal, através da SEMATEC, em parceria com instituições públicas e privadas, vai estimular a atividade do ecoturismo a preços competitivos. Neste sentido, convém lembrar que o Distrito Federal, valendo-se da distribuição espacial da atividade agrícola e das riquezas naturais disponíveis, apresenta condições favoráveis para desenvolver, com êxito, a atividade do ecoturismo disso resultando grandes oportunidades de geração de emprego e renda para a população local. Ressalte-se que o aumento da demanda por alimentos e atividades ecologicamente saudáveis assinala uma tendência mundial crescente sobremaneira no Brasil.

No que concerne à C&T, o fato do Distrito Federal não possuir uma agricultura forte, e sua capacidade hídrica não comportar indústrias que demandem grande quantidade de água, o desenvolvimento de suas atividades deve direcionar investimentos, visando provocar o crescimento econômico, sem aumentar a pressão antrópica sobre o meio ambiente.

É preocupação do atual Governo romper com barreiras existentes entre a realidade tecnológica da economia brasileira e as "ilhas de competência técnica" localizadas no Distrito Federal. Nesse sentido, terá em devida conta a presença local de institutos de pesquisa e universidades que podem ser considerados como "centros de excelência" para promover o desenvolvimento científico-tecnológico que vise soluções sócioambientais e sustentáveis.

OBJETIVOS

- tornar a mão-de-obra mais qualificada, de forma a atender a demanda do mercado de trabalho;
- ampliar e fortalecer a execução da política ambiental no Distrito Federal através da recomposição e capacitação do quadro de pessoal da SEMATEC e órgãos vinculados;
- disponibilizar indicadores ambientais, com vistas à realização de análises, estudos e projetos voltados para a melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida da população como forma de agilizar a gestão ambiental;
- utilizar as tecnologias disponíveis, gerando emprego e renda dentro de uma visão de desenvolvimento sustentável;
- garantir a proteção e conservação dos recursos naturais;
- promover a conscientização e integração da população na gestão ambiental, de modo a contribuir para a construção de um meio ambiente preservado e equilibrado, garantindo a qualidade de vida da atual e futura geração;
- implantar tecnologias apropriadas para minimizar o impacto ambiental causado pela destinação final de resíduos sólidos;
- ampliar e fortalecer a rede de monitoramento da qualidade do ar no Distrito Federal;
- elaborar e implantar a Agenda 21 local;
- monitorar e recuperar áreas degradadas;
- implantar e gerenciar as Unidades de Conservação do Distrito Federal;
- implantar, recuperar e manter a infra-estrutura dos parques ecológicos do Distrito Federal;
- consolidar a implantação da Reserva da Biosfera do Cerrado, visando conciliar a sua conservação e a utilização econômica dos seus recursos naturais;
- disponibilizar os recursos hídricos do Distrito Federal em quantidade e qualidade, para atender sustentavelmente a população;
- gerar emprego e renda em atividades não poluentes;
- manter e ampliar a eficiência e eficácia na execução da política ambiental;

- definir uma política de ecoturismo no Distrito Federal e Entorno, regulamentando sua prática, dentro de uma visão de desenvolvimento sustentável.

DIRETRIZES

- incentivar a capacitação tecnológica da mão-de-obra e de setores produtivos do Distrito Federal;
- apoiar a pesquisa privada e a inovação tecnológica em micro, pequenas e médias empresas;
- melhorar os níveis de eficiência da SEMATEC e órgãos vinculados, em gestão ambiental por meio do seu fortalecimento institucional;
- operacionalizar um sistema de informações ambientais integrado com órgãos governamentais e centros de pesquisas, a fim de subsidiar o processo de gestão ambiental;
- promover o desenvolvimento tecnológico do setor produtivo e incentivar parcerias entre empresas do Distrito Federal e instituições de ensino e pesquisa;
- estimular o uso racional e sustentável dos recursos naturais, incluindo a manutenção, melhoria ou recuperação da qualidade ambiental;
- definir e implementar ações de educação ambiental, com acesso a todos os segmentos da sociedade;
- adotar uma política moderna e racional de limpeza pública;
- manter os atuais padrões de qualidade do ar no Distrito Federal;
- buscar apoio de cooperação técnica nacional e internacional para uso sustentável dos recursos naturais;
- promover a parceria governo/comunidade para a construção da Agenda 21 local, consultando e conscientizando a população em relação às questões do desenvolvimento sustentável;
- promover a preservação da diversidade biológica do cerrado, de modo a garantir seu potencial genético e produtivo;
- implantar o Sistema de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos;
- desenvolver ações de proteção, recuperação e manutenção das bacias hidrográficas e dos mananciais de abastecimento público;
- fomentar as atividades científicas tecnológicas, levando o Distrito Federal ao encontro de sua vocação natural, que é ser sede de empresas de tecnologia de ponta;
- intensificar e ampliar a parceria governo-sociedade para a co-gestão ambiental;
- desenvolver, em conjunto com outras instituições públicas e privadas, programa de ecoturismo do Distrito Federal, com vistas à geração de emprego e renda, dentro de uma visão de Desenvolvimento Rural Sustentável;
- estimular o desenvolvimento científico e tecnológico com o apoio expressivo às universidades, institutos de pesquisas e a comunidade de inventores;
- estimular atividades ligadas à educação científica e tecnologia para os alunos de ensino fundamental e médio, por meio da qualificação dos professores e recuperação dos laboratórios de ciências das escolas da rede pública;
- aumentar a quantidade de áreas de preservação ambiental no Distrito Federal para garantir que as últimas áreas de vegetação natural fiquem preservadas;
- garantir a preservação e recuperação do solo em áreas degradadas, essencial para garantir o uso sustentável dos recursos naturais;
- garantir a preservação e a exploração racional dos recursos genéticos do cerrado por meio da preservação de áreas naturais de relevante interesse genético e pela realização de pesquisas científicas sobre o tema.

SECRETARIA DE OBRAS - SO

A SECRETARIA DE OBRAS – SO tem por finalidade a execução de obras públicas e a prestação de serviços públicos, cujas competências são desenvolvidas pela Secretaria, como órgão central coordenador e através das entidades vinculadas: CEB, CAESB, NOVACAP, COORDENADORIA ESPECIAL DO METRÔ e DER.

DIAGNÓSTICO

O aumento populacional apresentado pelo Distrito Federal, próprio de uma cidade com histórico de implantação ainda recente e polo de atração do entorno e de populações de outros estados, acarretou no surgimento de novas zonas urbanas e na expansão das existentes.

Tal fato leva a uma demanda de grande porte de infra-estrutura urbana que requer a aplicação de recursos de vulto, no sentido de dotar estas áreas dos serviços necessários à execução das atividades urbanas, bem como criar condições de

habitabilidade e sustentabilidade para as populações das áreas rurais, visando ainda, neste caso, garantir o desenvolvimento da produção agrícola e seu escoamento.

Há ainda, que se pensar na consolidação da cidade com as novas funções que assume devido ao seu porte e resgatar a proposta original, que a levou a ser tombada e ao status de Patrimônio da Humanidade.

Em relação a operacionalidade da Secretaria de Obras, cumpre observar que a sua estrutura está em vigor desde 1976, tendo o Regimento Interno sido aprovado pelo Decreto nº 3.286, de 16/06/76. Ao longo desse tempo, a estrutura citada foi objeto de desmembramentos diversos para atender a criação de novas unidades administrativas na estrutura básica do Distrito Federal, além de não passar pela atualização geral realizada nas demais Secretarias no exercício de 1993. Consta-se, assim, que a Secretaria de Obras convive hoje com uma estrutura organizacional completamente defasada e carcomida pelo tempo, incapaz de atender, com a rapidez necessária, às demandas da sociedade.

A Secretaria de Obras executa o controle e a programação de obras públicas e serviços a estas relacionados, no Distrito Federal. Parte das atividades desse controle são de caráter financeiro e parte de caráter físico.

O desempenho destas tarefas vem sendo feito isoladamente em cada unidade através de microcomputadores, os quais estão defasados, com capacidade insuficiente e com aplicativos desatualizados que não propiciam a agilidade necessária para a gama de serviços a serem realizados.

Portanto, urgente faz-se, além da reestruturação da Secretaria, a implantação de um plano de renovação e ampliação do sistema de informatização da mesma, com a criação de um Banco de Dados ligado a uma rede local eficiente para que todas as atividades das diversas unidades possam ser executadas com o desempenho desejado pela comunidade e pelos servidores e autoridades do GDF.

Em consequência da já mencionada necessidade de serviços de infra-estrutura, aumenta-se a demanda das atividades fins da NOVACAP, a qual tem limitações quanto a disponibilidade de equipamentos e máquinas para efetivo atendimento destas atividades, e das que são geradas pela insuficiência na infra-estrutura de outros órgãos do GDF, em especial Administrações Regionais.

Outra consequência do rápido crescimento do DF, é o atual estrangulamento das principais vias das cidades, causado em especial pelo intenso uso de transportes individuais e outros meios alternativos de transporte. Com o aumento da oferta de transportes públicos para a população, a ser proporcionado pelo Metrô – um sistema eficiente, rápido, moderno e seguro - obter-se-á uma significativa contribuição para o descongestionamento do sistema em geral e a melhoria da qualidade de vida.

Em relação à CAESB, destaca-se que os níveis de atendimento com serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário colocam o Distrito Federal em situação de destaque no panorama nacional.

Nesse contexto, os principais desafios para a CAESB traduzem-se na implantação de um novo grande sistema produtor, no equacionamento do tratamento de esgotos das cidades de Taguatinga, Ceilândia e Gama, no abastecimento de água dos condomínios e áreas rurais concentradas, além da otimização operacional dos sistemas hoje operados pela Companhia, visando assegurar menores custos operacionais e maior confiabilidade.

A Companhia Energética de Brasília – CEB, uma sociedade de economia mista controlada pelo Governo do Distrito Federal e regida pela Lei das Sociedades Anônimas, obedece às orientações normativas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por ser concessionária de serviço público federal, e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, por ser empresa de capital aberto.

A Companhia não medirá esforços para que o seu corpo gerencial e técnico esteja habilitado a cumprir os compromissos permanentes com o desenvolvimento do Distrito Federal, intensificando e estimulando a produtividade operacional, o aprimoramento da capacidade técnica, o gerenciamento dos recursos financeiros, a segurança das pessoas e do patrimônio, a utilização de tecnologias modernas e de economicidade comprovada, enfim, atuar para colocar a CEB em posição de excelência empresarial, tornando-a preferencial junto aos seus clientes e competitiva, dentro do novo modelo de gestão do setor elétrico brasileiro.

Ao Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, autarquia integrante da estrutura administrativa do Distrito Federal, compete basicamente executar obras rodoviárias visando a construção, conservação e restauração das rodovias do Sistema Rodoviário do Distrito Federal (SRDF) e dos estados e municípios limítrofes mediante delegação, convênio e acordo, através dos 5 Distritos Rodoviários, além de manter a segurança viária através da Companhia de Polícia Rodoviária.

OBJETIVOS

O objetivo geral da Secretaria de Obras é melhorar e garantir a qualidade de vida essencial ao bem estar das populações urbanas e rurais e o desenvolvimento das atividades da cidade, visando em especial a melhoria das condições de circulação de veículos e pedestres, observados os condicionantes do meio ambiente, no sentido da preservação deste e da provisão do conforto ambiental do meio urbano e a melhoria do clima no DF. Assim, os objetivos específicos são:

- implantar infra-estrutura básica nas áreas desprovidas e complementar a infra-estrutura de setores habitacionais, tais como Águas Claras e Sudoeste, e novos setores, tais como Noroeste, Taquari e Catetinho;
- complementar o Plano Urbanístico original de Brasília, executando obras de urbanização neste sentido e obras de revitalização de áreas diversas da cidade;
- recuperar e conservar a malha viária e a infra-estrutura urbanística do DF;
- melhorar a infra-estrutura viária, incluindo a duplicação de vias, a retificação da malha viária e a busca de soluções para a saturação das áreas de estacionamento;

- adotar medidas visando beneficiar a circulação e a acessibilidade de deficientes físicos;
- implantar e recuperar obras de arte de engenharia;
- ampliar e manter o sistema de águas pluviais;
- prevenir, controlar, combater erosões e recuperar áreas erodidas;
- implantar arborização e áreas verdes, entre outras medidas e recuperar áreas degradadas;
- implantar os equipamentos públicos, requeridos pelo atual estágio de desenvolvimento do DF, e complementar o plano arquitetônico original de Brasília;
- implantar e recuperar áreas de lazer e quadras de esportes;
- limpar e conservar áreas não urbanizadas;
- melhorar e otimizar a prestação de serviços públicos;
- construir a Barragem do Corumbá, visando ampliar a oferta de abastecimento de água e energia elétrica ao DF;
- concluir as estações de passageiros e respectivas passarelas de acesso de pedestres ao longo da Asa Sul no Plano Piloto;
- concluir e tornar operacional o trecho compreendido entre a Estação Praça do Relógio e Estação Terminal Ceilândia;
- edificar os Terminais de Integração Metrô-Ônibus junto às Estações Centro Metropolitano, Ceilândia Centro e Terminal Ceilândia;
- aumentar a produtividade e melhorar os serviços prestados, nas áreas de urbanização e edificações, compreendendo construção, ampliação e reformas de prédios e próprios públicos;
- conservar, proteger e fiscalizar as bacias hidrográficas utilizadas ou reservadas para fins de abastecimento de água;
- executar, operar, manter e explorar os sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Distrito Federal;
- garantir o atendimento eficiente e eficaz aos clientes no fornecimento de energia elétrica;
- assumir responsabilidade social junto à comunidade na prestação de serviços públicos;
- atender compromissos de empresa prestadora de serviços públicos;
- garantir competitividade e eficiência econômico-financeira da CEB;
- modernizar a CEB de forma sistêmica;
- expandir e diversificar negócios no setor energético;
- investir na capacitação e valorização de pessoal;
- melhorar as condições de tráfego nas rodovias do DF, com a respectiva pavimentação, duplicação, restauração;
- construir 3ªs faixas e vias marginais;
- tratar os locais críticos de acidentes de trânsito e de congestionamentos;
- implantar sinalização horizontal e vertical das rodovias pertencentes ao SRDF;
- conservar a malha rodoviária do DF, através dos equipamentos e máquinas utilizados nos serviços executados pelos Distritos Rodoviários e pelo policiamento rodoviário, através da CPRV com maior fiscalização nas rodovias do SRDF, em atendimento ao preconizado pelo Código de Trânsito Brasileiro;
- dar ao transporte coletivo tratamento preferencial;
- buscar recursos externos, conforme Programa de Segurança de Trânsito, Transporte e Melhoria do Sistema Viário do Distrito Federal;
- melhorar as condições internas do Órgão através da aquisição de equipamentos necessários para apoio à atividade fim, controle e segurança de tráfego.

DIRETRIZES

- execução da infra-estrutura, implantação de equipamentos públicos e dotação de serviços públicos;
- estabelecimento de ações conjuntas entre os diversos órgãos de governo otimizando a execução de obras e a oferta dos serviços públicos;
- busca de recursos para execução dos objetivos propostos, inclusive junto a organismos internacionais;
- elaboração dos estudos e projetos necessários a atuação do governo;

- busca da metodologia e tecnologias, inclusive através de troca de experiências com empresas atuantes na área, com a finalidade de aperfeiçoamento e economicidade na implementação dos empreendimentos relativos ao Metrô;
- reestruturação da secretaria e implementação de sua informatização, bem como treinamento de pessoal;
- estabelecimento de ações em acordo com os estados vizinhos, de impacto positivo para o DF, beneficiando a todos;
- buscar alocação de recursos, no orçamento, compatível com as reais necessidades da Novacap para atendimento a demanda por serviços de sua competência;
- buscar permanentemente a melhoria na qualidade da prestação de serviços pela CAESB;
- assegurar a continuidade operacional dos sistemas de abastecimento de água, implantando tratamento completo nos sistemas produtores dotados de tratamento simplificado;
- priorizar as ações de conservação da água e de redução de perdas nos sistemas de abastecimento de água existentes;
- implantação de tratamento de esgotos em todas os sistemas, mantendo sistemática de monitoramento de qualidade dos corpos receptores;
- busca a utilização de tecnologias alternativas de eficiência comprovada e baixo custo no setor de saneamento;
- aumento da eficiência no atendimento do fornecimento de energia elétrica ao cliente atual, aos novos clientes urbanos e rurais, buscando os melhores índices de continuidade e qualidade da energia fornecida;
- empreendimentos das ações para melhoria do relacionamento com a sociedade, estimulando ações internas de voluntariado solidário, implantando projetos de integração com os planos de governo para o desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal;
- manutenção e expansão do sistema de iluminação pública, com qualidade e eficiência, aprimorando os canais de interação e parcerias entre a CEB, GDF, Secretarias de Governo, Administrações Regionais e Organizações da Sociedade Civil e articulação, objetivando um relacionamento eficiente, com os órgãos fiscalizadores: GDF, TCDF, ANEEL e CVM;
- estabelecimento e implantação da sistemática de gerenciamento integrado de recursos materiais, humanos, financeiros e administrativos, objetivando maior participação no mercado de capitais, de modo a contextualizar a CEB numa visão empresarial;
- preparação da CEB para a competitividade, de acordo com a reestruturação do setor elétrico-energético, com novos métodos de trabalho e novas tecnologias na distribuição e comercialização de energia elétrica e de outros produtos e serviços;
- participação da CEB em projetos visando: aumento da geração própria de energia elétrica, utilização de gás natural no Distrito Federal, exploração de negócios de telecomunicações, conquistando assim, novos mercados e serviços, através de parcerias com empresas públicas e privadas;
- propiciar o bem-estar integral dos empregados da CEB, estimulando-os ao desenvolvimento da cultura voltada para o aumento da produtividade e criatividade, valorizando-os e remunerando-os adequadamente de acordo com o mercado e os resultados da empresa;
- consolidação do Sistema Rodoviário do DF, através de sua implantação, manutenção e operação;
- desenvolvimento de medidas de engenharia rodoviária através de projetos e obras, com vistas ao atendimento dos objetivos propostos;
- utilização de processos tecnológicos na área de engenharia de tráfego, que garantam maior fluidez e segurança aos usuários das rodovias;
- articulação com outros Órgãos/Secretarias, para ações integradas com o objetivo de melhoria do transporte no DF, e definição de políticas de tráfego para as rodovias do DF e da Região Geoeconômica.

A CEB deverá investir, de acordo com o seu programa de investimentos, no período de 2000/2003, em sintonia com as prioridades definidas pelo GDF, o montante de R\$ 313.699 mil, viabilizando projetos que são importantes para o desenvolvimento do Distrito Federal, como por exemplo:

- melhoria da Usina Hidrelétrica do Paranoá;
- construção da Usina Hidrelétrica de Lajeado;
- construção da Usina Hidrelétrica de Queimado;
- construção de Usinas Termelétricas a gás natural;
- construção do Aproveitamento de Corumbá IV;
- fornecimento de energia elétrica para a expansão do Metrô;
- compactação de redes aéreas para aumento de eficiência energética;
- fornecimento de energia elétrica para o Projeto Oria;
- expansão do Sistema de Iluminação Pública;
- fornecimento de energia elétrica para atender aos Programas Habitacionais do Governo;
- infra-estrutura para o Pólo Brasil Central.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO - SEP

A Lei n.º 2298/99 ao criar a Secretaria de Planejamento do Distrito Federal, separando suas atribuições daquelas típicas da administração fazendária, objetivou, sem prejuízo da indispensável articulação com a gestão financeira, atribuir especial atenção às atividades de planejamento, orçamentação, acompanhamento e avaliação da execução de programas governamentais, de modo a garantir maior efetividade ao gasto público.

Fundamentalmente, compete a essa Secretaria subsidiar o planejamento estratégico do Governo, buscando inserir o Distrito Federal nos planos e políticas de desenvolvimento nacional e regional; elaborar o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social, o Plano Plurianual e o Plano Anual de Governo, compatíveis com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial, integrando as políticas setoriais e intersetoriais; elaborar a Proposta Orçamentária Anual, a qual deve espelhar e detalhar as diretrizes e objetivos definidos nos instrumentos anteriormente mencionados, associando-os à estimativa de receita formulada para o período, buscando assegurar o equilíbrio fiscal das contas públicas; orientar, acompanhar e avaliar a execução de planos, programas, projetos, atividades e metas.

DIAGNÓSTICO

As atuais perspectivas econômicas, que apontam para um cenário de retração da atividade produtiva, com reflexos que já se fazem sentir sobre a arrecadação, soma-se a necessidade de alcançar uma administração equilibrada dos recursos públicos, uma vez que a capacidade de endividamento do Estado encontra-se próxima de seu limite. O atendimento das demandas sociais, portanto, depende essencialmente da melhoria da governança, ou seja, da obtenção de ganhos de qualidade, eficiência e produtividade na gestão governamental.

Assim sendo, cumpre adequar o processo integrado de planejamento e orçamento às exigências do novo modelo de Estado, conferido-lhe perfil gerencial e focando resultados, mediante a implantação de modernos mecanismos de programação e gestão públicas, sem prejuízo da observância do controle e da legalidade indissociáveis do gasto de governo.

OBJETIVOS

- implantar modelo de programação e orçamentação compatível com a orientação da ação governamental voltada menos para processos e mais para produtos;
- institucionalizar o planejamento estratégico, tático e operacional no âmbito do Governo do Distrito Federal;
- estabelecer normas, instrumentos e mecanismos gerenciais, em conjunto com a Secretaria de Fazenda, que associem a programação financeira à execução de projetos e atividades, estes últimos compreendidos como o detalhamento das políticas e programas governamentais;
- desenvolver sistema informatizado que integre as funções de programação, orçamentação, acompanhamento e avaliação das ações governamentais, redefinindo e ampliando os atuais Sistema de Acompanhamento Governamental – SAG e Sistema Integrado de Orçamento Público – SIOP;
- implantar, sob a estrutura do Sistema de Controle Interno, o Subsistema de Planejamento e Orçamento, com unidades setoriais em todas as Secretarias;
- implantar as atividades previstas no Projeto de Fortalecimento e Modernização da Área Fiscal do Distrito Federal – PROMOTEC /DF;
- dotar a Secretaria de Planejamento de infra-estrutura necessária ao seu funcionamento: rede de computadores, sistemas informatizados de apoio às atividades meio e fim e equipamentos de escritório;
- implantar programa de capacitação técnica e gerencial do quadro de servidores, no âmbito do Sistema de Planejamento e Orçamento.

DIRETRIZES

- observar, no planejamento governamental, as políticas do Governo Federal, os planos regionais que afetem o Distrito Federal e os programas econômicos e sociais de instituições não governamentais;
- considerar, no estabelecimento de objetivos e prioridades da administração distrital, a importância do desenvolvimento harmônico e integrado com as áreas do Entorno do Distrito Federal;
- concentrar esforços, na programação e na alocação dos recursos públicos, voltados para a superação das desigualdades sociais, econômicas e culturais existentes entre as Regiões Administrativas;
- viabilizar a participação da sociedade civil no processo de planejamento, por meio de mecanismos democráticos;
- assegurar o atendimento aos princípios da participação, da coordenação, da integração e da continuidade das ações governamentais;
- dar publicidade dos planos, programas e orçamentos públicos, assim como da avaliação de sua execução, de forma a conferir transparência à gestão e ao gasto governamental;
- adotar mecanismos e processos de programação compatíveis com um Estado moderno, ágil, eficiente e financeiramente equilibrado.

SECRETARIA DE SAÚDE - SES

A Secretaria de Saúde do Distrito Federal, órgão de Administração Superior diretamente subordinado ao Governador do Distrito Federal, compete a promoção, fiscalização da saúde pública e a atividade de assistência médica, odontológica e hospitalar, tudo de acordo com as diretrizes do atual Governo do Distrito Federal e garantidos pela Constituição Federal.

DIAGNÓSTICO

O Sistema de Saúde do Distrito Federal ainda se conceitua no Plano de Assistência à Saúde de 1979, quando foi criada uma rede assistencial em complexidade crescente, com atuação desde a atenção primária até os procedimentos mais complexos de diagnóstico e tratamento.

O Sistema regionalizado e hierarquizado tinha como objetivo prestar assistência a toda população, através de serviços de saúde distribuídos geograficamente, de forma que facilitasse o acesso da população aos serviços de saúde. Os agentes de saúde, devidamente treinados, serviram de elo entre o serviço e a comunidade.

Os ajustes necessários ao Plano se perderam na década de 90 e o mesmo foi desvirtuado completamente nos últimos quatro anos. A implantação das ações não acompanhou o crescimento populacional. O sistema de referência e contra-referência ficou prejudicado pela falta de hospitais, principalmente em Samambaia, Paranoá e Santa Maria. Os Centros de Saúde foram quase desativados e dando-se ênfase ao atendimento primário realizado em imóveis alugados com cerca de 300 equipes de profissionais sem compromisso com o restante do Sistema. Os encaminhamentos feitos aos hospitais ou a outros serviços não foram avaliados para comprovar a resolutividade dos atendimentos.

O Programa Saúde em Casa – PSC tinha o mesmo objetivo do antigo plano de assistência, no entanto, a execução e metodologia empregadas não condiziam com a realidade do Setor Saúde no Distrito Federal.

O programa "Saúde da Família" preconizado pelo Ministério da Saúde e desenvolvido em cerca de 20 Estados da Federação tem pouca semelhança com o antigo PSC/DF. Enquanto, a FHDF tem um déficit de 4.000 servidores, o PSC empregava através do Instituto Candango 3.200 pessoas, algumas das quais sem qualificação profissional.

Neste Plano são propostas construções prioritárias para adequar o sistema nos moldes do SUS, considerando o elenco de reformas imprescindíveis nos estabelecimentos de saúde e ainda as despesas de custeio da rede assistencial e treinamento de pessoal para atender adequadamente uma população de 2 milhões de habitantes.

O custo das construções de estabelecimentos de saúde obedecem normas do Ministério da Saúde cujos índices são diferentes de outras obras de construção civil. As despesas de custeio da SES são consideráveis se comparadas com outros órgãos do Governo, porém perfeitamente justificáveis tendo em vista a extensa rede assistencial existente e o tipo de procedimentos médicos dispensados à população.

Para resgatar a credibilidade no Sistema de Saúde do Distrito Federal são necessários custos elevados, os quais, certamente serão aplicados com racionalidade e seriedade, contribuindo em benefício da comunidade brasileira e de áreas vizinhas.

OBJETIVOS

- implementar o Programa de Saúde da Família, de acordo com as normas preconizadas pelo Ministério da Saúde e com a implantação de Postos Urbanos de acordo com critérios de concentração urbana, de carência sócio-econômica, de inexistência ou insuficiência de serviços de saúde na região;
- recuperar, reorganizar, expandir e reaparelhar a rede de saúde do DF;
- agilizar a compra de medicamentos para abastecimento da rede de saúde;
- realizar concurso público, visando dar solução à situação dos contratados provisoriamente;
- promover a melhoria salarial dos servidores e cargos comissionados;
- expandir a rede com a construção dos hospitais nas cidades satélites onde não existem a criação de Postos Urbanos;
- criar Instituição especializada em diagnóstico precoce, tratamento e pesquisa sobre o câncer;
- criar unidades especializadas de atendimento preferencial à mulher e à criança em todo o Distrito Federal;
- construir, em associações com a iniciativa privada, um laboratório farmacêutico para produção e distribuição de medicamentos a baixo custo;
- introduzir serviços especializados, específicos nos hospitais regionais, possibilitando atendimento rápido e de qualidade;
- criar unidades especializadas no tratamento e recuperação dos dependentes químicos;
- prestar assistência integral ao paciente HIV positivo, incluindo medicamentos, alimentação adequada e auxílio transporte para acompanhamento médico;
- implantar os postos e centros de saúde 24 horas no Distrito Federal.

DIRETRIZES

- promover atenção primária à população em área delimitada;
- levantar as condições sanitárias e avaliar o perfil epidemiológico;
- promover assistência domiciliar, estreitando a distância entre a população e os serviços de saúde;
- reduzir a procura pelos serviços de emergência dos hospitais principalmente em casos simples que possam ser resolvidos nas Unidades de Saúde;
- resgatar a credibilidade do Sistema de Saúde junto à população;
- tornar efetivos os princípios do Sistema Único de Saúde da universalidade, integralidade e equidade;
- reorganizar o sistema de referência e contra-referência, partindo da atenção básica até a de maior complexidade, redirecionando de forma a integrar efetivamente, as atuais ações de saúde à Rede de Serviços e hierarquizados, de conformidade com a política de saúde adotada no Distrito Federal;
- dar ênfase à saúde da criança, da mulher e do adolescente, priorizando também ao idoso.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - SSP

A Secretaria de Segurança Pública compete a formulação de políticas relativas às atividades de segurança pública, prevenção e combate a incêndios, busca, salvamento e defesa civil, além da administração do sistema penitenciário, a educação, o controle e fiscalização do trânsito e tráfego no Distrito Federal, bem como as atividades de planejamento e execução de engenharia de trânsito e as relacionadas ao uso indevido de substâncias entorpecentes.

Ressalta-se, que o alarmante crescimento da criminalidade levou ao lançamento do programa "Segurança sem Tolerância" e a criação da assessoria especial para assuntos de polícia civil, no Gabinete do Governador.

Tais medidas viabilizam a colocação em serviço de novas viaturas policiais, a volta da ROCAN e dos "Cosme e Damião", o aumento do total de soldados da PM a serem selecionados em concurso e a contratação imediata de novos delegados e agentes de polícia.

DIAGNÓSTICO

O crescente aumento dos índices de criminalidade, particularmente os relacionados aos crimes contra a pessoa (homicídios, tentativas de homicídios e estupro) e contra o patrimônio (furto e roubo), exige das autoridades o combate intransigente à criminalidade, a exemplo de experiências de significativo sucesso, como o programa "Tolerância Zero", implantado pela prefeitura de Nova York.

A particularidade da capital da República, que abriga a sede dos Poderes da União e das representações diplomáticas, acrescenta aos organismos de segurança a missão de garantir a integridade física e pessoal das autoridades constituídas.

Nesse contexto, o de capital dos brasileiros e cidade dos brasilienses, a atuação do sistema de segurança visará a ação coordenada das polícias, Corpo de Bombeiros Militar e DETRAN no sentido de reduzir os indicadores de violência.

OBJETIVOS

- combater as pequenas infrações e os pequenos delitos, como forma de inibir a criminalidade mais grave;
- agir coordenada e sistematicamente com o Poder Judiciário e Ministério Público;
- combater diuturnamente o uso e o tráfego de drogas;
- formar uma nova consciência social acerca da segurança pública com a participação da comunidade;

SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA - SETER

A Secretaria do Trabalho, Emprego e Renda - SETER tem como missão institucional contribuir para o aumento e/ou manutenção do total da população ocupada no Distrito Federal, atuando nas seguintes áreas de competência: mercado de trabalho, adotando uma política de geração de emprego e renda; formação, aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional; fomento às atividades artesanais e a integração e interlocução com o Ministério do Trabalho, por intermédio de convênios. A SETER tem, portanto, o papel de órgão coordenador das políticas públicas de emprego, trabalho e renda no âmbito do Distrito Federal.

Para o alcance da sua missão e exercício do seu papel, no próximo quadriênio, a SETER desenvolverá ações nas seguintes áreas de atuação: intermediação de mão-de-obra, intermediação de serviços, apoio ao Programa Seguro-Desemprego, geração de informações sobre o mercado de trabalho, programas de crédito assistido, qualificação profissional, artesanato e cooperativismo, por intermédio de ações integradas ao trabalhador, empregador e empregadora.

Nesse sentido, as metas de atendimento às políticas públicas de emprego serão discriminadas para cada subfunção, porém, o atendimento à clientela da SETER se dará, na prática, de forma integrada.

DIAGNÓSTICO

A tendência global para o próximo quadriênio é de deterioração dos principais indicadores do mercado de trabalho, em nível nacional e local. O processo de ajuste econômico, pela abertura ao mercado externo, tornou bastante estreito o vínculo entre o desempenho da economia brasileira e as flutuações do mercado financeiro internacional, cujos mecanismos, no sentido de proporcionar uma maior estabilidade, estão ainda em fase de discussão preliminar, envolvendo a conciliação de interesses entre países desenvolvidos e emergentes.

A taxa de crescimento real do PIB no Brasil, após a retomada dos anos de 1993 (4,9%) e 1994 (5,9%), passou a decrescer, situando-se em 4,2% em 1995, estabilizando em torno de 3% entre 1996 e 1997, e em 1998 alcançou uma taxa de apenas 0,15% de crescimento em relação a 97. Com a retomada da alta dos juros, em outubro último e o pacote de ajuste fiscal para os próximos três anos, as autoridades monetárias estão prevendo recessão ou estagnação nos dois anos seguintes e após, a depender da economia mundial, uma paulatina retomada do crescimento.

Como agravante de uma recessão/estagnação nos próximos anos, está o fato de que a inserção no mercado externo impele a um aumento da produtividade, o que significa menos postos de trabalho por capital investido. A relação PIB/Emprego já é decrescente desde o início dos anos 90, tendência que deve ser intensificada no quadriênio em questão.

As taxas de desemprego nas principais regiões metropolitanas do País provavelmente apresentarão uma tendência de crescimento. As previsões para 1999, envolvendo o conjunto dos seis principais centros urbanos industriais pesquisados pelo IBGE, variam entre 10% e 12%, contra 5,6% em 1997 e 7,8% em 1998. Não há dúvida, de que o rendimento médio deverá cair e o setor informal deverá crescer ainda mais, como alternativa à falta de emprego nos segmentos mais estruturados do mercado de trabalho.

Em nível local, a tendência não deverá ser diferente. A taxa de desemprego, em dezembro de 1998, atingiu a marca de 19,9% da população economicamente ativa do Distrito Federal, fato esse que exige do Governo a apresentação de soluções técnicas, práticas e criativas. Há, porém, um agravante. O foco do ajuste no próximo quadriênio está centrado no setor público, que constitui, ainda hoje, a base da economia do DF. O PIB do DF tem acompanhado a tendência no País, situando-se em torno de 2,7% do PIB nacional. No entanto, no DF, a administração pública (direta e autárquica) responde, isoladamente, por cerca de 30% do PIB. A permanência da contenção salarial no setor público, aliada à tendência de queda no número de servidores, deverá levar a uma retração econômica mais acentuada em nível local.

Em termos setoriais, a tendência mais provável é de maior retração do emprego no comércio — pela queda da renda e do consumo — e na administração pública — pelos fatores antes mencionados. Assim, os pequenos empreendimentos na indústria de transformação e nos diversos ramos dos serviços deverão continuar como as alternativas mais viáveis de geração/manutenção de postos de trabalho. Na construção civil, a perspectiva é de reaquecimento do setor, face à proposta de incentivo e de investimento público para a geração de novos postos de trabalho.

No período 1995-1998, as políticas ativas de trabalho, emprego e renda foram implementadas sem articulação com a política econômica local. Foi dada ênfase à qualificação profissional sem a necessária preocupação com a colocação do trabalhador qualificado no mercado de trabalho, quer seja pela intermediação formal de mão-de-obra (por meio das Agências Públicas de Emprego e Cidadania-APEC) quer pelos programas de ocupação e renda.

As perspectivas de melhoria deste quadro estão, portanto, no avanço das parcerias do governo local com o setor privado. Nesse sentido, a conclusão das obras do Metrô, as obras previstas no Projeto Lúcio Costa e Projeto Niemeyer, obras nas áreas de saúde, educação, segurança pública, cultura, esporte e lazer, o programa habitacional e de melhoria de habitações, a infra-estrutura para o Pólo Brasil Central (Porto Seco) e a infra-estrutura do Projeto Orla tomam-se de suma importância, pelos efeitos diretos sobre o nível de emprego na construção civil. Medidas como a criação de áreas de expansão industrial, bem como a concessão de incentivos fiscais a novas micro e pequenas empresas poderão, igualmente, constituir fatores importantes no combate ao desemprego. De outro modo, atrair investimentos externos, com incentivos governamentais e a realização de feiras de negócios internacionais, explorando as possibilidades abertas pelo Mercosul, pode servir como estratégia adicional de incremento do investimento privado no DF.

Nesse contexto, a Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda tem como sua visão de futuro "trabalho e renda como produto de programas efetivos e criativos disponibilizados à comunidade por meio da integração dos serviços prestados nas suas Agências Públicas de Emprego e Cidadania, de forma eficiente e eficaz por servidores comprometidos e qualificados".

OBJETIVOS

- colocar trabalhadores no mercado de trabalho;
- apoiar o trabalho cooperado e o associativismo;
- oportunizar o acesso a financiamento aos micro, pequenos e médios empreendimentos;
- viabilizar a qualificação, requalificação e o aperfeiçoamento profissional às clientelas prioritárias;
- fomentar o artesanato.

DIRETRIZES

- contribuir para a garantia de empregabilidade à clientela;
- intensificar parceria com órgãos governamentais que tenham programas/projetos afetos à área de trabalho, emprego e renda;

- intensificar ações públicas e privadas, referentes à criação e/ou manutenção de postos de trabalho;
- prestar serviços de excelência aos trabalhadores, empreendedores e empregadores, por meio do atendimento integrado;
- intensificar a divulgação dos serviços prestados à comunidade, por meio da mídia;
- otimizar as Agências Públicas de Emprego e Cidadania-APEC;
- garantir o aporte de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT, Fundo de Solidariedade para a Geração de Emprego e Renda-FUNSOL e do Tesouro para as ações de trabalho, de emprego e renda.

SECRETARIA DE TRANSPORTES - ST

Cabe à Secretaria de Transportes - ST estabelecer diretrizes e formular políticas que orientem as ações de seus órgãos vinculados nas funções de gerir, planejar, normatizar, fiscalizar e operar os serviços de transporte de passageiros e de cargas no Distrito Federal.

DIAGNÓSTICO

A baixa qualidade dos serviços é marca atual do sistema de transporte público coletivo no Distrito Federal, onde a inexistência da infra-estrutura adequada tem grande peso no atendimento aos mais de 20 milhões de passageiros que se utilizam mensalmente dos serviços.

As dificuldades do provimento desses serviços de transporte público coletivo para o Distrito Federal são amplamente conhecidas e derivam da própria concepção urbanística original e do surgimento de vários novos núcleos urbanos, notadamente nas duas últimas décadas.

Até o presente momento, as ações desenvolvidas no setor foram pontuais e circunstanciais, não atacando o problema de forma integrada e abrangente, resultando em soluções não duradouras.

A recente criação da RIDE (Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno), composta por 21 municípios e o Distrito Federal, demandará esforços adicionais da ST e do Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos no sentido de planejar e fiscalizar, buscando integrar todos os serviços atualmente prestados na região.

Diante das dificuldades estruturais que se apresentam e da relevância do setor na vida da comunidade, cada vez mais, tornam-se necessárias ações arrojadas e renovadoras, buscando dotar o Distrito Federal e Entorno de um sistema de transporte público coletivo mais eficiente.

OBJETIVOS

- atender à demanda atual e acompanhar sua evolução, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT;
- fortalecer, através da modernização dos instrumentos de controle (automação), a gestão dos transportes públicos coletivos, desestimulando as fraudes e a ação predatória do transporte não regulamentado.
- proporcionar aos usuários maior segurança, conforto, confiabilidade e acessibilidade;
- minimizar a participação dos gastos com transporte coletivo no orçamento dos usuários, promovendo o acesso dos trabalhadores aos seus locais de serviço com o pagamento de apenas uma passagem;
- revitalizar o sistema de transporte coletivo complementar (executivo e vizinhança);
- promover a política de descentralização das atividades no Plano Piloto, incentivando a criação de empregos em outras localidades do Distrito Federal;
- introduzir uma lógica tarifária que seja de fácil assimilação pelo usuário e sintonizada com a integração entre os modos de transportes.

DIRETRIZES

- implantar uma sistemática integrada de planejamento e operação, envolvendo todos os modos e tipos de serviços;
- aperfeiçoar os instrumentos de controle do sistema, a fim de garantir um melhor equilíbrio espacial e temporal entre a oferta e a demanda, bem como do dimensionamento da infra-estrutura necessária, buscando garantir melhores níveis de serviço aos usuários e boas condições de trabalho aos operadores;
- melhorar os canais de comunicação permitindo maior nível de confiabilidade das informações entre os usuários, operadores e o órgão gestor;
- formular uma política tarifária, que considere o equilíbrio dos diferentes tipos de serviços e modalidades em operação, respeitando a capacidade de pagamento dos usuários;

- dar prioridade ao transporte público coletivo sobre o transporte particular, seja em termos de investimentos, seja na utilização do sistema viário, traduzido pela implantação de corredores exclusivos de transportes coletivos;
- conduzir um trabalho coordenado de planejamento com os demais órgãos do GDF.

SECRETARIA DE TURISMO E LAZER - SETUR

Compete à Secretaria de Turismo e Lazer coordenar e executar a política de incentivo ao turismo no Distrito Federal, como fator de desenvolvimento socioeconômico, em consonância com a Constituição Federal, a Lei Orgânica do Distrito Federal e o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Distrito Federal.

A política adotada pela Secretaria de Turismo, visa restaurar o foco das atividades para o fomento de macro políticas de desenvolvimento do turismo sustentável, como mecanismo para realizar o extraordinário potencial desse setor, buscando tornar essa atividade a mais importante no desenvolvimento econômico e social sustentável, com a geração de emprego e renda para a população do Distrito Federal e Entorno e com a captação de receita para o governo.

As ações da SETUR se concentram no estímulo da implantação de empreendimentos turísticos e na criação de condições ambientais de alavancagem do investimento privado, através da promoção de estímulos financeiros e fiscais e da articulação para instalação de infra-estrutura, para a implantação de mega-empresendimentos turísticos, que constituirão as âncoras do desenvolvimento sustentável desse setor, a curto, médio e longo prazos.

Para promover e estimular a estreita participação de todos os segmentos da iniciativa privada, para captação dos investimentos necessários à realização desses mega-empresendimentos turísticos, a primeira atividade da Secretaria foi a realização de um *Workshop*, com participação das mais expressivas lideranças dos órgãos e representantes do Trade Turístico, num processo de imersão total, utilizando a metodologia *Zapp*, moderada por consultores de renome internacional.

Desse esforço concentrado e participativo, emergiu o primeiro Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico Sustentável do Distrito Federal e Entorno, para viabilizar o desenvolvimento setorial, que articula e estrutura a vocação estratégica de Brasília para os próximos vinte anos, na concentração da estrutura produtiva em atividades quaternárias, como potencializadoras do Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável do Distrito Federal, tanto na geração de renda e emprego para a população como para geração de receita para o GDF.

DIAGNÓSTICO

Cabe assinalar, primeiramente, que o setor não tem recebido a devida atenção e prioridade do governo, devido ao fato de que as atividades geradas pelo mesmo são registradas como atividades econômicas de outros setores: todos os empregos, desde os de transportes aéreos e terrestres de passageiros, de locação de veículos, hotéis e parte das receitas geradas pelos restaurantes são contabilizados nos setores de transportes, hotelaria, serviços e outros.

O turismo é uma atividade de ponta, isto é, articula todo um conjunto de atividades de outros setores, constituindo apenas a ponta do iceberg da gigantesca malha de relações econômicas intersetoriais. É, portanto, responsável pela captação de bens de capital e de consumo de outros setores, como: construção civil; indústrias aeronáutica, automobilística, mobiliária e têxtil; mecânica, agricultura e comércio.

A ausência de um planejamento estratégico integrado para orientar a ação dos segmentos que compõem esse setor com as esferas de governo, no passado, impossibilitou que o desenvolvimento do setor turístico tivesse sido realizado em todo seu potencial, como o maior gerador de empregos e renda do Distrito Federal.

A precária divulgação das potencialidades turísticas de Brasília como destino turístico e a falta de um elenco de produtos turísticos articulados entre si, de modo a ampliar a atratividade nos mercados turísticos domésticos e internacionais, constituem fatores dificultadores de um maior avanço das atividades no setor.

A baixa taxa de ocupação hoteleira nos fins de semana constitui um entrave à expansão do parque de hotelaria de Brasília e se caracteriza pela carência de um programa especial de fomento do turismo de final de semana, com promoções e campanhas de divulgação nos principais estados emissores.

Apesar de possuir um extraordinário potencial turístico, especialmente no segmento de eventos e de negócios, o Distrito Federal não possui os necessários empreendimentos âncora nesse setor eminentemente competitivo, caracterizado na atualidade do mercado, pela instalação de centros de convenções modernos.

A falta desses equipamentos de infra-estrutura dinamizadores, com capacidade mínima de 5000 convencionais em Brasília, e de centros de convenções multi-uso, com capacidade para 15000 pessoas nas áreas de convenções e cultura, vem preterindo a captação da realização de grandes eventos e feiras de negócios dos mercados nacionais e internacionais em Brasília.

OBJETIVOS

- promover a divulgação e consolidação de Brasília como destino turístico em parceria com a Embratur e o Itamaraty, através da participação em feiras e eventos internacionais de promoção no mercado internacional;
- ampliar e modernizar o Centro de Convenções de Brasília para capacitá-lo a receber 5000 pessoas e dotá-lo de infra-estrutura de feiras;
- consolidar o Projeto Orla com a implantação, pela iniciativa privada, de empreendimentos de turismo e lazer;

- criar o Projeto Orla Leste do Lago Paranoá, incentivando os setores hoteleiros de categoria econômica e internacional, com implantação, pela iniciativa privada, de empreendimentos de turismo e lazer;
- dotar o Distrito Federal de estrutura de centros de convenções modernos de múltiplo uso, com capacidade para receber 15 mil pessoas;
- construir, em associação com a iniciativa privada, portões de orientação ao turista em todas as entradas do Distrito Federal, com espaços reservados ao policiamento e funcionamento de lanchonetes, postos de conveniência, entre outros;
- instituir programas para o desenvolvimento do ecoturismo, turismo rural, cívico, da melhor idade, de eventos e de negócios, além da captação do turismo de lazer internacional;
- incentivar a implantação de empreendimentos âncora dinamizadores de turismo na área de hotelaria, cultura e lazer, sobretudo parques temáticos;
- promover a captação e realização de eventos de negócios e de lazer;
- promover a consolidação dos canais de comercialização de produtos turísticos de Brasília;
- promover a implantação de vôos comerciais e vôos "charters" diretos para o exterior, com origem e destino em Brasília;
- promover a implantação da Tagua-Park (Cia-Park) em Taguatinga.

DIRETRIZES

- estabelecer uma política de integração entre o setor privado e o Governo, buscando um maior desenvolvimento do turismo no Distrito Federal, através da incorporação de representantes das organizações do setor turismo, atribuindo ao Conselho de Desenvolvimento Turístico - CDTUR a responsabilidade pela gestão do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Setor Turismo;
- promover a captação de investimentos para impulsionar empreendimentos âncora dinamizadores do potencial turístico do Distrito Federal, viabilizando uma maior permanência do turista;
- promover o desenvolvimento do setor turismo como atividade econômica de maior potencial gerador de receitas, empregos e rendas para o Distrito Federal;
- assegurar a implantação da infra-estrutura básica para a viabilidade e consolidação de empreendimentos turísticos de grande porte, proporcionando áreas para o comércio, serviços e lazer à comunidade;
- captar e apoiar a realização de feiras, congressos, exposições e eventos, em parceria com a iniciativa privada e as demais Secretarias;
- promover e apoiar eventos de lazer, festas típicas, folclóricas e populares, em parceria com os demais órgãos;

- participar em feiras e eventos de investimentos turísticos para captação de investidores nacionais e estrangeiros, como tourmart, além de feiras e congressos de parques temáticos realizados no país e no exterior.

- promover a realização de eventos de captação de investidores nacionais e estrangeiros, buscando recursos necessários para viabilização dos empreendimentos de infra-estrutura turística e dos mega-empreendimentos turísticos âncora propostos no Plano Estratégico de Desenvolvimento do Setor Turístico do Distrito Federal;

- implantar políticas públicas que estimulem a prática de atividades lúdicas de lazer nas diversas Regiões Administrativas do Distrito Federal;

- recuperar, reformar e construir equipamentos de entretenimento e lazer, objetivando suprir as demandas nas diversas Regiões Administrativas do Distrito Federal;

- desenvolver campanhas de publicidade visando consolidar Brasília com destino turístico nacional e internacional nos mercados interno e externo;

- implantar programas de qualificação profissional de mão-de-obra nas áreas de turismo e lazer.

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA PARA ASSUNTOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL

A Secretaria Extraordinária foi criada, em 21.01.99, por meio da Lei nº 2.299, e tem a finalidade de estudar e planejar a previdência para os servidores públicos do Governo do Distrito Federal.

Dentro dos objetivos da Secretaria está prevista a criação de uma unidade que administrará o sistema previdenciário do Distrito Federal dos servidores ativos, inativos e pensionistas, oferecendo, principalmente aos servidores ativos, a oportunidade de uma aposentadoria complementar.

OBJETIVOS

- implementar e consolidar o Sistema de Previdência Social do Distrito Federal;
- disponibilizar ao servidor a alternativa da previdência complementar.

DIRETRIZES

- oferecer novas perspectivas ao servidor ativo por meio da aposentadoria complementar;
- beneficiar o servidor aposentado por meio de mecanismos assistenciais.

ANEXO IV

Metas e Orçamentação do Plano (à conta dos Orçamentos Fiscal e Seguridade Social)

ÓRGÃO: TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL - TCDF

Atividades Institucionais					R\$1.000							
SUBPROGRAMA / META	UNIDADE DE MEDIDA	FÍSICO			2000				2001/2003			
		2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL
0002 - Controle Externo					56.720	-	-	56.720	173.700	-	-	173.700
- aperfeiçoar o sistema de controle externo	unid.	1	1	DF								
- manter as atividades do controle externo	pessoa	765	240	DF								
- manter e aperfeiçoar o funcionamento do Tribunal	unid.	1		DF								
0021 - Administração Geral						550	80	630		750	-	750
- atualizar acervo da biblioteca	unid.	1	120	DF								
- padronizar mobiliário e equipamentos	unid.	1		DF								
0023 - Divulgação Oficial					50	-	-	50	150	-	-	150
- aperfeiçoar e disponibilizar o funcionamento de informações à sociedade	unid.	1		DF								
0024 - Informática					350	700	300	1.350	1.050	300	-	1.350
- aperfeiçoar sistema de informática	unid.	1		DF								
- manter o parque computacional	unid.	1		DF								
0025 - Edificações Públicas					-	1.000	-	1.000	-	1.200	-	1.200
- ampliar o edifício anexo	m2	2.400		DF								
- construir Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos	m2	4.500		DF								
- recuperar e melhorar as instalações	unid.	1		DF								
0040 - Planejamento Orçamentário					50	-	-	50	150	-	-	150
- sistematizar as ações de planejamento e avaliação	unid.	1		DF								
0043 - Organização e Modernização Administrativa					250	-	-	250	750	-	-	750
- implementar o Programa de Qualidade e Produtividade	pessoa	765		DF								
- implementar sistematização de análise e melhoria dos processos de trabalho	unid.	1		DF								
0217 - Treinamento de Recursos Humanos					190	-	-	190	570	-	-	570
- qualificar e motivar os servidores	pessoa	765		DF								
0486 - Assistência Geral e Social					2.800	-	-	2.800	8.400	-	-	8.400
- conceder benefícios aos servidores	pessoa	765		DF								
0495 - Previdência Social a Inativos e Pensionistas					29.300	-	-	29.300	90.000	-	-	90.000
- pagar inativos e pensionistas	pessoa	299		DF								
TOTAL					89.710	2.250	380	92.340	274.770	2.250	-	277.020

ÓRGÃO: SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA-SEMATEC

Projetos e Novas Atividades

R\$1.000

SUBPROGRAMA / META	FÍSICO				FINANCEIRO							
	UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	2000				2001 / 2003			
					DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL
0296 - ESTUDOS E PESQUISA HIDROLÓGICOS - gerenciar recursos hídricos no DF	unid.	01	01	DF	80	20	-	100	240	60	-	300
0325 - LIMPEZA PÚBLICA - executar o programa de limpeza pública no DF.	unid.	01	01	DF	13.559	6.825	-	20.384	40.950	23.456	-	64.406
0364 - EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS - criar o programa de Guias Mirins	unid.	01	01	DF	50	-	-	50	150	-	-	150
0456 - CONTROLE DA POLUIÇÃO - ampliar e fortalecer a Rede de Monitoramento da Qualidade do Ar no DF através da instalação de 3 (três) estações de monitoramento. - elaborar plano de implementação do Sistema de Gestão Ambiental em empresas públicas do GDP.	unid.	01	02	DF	10	15	-	25	30	45	-	75
	unid.	01	01	DF								
TOTAL					23.136	8.346	100	31.562	68.416	26.309	320	95.045

ÓRGÃO: SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA-SEMATEC

Projetos e Novas Atividades

R\$1.000

SUBPROGRAMA / META	FÍSICO				FINANCEIRO							
	UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	2000				2001 / 2003			
					DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL - implantar o programa Profissionais de Terra. - implantar o projeto Disque Jardim.	unid.	01	01	DF	72	28	-	100	216	60	-	276
	unid.	01	01	DF								
0024 - INFORMÁTICA - implantar um programa de informatização na SEMATEC e suas coligadas.	unid.	01	01	DF	450	268	-	718	450	268	-	718
0025 - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS - construir e implantar o Museu de C & T do DF.	unid.	01	01	DF	-	130	-	130	-	240	-	240
0056 - DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL - apoiar o desenvolvimento de novas empresas que aplicam inovações tecnológicas.	unid.	02	05	DF	100	150	-	250	300	300	-	600
0057 - INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA - executar as ações de fomento à pesquisa. - apoiar eventos científicos e tecnológicos. - realizar a feira educativa de ciência e tecnologia. - organizar e disponibilizar informações científicas e tecnológicas.	unid.	500	1.500	DF	8.180	-	-	8.180	24.540	-	-	24.540
	unid.	80	240	DF								
	unid.	01	03	DF								
	unid.	01	01	DF								
0059 - LEVANTAMENTO DO MEIO AMBIENTE - realizar zoneamento em 2 (duas) das APA's Distritais. - realizar 3 (três) planos de manejo das UC's e parques. - gerenciar e manter UC's e parques no DF. - implantar Sistema de Informações Ambientais do DF. - manter Banco de Dados Georreferenciados de informações ambientais do DF. - implantar o projeto de coleta e conservação de plantas medicinais e ornamentais.	unid.	01	01	DF	200	70	-	270	415	260	-	675
	unid.	01	02	DF								
	unid.	01	03	DF								
	unid.	01	01	DF								
	unid.	01	01	DF								
	unid.	01	01	RA - XVI								
0103 - PROTEÇÃO À FLORA E A FAUNA - implantar Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais das UC's. - adquirir equipamentos para reforço na estrutura de transporte, informática e comunicação para o fortalecimento da fiscalização e licenciamento ambiental. - implantar projetos de educação ambiental - implantar o Núcleo de Educação Ambiental no JBB. - consolidar e implantação da Reserva da Biosfera do Cerrado. - elaborar e implantar a Agenda 21 local. - elaborar e implantar o programa de Ecoturismo no DF. - implantar o projeto Jardins Didáticos.	unid.	01	01	DF	185	100	-	285	525	90	-	615
	unid.	03	07	DF								
	unid.	01	01	DF								
	unid.	01	01	RA-XVI								
	unid.	01	01	DF								
	unid.	01	01	DF								
	unid.	01	01	DF								
	unid.	01	01	DF								
0106 - JARDINS BOTÂNICOS E ZOOLOGICOS - manter a ambientação e paisagismo da área de visitação. - construir as 3 (três) galerias: América, Europa e Ásia.	unid.	01	01	DF	160	730	100	990	480	1.380	320	2.180
	unid.	03	03	DF								
0226 - PARQUES RECREATIVOS E DESPORTIVOS - criar o ZOO Camping. - construir 02 (dois) parques recreativos infantis.	unid.	01	01	DF	90	10	-	100	120	150	-	270
	unid.	01	01	DF								

ÓRGÃO: SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SEMATEC

Atividades Institucionais

R\$1.000

SUBPROGRAMA / META	FÍSICO				FINANCEIRO							
	UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	2000				2001 / 2003			
					DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL - manter e aperfeiçoar os serviços técnicos e administrativos da SEMATEC, IEMA, ICT, FAP, JBB e FunPEB. - administração de pessoal da Secretaria e coligadas - conservar e melhorar as instalações do JBB. - reequipar o JBB.	unid.	8	6	DF	49.799	783	20	50.602	149.398	2.349	60	151.807
	unid.	4.470	4.470	DF								
	unid.	1	1	RA - XVI								
	unid.	1	1	RA - XVI								
0023 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA - elaborar material de publicidade e propaganda.	unid.	1.800	5.000	DF	50	-	-	50	150	-	-	150
0057 - INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA - desenvolver pesquisas sobre fauna, flora, e etnobotânica. - promover a eficiência energética do DF. - manter o Centro de Competitividade Tecnológica - COMTEC.	unid.	1	1	RA-XVI	240	434	-	674	720	1.002	-	1.722
	unid.	1	1	DF								
	unid.	1	3	DF								
0103 - PROTEÇÃO À FAUNA E A FLORA - concluir e manter o Jardim Evolutivo do JBB.	unid.	1	1	RA-XVI	60	-	-	60	180	-	-	180
0325 - LIMPEZA PÚBLICA - executar atividades de limpeza pública	m ³	2.040.000	7.017.484	DF	4.632	-	-	4.632	13.896	-	-	13.896
0486 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES - conceder benefícios a servidores.	Pessoa	3.775	3.775	DF	7.850	-	-	7.850	23.550	-	-	23.550
TOTAL					62.631	1.217	20	63.868	187.894	3.351	60	191.305

ÓRGÃO: SECRETARIA DE TURISMO E LAZER - SETUR

Atividades Institucionais

R\$1.000

SUBPROGRAMA / META	UNIDADE DE MEDIDA	FÍSICO			FINANCEIRO							
		2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	2000				2001 / 2003			
					DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL					6.640	119	-	4.759	13.920	357	-	14.277
- manter e aperfeiçoar o funcionamento da SETUR e remunerar pessoal	unid.	01	01	DF								
0363 - PROMOÇÃO DO TURISMO					1.661	-	-	1.661	9.133	-	-	9.133
- implementar ações de promoção ao turismo no DF	unid.	50	150	DF								
- implementar campanhas de marketing e divulgação de Brasília												
- elaborar e implantar o Programa de Ecoturismo do DF												
- implantar o TAGUA-PARK (CIA-PARK) TAGUATINGA												
0486 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL					80	-	-	80	240	-	-	240
- conceder benefícios a servidores	pessoa	130	130	DF								
TOTAL					6.381	119	-	6.500	23.293	357	-	23.650

ÓRGÃO: SECRETARIA DE TRANSPORTES-ST

Projetos e Novas Atividades

R\$1.000

SUBPROGRAMA / META	UNIDADE DE MEDIDA	FÍSICO			FINANCEIRO							
		2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	2000				2001 / 2003			
					DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL					6.824	-	-	6.824	7.763	252	-	8.015
- capacitar servidores	pessoa	1.300	2.200	DF								
- reformar imóveis	m²			DF								
- manter serviços informática	serviço	332	1.814	DF								
0022 - DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOGRAFIA					40	358	-	398	36	108	-	144
- adquirir e manter acervo	acervo			DF								
0571 - SERVIÇO DE TRANSPORTE URBANO					1.654	2.811	27	4.492	3.535	3.867	82	7.484
- construir terminal Park-Way	m²	3.000	20.000	RA-VIII								
- construir terminal Asa Norte	m²	12.000		RA-I								
- construir terminal Samambaia -Sul	m²	1.800		RA-XII								
- construir terminal Samambaia -Norte	m²	1.800		RA-XII								
- construir terminal Recanto das Emas	m²	1.500		RA-XV								
- construir terminal de São Sebastião	m²	700		RA-XIV								
- construir terminal de Sobradinho II	m²	1500		RA-V								
- construir abrigos especiais	m²	540		RA-I								
- construir abrigos no DF	m²	2.500	7500	DF								
- construir bases	m²	800	2400	DF								
- manter e reformar terminais	unid.	4	12	DF								
- manter e reformar abrigos	unid.	1.250	3.750	DF								
- automatizar a inspeção veicular	unid.	1	1	DF								
- reequipar o sistema de fiscalização	unid.	45	130	DF								
- controlar e registrar permissões do transporte individual	unid.	1	1	DF								
0572 - TRANSPORTE METROPOLITANO					9.215	3.574	-	12.789	26.425	7.377	-	33.802
- manter e operar o sistema	sistema	1	1	DF								
TOTAL					17.733	6.743	27	24.503	37.759	11.604	82	49.445

ÓRGÃO: SECRETARIA DE TRANSPORTES-ST

Atividades Institucionais

R\$1.000

SUBPROGRAMA / META	UNIDADE DE MEDIDA	FÍSICO			FINANCEIRO							
		2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	2000				2001 / 2003			
					DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL					201.584	1.130	55	202.749	556.791	3.532	4.061	564.384
- administrar pessoal da ST, DMTU, Metrô e Metrô de Transporte	pessoa	4.881	6.090	DF								
- manter e aperfeiçoar o funcionamento da ST, DMTU, Metrô e do Fundo de Transportes	unid.	4	4	DF								
- manter convênios	unid.	1	1	DF								
- manter máquinas e equipamentos	unid.	600	1.800	DF								
- comercializar vale-transporte	mil	200.000	600.000	DF								
0023 - DIVULGAÇÃO OFICIAL					1.368	-	-	1.368	4.433	-	-	4.433
- realizar publicidade e propaganda				DF								
0024 - INFORMÁTICA					1.829	875	-	2.704	4.030	1.432	-	5.462
- manter o sistema de informações	unid.	1	1	DF								
- reequipar o sistema de informações	unid.	450	895	DF								
- modernizar os serviços de informática	unid.	5	10	DF								
- automatizar o controle operacional	unid.	20	30	DF								
0486 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL					492	-	125	617	1.481	-	383	1.864
- conceder benefícios a servidores	pessoa	3.040	3.840	DF								
0575 - VIAS URBANAS E SINALIZAÇÃO					24	6	29	59	116	70.150	146	70.412
- reestruturar o eixo sul (")	Km		36	DF								
- reestruturar o eixo nordeste (")	Km		32	DF								
- reestruturar o eixo sudoeste (")	Km		10	DF								
- sinalizar a rede urbana	unid.	1	1	DF								
TOTAL					205.277	2.011	209	207.497	568.851	75.114	4.590	648.555

ÓRGÃO: SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA-SETER

Atividades Institucionais

R\$1.000

SUBPROGRAMA / META	UNIDADE DE MEDIDA	FÍSICO			FINANCEIRO							
		2000	2001/2003	REG	2000				2001 / 2003			
					DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL					6.670	10	-	6.680	20.010	30	-	20.040
- manter o funcionamento da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda	unid.	1	1	DF								
- administração de pessoal	pessoa	253	253	DF								
0470 - SEGURO DESEMPREGO					24.400	533	-	24.933	73.201	1.600	-	74.801
- elaborar pesquisas de emprego e desemprego (domicílio visitado)	unid.	38.800	118.800	DF								
- inscrever trabalhador para sua inserção no mercado de trabalho.	pessoa	120.118	441.324	DF								
- captar vagas.	unid.	17.840	74.780	DF								
- encaminhar trabalhador ao mercado de trabalho.	pessoa	7.541	36.930	DF								
- promover a colocação do trabalhador no mercado de trabalho	pessoa	5.870	27.750	DF								
- atender trabalhadores no seguro-desemprego	unid.	225.000	675.000	DF								
- habilitar trabalhador desempregado	pessoa	75.000	225.000	DF								
- promover o acesso ao crédito assistido aos empreendedores - PROGER (financiamento concedido)	unid.	100	390	DF								
- promover a capacitação e reciclagem de mão-de-obra	pessoa	71.872	215.616	DF								
0473 - ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO					100	-	-	100	300	-	-	300
- apolar, orientar e acompanhar cooperativas, desde sua formação até sua inserção no mercado de trabalho.	unid.	5	15	DF								
- beneficiar artesãos em ação de formação, informação e mercado.	pessoa	3.000	9.000	DF								

[illegible]

021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL				629.685	1.091	109	630.886	1.929.349	3.272	-	1.932.628
- manter o funcionamento da SSP, PMDF, CBMDF, PCDF, DETRAN e FUNAP	unid.	8	8	DF							
- administração de pessoal da SSP, PMDF, CBMDF, PCDF, DETRAN e FUNAP	pessoas	26.786	27.368	DF							
- manter o sistema Penitenciário	unid.	1	1	DF							
- pagamento da Gratificação de Operações Especiais aos servidores da PCDF				DF							
023 - DIVULGAÇÃO OFICIAL					486		486	1.458	-	-	1.458
- publicidade e propaganda do DETRAN	unid.	1	3	DF							
024 - INFORMÁTICA					3.706	222	-	3.929	11.119	667	11.786
- manter programas aplicativos do DETRAN	unid.	1	1	DF							
- manter programas e aplicativos da FUNAP	unid.	1	1	DF							
0174 - POLÍCIAMENTO CIVIL					575	288	-	862	1.724	863	2.587
- manter laboratório de pesquisa de DNA	unid	1	1								
- manter laboratório de criminalística do Distrito Federal	unid	1	1								
- manter o policiamento e fiscalização de trânsito do DETRAN	unid.	63	189	DF							
0177 - POLÍCIAMENTO MILITAR					407	2.751	-	3.158	1.220	8.254	9.474
- manter policiamento ostensivo fardado de guarda											
0421 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO					57	-	-	57	170	-	170
- alimentar sementes da corporação da Polícia Militar	animal	438	438	DF							
0426 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA					548	-	-	548	1.645	-	1.645
- assistir dependentes da Polícia Militar e Bombeiro Militar											
0431 - PRODUTOS PROFILÁTICOS E TERAPÊUTICOS					18	-	-	18	54	-	54
- adquirir medicamentos	unid.	-	-	DF							
0445 - PREVIDÊNCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS					187.739	-	-	187.739	563.217	-	563.217
- realizar pagamento da justiça a pensionistas: PMDF, PCDF e CBMDF	pessoas	7.255	7.255	DF							

0024 - INFORMÁTICA				552	486	-	1.038	1.655	1.458	-	3.113
- manter os sistemas de processamento de dados dos órgãos da área de saúde	unid.	4	4	DF							
00217 - TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS				700	18	-	718	2.100	54	-	2.154
- garantir o aperfeiçoamento profissional dos servidores da área de saúde	pessoa	500	1.500	DF							
0235 - BOLSAS DE ESTUDOS				7.592	-	-	7.592	22.775	-	-	22.775
- conceder bolsas de estudo a residentes	pessoa	530	530	DF							
0428 - ASSISTÊNCIA MÉDICA SANITÁRIA				135.679	8.913	-	144.592	407.037	26.739	-	433.776
- manter a rede pública através de											
- realizar exames laboratoriais relativos às atividades do Programa de Saúde do Trabalhador e os exames na área de biologia médica	Exames	60.000	180.000	DF							
- realizar cobertura de internações	unid.	110.000	310.000	DF							
- realizar cobertura de consultas	unid.	5.034.000	15.906.000	DF							
- realizar exames	unid.	4.500.000	13.500.000	DF							
- implantar os serviços de atenção a portadores Labio-Palatais, visando a cobertura da demanda existente	pessoa	2.500	10.000	DF							
- realizar atendimento a pacientes portadores de distúrbios neuromotor	Hospital	1	2	DF							
- realizar a ampliação de serviços de emergência 24 hs. nos hospitais da rede em odontologia	Hospital	1	1	DF							
- implementar os serviços especializados nas áreas de: Ortopedia, Cardiologia, Neurologia, Oftalmologia e Odontologia nos hospitais da Rede	Hospital	2	4	DF							
- implementar Unidades Especializadas no tratamento de recuperação dos dependentes químicos	Hospital	1	2	DF							
0429 - CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS				2.306	-	-	2.306	6.918	-	-	6.918
- vacinar 100% da população alvo (esquema básico, poliomielite, DTP, Tripla Viral, Anto-Sarampo, Anto-Haemophilis, imunobiológicos Especiais)	Vil doser	1.482	4.520	DF							
- realizar exames laboratoriais de agros notificáveis	unid.	20.000	61.150	DF							
- garantir o atendimento ambulatorial para pacientes do DST/HIV e AIDS	pessoa	7.687	23.062	DF							
- realizar internações de pacientes com infecções oportunistas-AIDS	pessoa	154	461	DF							
- controlar a ocorrência de Toxoplasmose em gestante e recém-nascidos e de teníase e cisticercose	pessoa	97.109	307.095	DF							
- realizar em 60% vacinação na área de zoonose	Animais	182.000	577.096	DF							
- realizar em 40% a inspeção de áreas para controle de insetos e outros artrópodes, murédeos e cricacídeos	Animais	182.000	577.926	DF							
- realizar a notificação de 90% das doenças transmissíveis de notificação compulsória	pessoa	20.000	60.000	DF							

ÓRGÃO: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO-SEPLAN

ATIVIDADES INSTITUCIONAIS											R\$1.000		
SUBPROGRAMA / META	FÍSICO				FINANCEIRO								
	UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	2000				2001/2003				
					DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL					12.629	400			13.029	37.887	1.200		39.087
- manter e aperfeiçoar os serviços administrativos	unid.	02	02	DF									
- administração de pessoal	pessoa	250	250	DF									
0024 - INFORMÁTICA					700	200			900	2.100	600		2.700
- manter tecnologicamente atualizados os sistemas de informatização da área de planejamento	unid.	05	05	DF									
040 - PLANEJAMENTO E ORÇAMENTAÇÃO					500	-			500	1.500	-		1.500
- formular, acompanhar e avaliar planos, orçamentos e programas governamentais				DF									
- capacitação técnica e gerencial de recursos humanos	pessoa	150	450	DF									
0486 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL					108	-			108	324	-		324
- conceder benefícios aos servidores da SEPLAN	pessoa	250	250	DF									
TOTAL					13.937	600	-		14.537	41.811	1.800	-	43.611

ÓRGÃO: SECRETARIA DE OBRAS-SO

PROJETOS E NOVAS ATIVIDADES					FINANCEIRO								R\$1.000
SUBPROGRAMA / META	FISICO				2000				2001 / 2003				
	UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	
- melhorar o Sistema Viário: pontos críticos	unid.	1,6	7,5	DF									
-Área de Engenharia de Trânsito - modernização, controle, banco de dados, educação, fiscalização, etc.	Km		1.937	DF									
0572 - TRANSPORTE METROPOLITANO					-	135.374	-	135.374	-	102.460	-	102.460	
- concluir a implantação, viabilizar o funcionamento e manutenção.	unid.	1	1	DF									
- construir o ramal Gama / Santa Maria / Recanto das Emas / Samambaia	unid.	1	1	DF									
- pavimentar a 4ª via Taguatinga - Plano Piloto													
0572 - VIAS URBANAS					-	51.972	-	51.972	-	325.301	-	325.301	
- Implantar vias e obras complementares de urbanização nas RA's, nas áreas de adensamento habitacional, nas áreas de programas habitacionais de interesse social do DF e nas áreas de expansão econômica:													
-Rede de águas pluviais.	m	38.025	137.922	DF									
-Galerias de Águas Pluviais.	m	1.336	4.844	DF									
-Pavimentação Asfáltica	km	171	622	DF									
-Meios-fios	km	316	1.147	DF									
-Passeios	m²	38.081	138.125	DF									
-Grama	m²	92.925	337.054	DF									
-Praças.	unid.	15	54	DF									
-implantar vias e obras complementares de urbanização em novas ocupações habitacionais: Águas Claras, Setor Sudoeste, Setor Noroeste, Catetinho e Taquari	div	10%	90%	DF									
- urbanizar e implantar paisagismo nos setores culturais sul e norte.	div	25%	75%	RA I									
- reorganizar o Setor Central de Brasília: SCS - SAS - SBS - SRTV.	ha	23,55	35,32	RA I									
- Implantar o programa de arborização	unid.	100.000	400.000	DF									
- executar retificações no sistema viário:				DF									
-projeto	unid.	1	-										
-pavimentação asfáltica	m²	20.111	40.224										
-meios-fios	m	7.047	14.094										
- executar obras de urbanização: Portões de entrada de Brasília, Projeto Oris, Porto Seco e revitalização da avenida W3/SUL	div	15%	85%	DF									
- reestruturar a EIG: EIG x Via do HPA (Sudoeste) e EIG x Eixo Monumental	div	50%	50%	RA I, RA XI RA I, RA II, RA IX, RA X,									
- realizar Estudos cicloviários e implantações	div	25%	75%	RA XI									
- Implantar áreas de esporte e lazer	div	25%	75%	DF									
TOTAL					855	273.230	-	273.107	2.565	839.718	32.844	873.697	

ÓRGÃO: SECRETARIA DE OBRAS-SO

Projetos e Novas Atividades

R\$1.000

SUBPROGRAMA / META	FÍSICO				FINANCEIRO						
	UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	2000				2001/2003		
					DESPESAS DE DURAÇÃO CONTÁBIL	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTÁBIL	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL
0024 - INFORMÁTICA - implantar, ampliar e aperfeiçoar as unidades de processamento de dados da Secretaria de Obras.	unid.	1	1	DF	-	225	-	225	-	250	-
0025 - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS - construir a Biblioteca Nacional, o Museu Histórico Nacional, o Prédio do Arquivo Público Nacional, Prédio Administrativo e implantar galerias subterrâneas nos setores culturais sul e norte - construir prédios próprios do Poder Público - reformar prédios e próprios do Poder Público - construir Estação Rodoviária Interestadual Interligada ao Sistema Metrô Terminal de Integração (Terminal Metro-Rodoviário) - construir e reformar prédios de esporte e lazer - construir, ampliar e reformar unidades administrativas do DER/DF - ampliar e modernizar o Centro de Convenções	unid. m² m² unid. div unid. unid.	7% 2.844 4.000 10% 20% 2 -	93% 7.500 20.000 90% 80% 68 1	RA I DF DF RA - I DF DF RA I	-	7.893	-	7.893	-	78.148	-
0035 - PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA: - investir na melhoria dos serviços de água potável, esgotamento sanitário e energia, através de Subscrição de Capital.	div.	25%	75%	DF	-	250	-	250	-	250	-
0269 - ELETRIFICAÇÃO RURAL - implantar eletrificação rural	pessoa	500	1.500	DF	-	900	-	900	-	3.000	-
0327 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA - implantar iluminação pública.	ponto	1.000	4.690	DF	-	1.350	-	1.350	-	4.690	-
0448 - SANEAMENTO GERAL - implantar o Sistema Cumbá - manter bocas de lobo e galerias	div. m	10% 86.000	90% 258.000	DF DF	855	18.900	-	19.755	2.565	89.123	32.844
0455 - DEFESA CONTRA EROSIÃO: - elaborar projetos, conservação de solos, realização de drenagem e aterro.	div	30%	70%	DF	-	810	-	810	-	2.100	-
0537 - CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS - pavimentar rodovias - construir 3ª faixa exclusiva p/ transporte coletivo nas rodovias - construir vias marginais - implantar trincheira / viaduto - duplicar rodovias - construir passagens de pedestres - construir / alargar pontes nas rodovias vicinais - implantar ligações viárias transversais na DF-003 (das marginais) - Elaborar Projetos Executivos	Km Km Km Km Km unid. unid. unid. unid. Km	90,6 24,3 37 0,8 4,9 4,7 3,9 3 49,1	481,7 41,5 75,8 1 28,4 53,5 14,9 3 198,1	DF DF DF DF DF DF DF DF DF	-	36.834	-	36.208	-	144.255	-
0538 - CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS - tratar pontos críticos - sinalização de rodovias horizontal/vertical - sinalização semafórica (veículos/pedestres) - restaurar Rodovias - restaurar Obras de Artes Especiais - melhorar o Sistema Viário: diversas rodovias	unid. Km unid. Km m Km	2,3 78 3,9 78,2 195 1,6	11,6 322,8 18,1 318,8 807,1 -	DF DF DF DF DF DF	-	18.721	-	18.370	-	90.141	-

ÓRGÃO: SECRETARIA DE OBRAS - SO

Atividades Institucionais

R\$1.000

SUBPROGRAMA / META	FÍSICO				FINANCEIRO						
	UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	2000				2001/2003		
					DESPESAS DE DURAÇÃO CONTÁBIL	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTÁBIL	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL - manter e aperfeiçoar o funcionamento da Secretaria de Obras, NOVACAP e DER. - Administração de Pessoal da Secretaria de Obras, NOVACAP e DER.	unid. pessoa	3 6.068	3 6.068	DF DF	107.895	1.985	5	109.885	325.289	5.955	15
0023 - DIVULGAÇÃO OFICIAL - realizar publicidade e propaganda - NOVACAP e DER.	unid.	1	1	DF	448	-	-	448	2.418	-	-
0575 - VIAS URBANAS - manter a infra-estrutura urbanística do Distrito Federal: - manter e conservar vias. - manter o sistema de drenagem pluvial. - manter a infra-estrutura urbana. (NOVACAP) - recuperar guarda-corpo (NOVACAP). - manter áreas urbanizadas - conservar e reformar equipamentos de esporte e lazer	km unid. km m m² div.	398 1 150 60 60.000 25%	1.592 1 450 180 240.000 75%	DF DF DF DF DF DF	5.350	-	-	5.350	16.050	-	-
0528 - PARQUES E JARDINS - manter áreas verdes e do cerrado (NOVACAP).	km²	47	141	DF	5.700	-	-	5.700	17.100	-	-
0486 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL - conceder benefícios a servidores da Secretaria de Obras, NOVACAP e DER.	pessoa	5.711	5.711		10.032	-	-	10.032	30.096	-	-
TOTAL					129.425	1.985	5	131.415	390.953	5.955	15

ÓRGÃO: SECRETARIA DE GOVERNO-SEG

Atividades Institucionais

R\$1.000

SUBPROGRAMA / META	FÍSICO				FINANCEIRO						
	UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	2000				2001/2003		
					DESPESAS DE DURAÇÃO CONTÁBIL	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTÁBIL	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL
0448 - SANEAMENTO GERAL - construir e manter galerias e redes de captação de águas pluviais - recuperar erosões	unid. unid.			DF DF	624	1.404	-	2.028	1.872	5.400	-
0486 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL - conceder Benefícios aos Serv. de SEG - conceder Benefícios aos Servidores da SUCAR	pessoa pessoa	270 390	390	DF AR's	2.301	-	-	2.301	6.903	-	-
0487 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA - promover Assistência Social Comunitária às famílias carentes	família	80	240	DF	55	-	-	55	164	-	-
0532 - TERMINAIS RODOVIÁRIOS - manter estações rodoviárias	unid.			DF	780	-	-	780	2.340	-	-
0534 - ESTRADAS VICINAIS - construir e recuperar estradas vicinais	Km			DF	234	-	-	234	702	-	-
0575 - VIAS URBANAS - recuperar vias públicas	m²			DF	156	-	-	156	468	-	-
TOTAL					92.736	9.188	76	102.000	273.905	31.760	335

ÓRGÃO: SECRETARIA DE GOVERNO-SEG

Atividades Institucionais

R\$1.000

SUBPROGRAMA / META	UNIDADE DE MEDIDA	FÍSICO			FINANCEIRO							
		2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	2000				2001/2003			
					DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL
0021 ADMINISTRAÇÃO GERAL					62.831	1.145	50	64.025	188.492	3.710	150	192.352
-manter o funcionamento da Secretaria	unid.	1	1	DF								
-manter o Conselho de Defesa dos Direitos do Negro	unid.	1	1	DF								
-manter o Conselho dos Direitos das Mulheres	unid.	1	1	DF								
-manter o Conselho de Entorpecentes do DF - CONEN	unid.	1	1	DF								
-manter o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente	unid.	1	1	DF								
-manter Conselhos Tutelares	unid.	12	19	DF								
-realizar Cerimonial do Governador	unid.	1	1	DF								
-manter o funcionamento da Coord. para Assuntos Internacionais	unid.	1	1	DF								
-manter a Coord. para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência	unid.	1	1	DF								
-manter a Subsec. para Assuntos do Idoso	unid.	1	1	DF								
-manter o funcionamento da SUCAR	unid.	1	1	DF								
-manter Administrações Regionais	unid.	19	19	AR's								
-administração de pessoal/SEG	pessoa	1.180	1.180	DF								
administração de pessoal/SUCAR-RA's	pessoa	4.540	4.540	AR's								
-equilíbrio de móveis p/equipamentos de Informática - SEG	unid.											
-equilíbrio/desenvolvimento do Sistema de Informática - SEG	unid.	3	9									
0024 - INFORMÁTICA					156	1.374	26	1.556	1.043	3.900	165	5.128
-Criar serviço Web (Provisionamento de Acesso à Internet da SEG)	unid.	1		DF								
-Reestruturação da Rede e Microcomputadores da SEG	unid.	1	3	DF								
-adquirir novos computadores SEG	unid.	1	2	DF								
-equilibrar equipamentos de suporte à Informática - SEG	unid.	4	12	DF								
-implantar Sistema de Processamento de Dados - SUCAR	unid.			AR's e SUCAR								
-Manter Sistema de Processamento de Dados	unid.											
0025 - EDIFICAÇÃO PÚBLICA					936	1.966	-	2.902	2.808	6.060	-	8.868
-construir, ampliar e reformar prédios, próprios e parques de Serviços administrativos	unid.			AR's e SUCAR								
-conservar prédios e próprios	unid.			AR's e SUCAR								
0024 - DESPORTO AMADOR					234	-	-	234	702	-	-	702
-promover atividades esportivas (SUCAR)	unid.			AR's								
0028 - PARQUES RECREATIVOS E DESPORTIVOS					1.030	172	-	1.201	3.089	660	-	3.749
-manter Parques Recreativos e Turísticos	unid.			DF								
-recuperação e construção praças e quadras esportivas e ginásios	unid.			DF								
0047 - DIFUSÃO CULTURAL					780	8	-	788	2.340	30	-	2.370
-promover atividades culturais	unid.			DF								
0023 - PLANEJAMENTO URBANO					9.360	1.560	-	10.920	26.080	6.000	-	32.080
-Executar e manter obras de urbanização e esdardimento	unid.			DF								
0027 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA					13.260	1.560	-	14.820	36.902	6.000	-	42.902
-Ampliar e Manter o Sistema de Iluminação Pública	unid.			DF								

ÓRGÃO: SECRETARIA DE FAZENDA - SEF

Projetos e Novas Atividades

R\$1.000

SUBPROGRAMA / META	UNIDADE DE MEDIDA	FÍSICO			FINANCEIRO							
		2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	2000				2001/2003			
					DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL
008 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA					11.805	47.225	-	59.030	7.473	74.773	-	82.246
Fundo de Liquidez												
- prover meios de pagamento e garantir a liquidação das obrigações contratuais assumidas pelo Distrito Federal junto ao Banco do Brasil obs. (obrigações contratuais referentes ao serviço da dívida, compreendendo amortização e encargos)	unid.	01	01	DF								
Projeto de Modernização												
- Implementar o Projeto de Fortalecimento e Modernização da Área Fiscal do DF - Área Financeira												
1- revisar e atualizar a legislação de Administração Financeira	unid.	01		DF								
2- desenvolver e implantar sistema de gestão da Dívida Fundada do Distrito Federal.	unid.	01		DF								
3- aprimorar as atividades de consolidação orientação, controle e registro das operações contábeis de administração financeira	unid.	01		DF								
4- desenvolver sistema de apoio às atividades de programação financeira e controle do fluxo de caixa integrado ao SIAFEM e SITAIF	unid.	01		DF								
0024 - INFORMÁTICA					103	-	-	103	2	-	-	2
- ampliar a rede de computadores da SUAUD.	unid.	01		DF								
- realizar a revisão geral do SIAFEM e desenvolvimento de novas rotinas	unid.	01		DF								
0030 - ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS					2.688	1.297	-	3.985	-	-	-	-
- Implementar o Projeto de Fortalecimento e Modernização da Área Fiscal do DF - Área Tributária												
1-Administração												
- equipe de Coordenação do Projeto, despesas administrativas, material de expediente.	pessoa	09		DF								
2-Consultoria												
- consultoria nas diversas áreas contempladas pelo Projeto visando o fortalecimento e modernização da SUREC	unid.	21		DF								
3-Capacitação												
- treinar servidores da SUREC	pessoa	1.000		DF								
4-Equipamento de Informática												
- adquirir equipamentos para modernização tecnológica da SUREC	unid.	13		DF								
5-Equipamento de Apoio e Comunicação												
- adquirir equipamento para fortalecimento da área fiscal	unid.	11		DF								
6-Infra-Estrutura												
- construção e adequação física de ambientes	unid.	01		DF								
7-Outros Investimentos												
- despesa com concurso e folha de técnicos tributários	unid.	46		DF								
8-Imprevistos												
Gastos Financeiros												
- custos com fundo de vigilância (BID), comissão de crédito e juros	unid.			DF								
0032 - CONTROLE INTERNO					243	-	-	243	171	-	-	171
- desenvolver e implantar novo modelo organizacional e operacional para o Sistema de Controle Interno	unid.	01		DF								
- desenvolver e implantar sistema de apoio às atividades de auditoria	unid.	01	01	DF								
- atualizar e ampliar acervo de documentação técnica e viabilizar acesso automatizado	unid.	127	254	DF								
TOTAL					14.839	48.522	-	63.361	7.646	74.773	-	82.419

ÓRGÃO: SECRETARIA DE FAZENDA-SEF

Atividades Institucionais

R\$1.000

SUBPROGRAMA / META	UNIDADE DE MEDIDA	FÍSICO			FINANCEIRO							
		2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	2000				2001/2003			
					DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL
- Pesquisa de Opinião - Políticas Públicas												
0057 - INFORMAÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS					99	-		99	3.716	975		4.691
- Realizar Estudos de Novas Técnicas e Equipamentos:	unid.	04	12	DF								
- IntraNet												
- GDFNet												
- Geoprocessamento												
- BUG do Milênio												
0347 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL						1.000		1.000		3.000		3.000
- manter o programa de estímulo à implantação de empreendimentos industriais no DF, através da concessão de financiamentos	unid.	01	01	DF								
0486 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL					2.181	-		2.181	6.580	-		6.580
- proporcionar aos servidores o recebimento dos auxílios ao vale, vale alimentação e assistência pré-escolar												
1- Secretaria de Fazenda												
- Vale - Transporte	pessoa	1.450	1.450	DF								
2- CODEPLAN												
- Vale - Refeição	pessoa	625	625	DF								
- Vale - Transporte	pessoa	248	248	DF								
- Auxílio Creche	pessoa	164	164	DF								
- Assistência Saúde	pessoa	582	582	DF								
0492 - PREVIDÊNCIA SOCIAL A SEGURADOS					23.000	-		23.000	69.000	-		69.000
- contribuir para o seguro desemprego, pagamento de abono anuais e para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (PASEP).	unid.	12	36	DF								
0495 - PREVIDÊNCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS					75.022	-		75.022	230.962	-		230.962
- realizar pagamento de inativos e pensionistas	unid.	85	255	DF								
TOTAL					245.932	59.057	-	304.989	804.459	218.172	-	1.022.631

ÓRGÃO: SECRETARIA DE FAZENDA-SEF

Atividades Institucionais

R\$1.000

SUBPROGRAMA / META	UNIDADE DE MEDIDA	FÍSICO			FINANCEIRO							
		2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	2000				2001/2003			
					DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL					73.100	600		73.700	248.712	2.745		251.457
- manter e aperfeiçoar o funcionamento da Secretaria de Fazenda e da Codeplan	unid.	02	02	DF								
- Administração de Pessoal (Secretaria de Fazenda e CODEPLAN)	unid.	2099	2099	DF								
- capacitar pessoal (Secretaria de Fazenda e CODEPLAN)	pessoa	592	1778	DF								
0023 - DIVULGAÇÃO OFICIAL					650	-		650	9.000	-		9.000
- realizar a divulgação dos atos, fatos e políticas públicas												
1- Secretaria de Fazenda	unid.	150	450	DF								
2- CODEPLAN	unid.	150	450	DF								
0024 - INFORMÁTICA					8.443	480		8.923	25.329	1.440		26.769
- manter tecnologicamente atualizados os sistemas de processamento de dados da Secretaria de Fazenda	unid.	10	10	DF								
0032 - CONTROLE INTERNO					16	16		32	48	48		96
- examinar e relatar Tomada de Contas Especial												
- examinar e relatar Tomada de Contas:												
1- Agente de Material	unid.	86	198	DF								
2- Ordenador de despesas	unid.	60	180	DF								
- examinar e relatar Prestação de Contas	unid.	32	96	DF								
- realizar auditorias em órgãos/Entidades do DF.												
0033 - DÍVIDA INTERNA					55.557	50.062	-	105.619	186.897	186.365	-	373.262
- realizar o pagamento de amortizações, juros e outras obrigações decorrentes de empréstimos internos (exceto despesas com amortização e encargos da dívida, vinculadas ao Fundo de Liquidez do Metrô/DF)	unid.	52	148	DF								
0034 - DÍVIDA EXTERNA					5.835	6.889		12.724	15.057	20.667		35.724
- realizar o pagamento de amortizações, juros e outras obrigações decorrentes de empréstimos externos	unid.	02	06									
0044 - INFORMAÇÃO GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS					1.243	-		1.243	1.415	2.902		4.317
- Produzir e Manter Sistemas de Informações Geográficas e Estatísticas:												
- Serviço de Atendimento ao Cidadão												
- Sistema Cartográfico do DF - SICAD												
- Sistema Territorial e Urbano - SITURB												
- Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos - SIGRE												
- Atendimento e Vendas												
- Sistema de Informações Estatísticas do DF - SIADF												
- Soluções Gerenciais												
0045 - ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICO-SOCIAL					786	10		796	7.742	30		7.772
- Elaborar Estudos, Desenvolver e Implantar Sistemas de Informações de Natureza Territorial, Sócio-Econômicas e Populacionais:	unid.	09	27	DF								
- Pesquisa de Emprego e Desemprego												
- Índice do Custo de Vida												
- Contas Regionais/PIB												
- Indicadores Conjunturais												
- Indicadores Sócio-Econômico												
- Demografia												
- Pesquisa Sócio-Econômica												

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESPORTES E VALORIZAÇÃO DA JUVENTUDE-SEVJ

Projetos e Novas Atividades

R\$1.000

SUBPROGRAMA / META	UNIDADE DE MEDIDA	FÍSICO			FINANCEIRO							
		2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	2000				2001/2003			
					DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL
0024 - INFORMÁTICA						40		40		120		120
- adquirir e manter equipamento de informática da SEVJ	unid.	08	06	DF								
0224 - DESPORTO AMADOR					110	-		110	540			540
- criar Conselho Distrital de Esportes	unid.	01	01	DF								
- revitalizar os Jogos Infantis do DF	unid.	01	03	DF								
- inatuir os Jogos Olímpicos de Verão	unid.	01	03	DF								
- realizar o Programa de Esportes nas quadras, em parceria com a comunidade	unid.	01	03	DF								
- Implantar programas visando a prevenção das drogas junto ao jovem através do esporte e lazer	unid.	04	12	DF								
0227 - DESPORTO PROFISSIONAL					50	-		50	140			140
- criar incentivo para o desenvolvimento das diversas modalidades esportivas, profissionalização e apoio aos atletas carentes em cooperação com a iniciativa privada	unid.	1	3	DF								

0228 - PARQUES RECREATIVOS E DESPORTIVOS					170	-	-	170	1.089	-	-	1.089
- implantar clubes de unidade de vizinhança em todas as cidades	unid.	04	11	DF								
- construir centros de esporte e lazer no DF em parceria com a iniciativa privada e as comunidades	unid.	03	09	DF								
0234 - ASSOCIATIVISMO ESTUDANTIL					31	-	-	31	100	-	-	100
- desenvolver programas de fortalecimento das atividades estudantis do DF	unid.	20	03	DF								
- apoiar as iniciativas comunitárias visando paz nas escolas	unid.	19	19	DF								
0247 - DIFUSÃO CULTURAL					10	-	-	10	40	-	-	40
- conceder espaços para exposição de novos talentos jovens	m²	1300	40000	DF								
TOTAL					371	40	-	411	1.909	120	-	2.029

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESPORTES E VALORIZAÇÃO DA JUVENTUDE-SEVJ

ATIVIDADES INSTITUCIONAIS												R\$1.000
SUBPROGRAMA / META	FÍSICO				FINANCEIRO							
	UNIDADE DE MEDIDA	2000		REGIONALIZAÇÃO	2000				2001 / 2003			
		2000	2001/2003		DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL					4.250	-	-	4.250	12.750	-	-	12.750
- manter e aperfeiçoar o funcionamento da Secretaria de Esportes e Valorização da Juventude	unid.	1	1	DF								
- administração de pessoal	pessoa	148	148	DF								
- manter e reformar prédios e próprios da SEVJ	unid.	6	18	DF								
0486 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL					120	-	-	120	360	-	-	360
- conceder benefícios a servidores	pessoa	148	148	DF								
0224 - DESPORTO AMADOR					1.469	-	-	1.469	3.611	-	-	3.611
- desenvolver, apoiar e realizar programas na área de lazer e recreação	unid.	14	42	DF								
- apoiar iniciativas na promoção de eventos esportivos	unid.	18	54	DF								
TOTAL					5.839	-	-	5.839	16.721	-	-	16.721

ÓRGÃO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO-SE

PROJETOS E NOVAS ATIVIDADES					FINANCEIRO									R\$1.000
SUBPROGRAMA / META	UNIDADE DE MEDIDA	FÍSICO			2000				2001/2003				TOTAL	
		2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL				
0188 - ENSINO REGULAR					-	26.180	-	26.180	-	114.803	99.138	213.941		
- Informatizar o sistema educacional	escola	24	58	DF										
Construção, Ampliação e Reforma														
Educação Infantil														
- construir e equipar unidades escolares	escola	5	15	DF										
- reformar e reequipar unidades escolares	escola	2	6	DF										
Ensino Fundamental														
- construir e equipar unidade escolares	escola	10	20	DF										
- reformar e reequipar unidades escolares	escola	50	100	DF										
- ampliar e equipar unidades escolares	sala	34	110	DF										
Ensino Médio														
- construir e equipar unidade escolares	escola	3	7	DF										
- reformar e reequipar unidades escolares	escola	5	5	DF										
- ampliar e equipar unidades escolares	sala	5	10	DF										
Ensino Profissional														
- construir e equipar unidade escolares	escola	2	6	DF										
- reformar e reequipar unidades escolares	escola	2	3	DF										
- ampliar e equipar unidade escolares	sala		20	DF										
0205 - ENSINO DE GRADUAÇÃO					100	-	-	100	300	-	-	300		
- estágio para alunos de ensino médio profissionalizante e superior	alunos	500	1.500	DF										
0237 - MATERIAL DE APOIO PEDAGÓGICO					3.513	-	-	3.513	25.539	-	-	25.539		
- garantir o acesso e permanência da criança na escola	escola	200.200	600.600	DF										
- apoiar professores com material didático.	escola	5000	15000	DF										
TOTAL					3.613	26.180	-	29.793	25.839	114.803	99.138	239.780		

ÓRGÃO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO-SE

atividades institucionais

RS1 000

SUBPROGRAMA / META	FÍSICO				FINANCEIRO							
	UNIDADE DE MEDIDA	2000		REGIONALIZAÇÃO	2000				2001/2003			
		2000	2001/2003		DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL
C21 - ADMINISTRAÇÃO GERAL					197.404	13	-	197.417	592.212	39	-	592.251
- manter o funcionamento da Secretaria	unid.			DF								
- manter o funcionamento do Centro de Recursos Tecnológicos	unid.	1	1	DF								
- administração de pessoal	pessoa			DF								
214 - INFORMÁTICA					91	-	-	91	273	-	-	273
- manter o sistema de processamento de dados	unid.	2	2	DF								
0185 - CRECHE					123	-	-	123	369	-	-	369
- manter creche	unid.			DF								
0158 - ENSINO REGULAR					431.982	255	-	432.237	1.283.943	765	-	1.284.708
- manter o ensino fundamental	alunos	350.000	1.050.000	DF								
- administração de pessoal do ensino fundamental	pessoa			DF								
- manter o Ensino médio	alunos	87.000	270.000	DF								
- manter programas suplementares de Assistência ao Educando	alunos	82.000	250.000	DF								
- executar pequenos reparos e manter as instalações elétricas e hidro-sanitárias	escola	58	168	DF								
- manter o ensino especial	alunos	5.800	17.500	DF								
0190 - EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR					2.056	-	-	2.056	6.168	-	-	6.168
- manter o ensino pré-escolar	alunos	30.000	100.000	DF								
- conceder cesta pré-escolar	família	4.000	12.000	DF								
0213 - CURSO DE SUPLENÇA					18	38	-	56	54	114	-	168
- manter o ensino supletivo	alunos	68.000	210.000	DF								
0217 - TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS					170	-	-	170	510	-	-	510
- treinar e capacitar pessoal	pessoa	15.000	45.000	DF								
0223 - EDUCAÇÃO FÍSICA					662	-	-	662	1.986	-	-	1.986
- manter as atividades de Educação Física	alunos	10.000	30.000	DF								
0235 - BOLSAS DE ESTUDO					33.853	-	-	33.853	206.158	-	-	206.158
- conceder Bolsa Escola	família	50.000	150.000	DF								
- conceder Bolsa Auxílio Normalista	alunos	2.800	8.400	DF								
0486 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL					32.341	-	-	32.341	97.023	-	-	97.023
- conceder benefícios a servidores	pessoa			DF								
0495 - PREVIDÊNCIA SOCIAL E INATIVOS E PENSIONISTAS					291.352	-	-	291.352	874.056	-	-	874.056
- realizar pagamento a inativos e pensionistas	pessoa			DF								
TOTAL					990.052	306	-	990.358	3.062.752	918	-	3.063.670

ORGÃO: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITACIONAL-SDUH

Projetos e Novas Atividades

SUBPROGRAMA / META	FÍSICO				FINANCEIRO								RS1.000,00
	UNIDADE DE MEDIDA	2000			REGIONALIZAÇÃO	2000				2001/2003			
		2000	2001/2003	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUA		DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	
0022 - DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOGRAFIA - informatizar o arquivo de plantas de urbanismo, arquitetura e biblioteca.	unid.	1	1	DF	26	2	-	28	13	6	-	19	
0025 - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS - construir edifício sede do IPOF.	unid.	1	1	DF	12	-	-	12	-	160	-	160	
TOTAL					38	2	-	40	13	166	-	179	

ORGÃO: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITACIONAL-SDUH

Atividades Institucionais

SUBPROGRAMA / META					FÍSICO			FINANCEIRO							R\$1.000,00	
					UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	2000				2001/2003			
									DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL									21.324	1.761	-	23.085	61.220	105	-	61.325
- manter e aperfeiçoar o funcionamento da SDUH, IPOF e IDHAB.					unid.	3	3	DF								
- administração de pessoal do SDUH, IPOF e IDHAB.					pessoa	636	636	DF								
0023 - DIVULGAÇÃO OFICIAL									54	-	-	54	122	-	-	122
- publicar e divulgar atos, códigos e trabalhos diversos					diversos			DF								
0024 - INFORMÁTICA									19	4	-	23	74	17	-	91
- implantar, aperfeiçoar sistema de processamento de dados					unid.	1	1	DF								
033 - DÍVIDA INTERNA									3.761	2.035	-	5.796	4.152	2.245	-	6.397
- amortizar dívida originária do SFH								DF								
0323 - PLANEJAMENTO URBANO									304	10	-	314	1.046	13	-	1.059
- elaborar e revisar o PDOT					unid.	1	1	DF								
- elaborar e revisar PDL					unid.	19	19	DF								
- projetos urbanísticos					unid.	60	60	DF								
- estudos urbanísticos especiais					unid.	10	10	DF								
- implantar o SITURB					unid.	1	1	DF								
- implantar o SISPLAN					unid.	1	1	DF								
0472 - VALE TRANSPORTE									30	-	-	30	126	-	-	126
- conceder vale transporte					pessoa	75	75	DF								
0478 - SERVIÇO SOCIAL									21	-	-	21	63	-	-	63
- auxílio creche					pessoa	24	24	DF								
057 - HABITAÇÃO									358	16.179	-	16.537	2.138	66.200	-	68.338
- produzir habitações urbanas					unid.	10.000	30.000	DF								
- melhorar habitações populares urbanas					unid.	25.000	75.000	DF								
- regularizar imóveis					unid.	45.000	180.000	DF								
TOTAL									25.871	19.989	0	45.860	68.941	68.580	0	137.521

ORGÃO: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-SDE

Projetos e Novas Atividades

PROJETOS E NOVAS ATIVIDADES					R\$1.000												
SUBPROGRAMA / META					FÍSICO				FINANCEIRO								
					UNIDADE DE MEDIDA	2000			2000				2001/2003				
						2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	
0055 - PESQUISAS APLICADAS																	
- elaborar Pesquisa					unid.	1	3	DF	10	-	-	10	68	-	-	-	68
0346 - PROMOÇÃO INDUSTRIAL																	
- implantar projeto de Treinamento e Capacitação Técnico-Tecnológica de Gerenciamento					unid.	1	3	DF	40	-	-	40	77	-	-	-	77
- criar Distritos Industriais nas cidades satélites					unid.	1	3	DF									
- criar células industriais para pequenos e micro-empresários					unid.	1	2	DF									
- criar Distrito Industrial para grandes Indústrias.					unid.	1	3	DF									
0354 - PROMOÇÃO INTERNA DO COMÉRCIO																	
- implantar projeto de Modernização de Micro e Pequenas Empresas					unid.	1	3	DF	30	-	-	30	50	-	-	-	50
- criar setor de armazenamento					unid.	1	3	DF									
- incentivar a criação de micro e pequenas empresas e apoiar as existentes					unid.	1	3	DF									
0355 - PROMOÇÃO EXTERNA DO COMÉRCIO																	
- implantar o polo Brasil - Central - Porto Seco					unid.	1	3	DF	10	-	-	10	75	-	-	-	75
TOTAL									90	-	-	90	270	-	-	-	270

ORGÃO: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE

Atividades Institucionais

ATIVIDADES INSTRUMENTAIS											RS1.000		
SUBPROGRAMA / META	FÍSICO				FINANCEIRO								
	UNIDADE DE MEDIDA	2000		2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	2000				2001/2003			
						DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL
021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL					2.841	-	-		2.841	8.523	-	-	8.523
- manter o funcionamento da unidade	unid.	1	1	DF									
- administração de pessoal	pessoa	118	118	DF									
0346 - PROMOÇÃO INDUSTRIAL					3	-	-		3	9	-	-	9
- manter Centro de Tecnologia de Brasília	unid.	1	1	DF									
0355 - PROMOÇÃO EXTERNA DO COMÉRCIO					6	-	-		6	18	-	-	18
- promover e apoiar seminários e palestras	unid.	1	3	DF									
0486 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL					10	-	-		10	30	-	-	30
- conceder benefícios a servidores	pessoa	118	118	DF									
TOTAL					2.860	-	-		2.860	8.560	-	-	8.560

ORGÃO: SECRETARIA DE CULTURA-SC

Projetos e Novas Atividades

PROJETOS E NOVAS ATIVIDADES					R\$1.000								
SUBPROGRAMA / META		FÍSICO			FINANCEIRO								
		UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	2000				2001/2003			
						DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL
0217 - TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS						104	-	-	104	360	-	-	360
- promover a formação e capacitação dos servidores da SC		pessoa	840	1920	DF								
0246 - PATRIMÔNIO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO						615	505	-	1.120	600	-	-	600
- fazer obras de restauração, paisagismo e urbanização do conjunto HJKO		unid.	01	01	DF								
- implantar o Centro de Referência do Artesanato e Arte Popular		unid.	01	01	DF								
- elaborar e implantar o Projeto Museográfico de exposição permanente do Museu Vivo da Memória Candonga		unid.	01	01	DF								
- inventariar o Patrimônio Cultural do Distrito Federal		unid.	01	01	DF								

0247 - DIFUSÃO CULTURAL				3.061	802	-	3.863	10.882	2	-	10.884
- adquirir instrumentos e equipamentos musicais para OSTNGS	unid.	50									
- implantar o Projeto Oficina do Saber Fazer	unid.	60	180	DF							
- implantar o Projeto Arte por Toda Parte	unid.	01	01	DF							
- recuperar e reequilibrar o Pólo de Cinema e Vídeo	unid.	20		DF							
- criar linha especial de financiamento e incentivo ao patrocínio de filmes	unid.	10	30	DF							
- criar o Parque das Nações, Parque Temático sobre a cultura de cada um dos países com representação em Brasília	unid.	01	01	DF							
- construir o Complexo Cultural da República em parceria com o Governo Federal	unid.	03	03	RA I							
TOTAL				3.780	1.307	-	5.087	11.842	2	-	11.844

ÓRGÃO: SECRETARIA DE CULTURA-SC

Atividades Institucionais

SUBPROGRAMA / META	FÍSICO				FINANCEIRO						
	UNIDADE DE MEDIDA	2000			2000						
		2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTRINADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTRINADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL					15.701	109	-	15.810	47.313	-	-
- manter e aperfeiçoar o funcionamento da SC e ArPDP	unid.	2	2	DF							
- administração de pessoal	pessoa	551	551	DF							
0024 - INFORMÁTICA					35	35	-	70	30	30	-
- informatizar e modernizar a SC	unid.	1	1	DF							
0031 - ASSISTÊNCIA FINANCEIRA					640	-	-	640	1.920	-	-
- assessorar a Sociedade Civil Memorial JK	unid.	1	1	RA1							
- assessorar a Fundação Oscar Niemeyer	unid.	1	1	RA1							
0246 - PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO					61	9	-	70	183	27	-
- divulgar a história do DF	unid.	1	1	DF							
- pesquisar sobre a história do DF	unid.	1	1	DF							
- preservar a documentação permanente	unid.	1	1	DF							
0247 - DIFUSÃO CULTURAL					1.920	60	-	1.980	9.442	180	-
- manter o funcionamento dos espaços culturais e de memória	unid.	19	19	DF							
- revitalizar e funcionar o OSTNGS	unid.	1	1	DF							
- promover e incentivar programas culturais	unid.	600	1.800	DF							
- apoiar e incentivar a arte e a cultura no DF	unid.	19	55	DF							
- reformar prédios e próprios	unid.	4	10	DF							
- manter o programa mala do livro	unid.	1	1	DF							
- premiar a Bolsa Brasília de Produção Literária	unid.	1	1	DF							
- prêmio Renato Russo	unid.	1	1	DF							
0486 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL					593	-	-	593	1.781	-	-
- conceder benefícios a servidores	pessoa	551	551	DF							
TOTAL					18.950	213	-	19.162	60.669	237	-

ÓRGÃO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - SCS

Atividades Institucionais

SUBPROGRAMA / META	FÍSICO				FINANCEIRO						
	UNIDADE DE MEDIDA	2000			2000						
		2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTRINADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTRINADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL					2.550	-	-	2.550	7.650	-	-
- manter o funcionamento da unidade	unid.	1	1	DF							
- remunerar servidores	pessoa	109	109	DF							
0023 - DIVULGAÇÃO OFICIAL					15.645	-	-	15.645	46.935	-	-
- editar o Diário Oficial	unid.	360	360	DF							
- realizar publicidade e propaganda	unid.	1.500	1.500	DF							
0486 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL					55	-	-	55	165	-	-
- conceder benefícios a servidores	pessoa	70	70	DF							
TOTAL					18.250	0	0	18.250	54.750	0	0

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS-SAF

Projetos e Novas Atividades

SUBPROGRAMA / META	FÍSICO				FINANCEIRO						
	UNIDADE DE MEDIDA	2000			2000						
		2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTRINADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTRINADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL					1.121	212	-	1.333	3.375	638	-
- manter e aperfeiçoar o funcionamento da Secretaria de Assuntos Fundiários e Departamento de Terras da FZDF	unid.	01	01	DF							
- administração de pessoal (SAF e DTR/FZDF)	pessoa	155	75	DF							
0317 - HABITAÇÕES RURAIS					1.027	-	-	1.027	3.075	-	-
- regularizar propriedades	unid.	500	2.000	DF							
- realizar levantamento fundiário	unid.	500	2.000	DF							
0486 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL					140	-	-	140	412	-	-
- conceder benefícios a servidores	pessoa	155	75	DF							
TOTAL					2.288	212	0	2.500	6.862	638	0

ÓRGÃO: SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA

Projetos e Novas Atividades

SUBPROGRAMA / META	FÍSICO				FINANCEIRO						
	UNIDADE DE MEDIDA	2000			2000						
		2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTRINADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTRINADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL					1.300	150	-	1.450	3.900	450	-
- manter e aperfeiçoar o funcionamento da Secretaria	unid.	01	01	DF							
- administração de pessoal	pessoa	40	40	DF							
0495 - PREVIDÊNCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS					1.050	-	-	1.050	3.150	-	-
- implantar o sistema de previdência complementar dos servidores públicos	unid.	01	01	DF							
TOTAL					2.350	150	0	2.500	7.050	450	0

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO-SEADE

Projetos e Novas Atividades

PROJETOS E NOVAS ATIVIDADES					R\$1.000									
SUBPROGRAMA / META		FÍSICO			FINANCEIRO									
		UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	2000				2001/2003				
						DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	
0110 - COOPERATIVISMO						40	-	-	40	120	-	-	120	
-implantar cooperativas de produção leiteira		unid.	4	12	DF e Entorno									
0077 - IRRIGAÇÃO						40	-	-	40	120	-	-	120	
-perfuração de poços artesanais na região do Entorno do DF		unid.	50	150	DF e Entorno									
0096 - SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS						30	75	-	105	70	225	20	315	
-melhorias em estradas vicinais e outras vias de escoamento de produção		Km	600	1.800	DF e Entorno									
0217 - TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS						300	-	-	300	900	-	-	900	
-treinamento e qualificação de mão-de-obra na região do Entorno		unid.	500	1.500	DF e Entorno									
0247 - DIFUSÃO CULTURA						50	-	-	50	150	-	-	150	
-promoção de festas populares, eventos folclóricos na região do DF e Entorno		unid.	20	60	DF e Entorno									
TOTAL						460	75	0	535	1.380	225	20	1.605	

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO-SEADE

Atividades Institucionais

Atividades Institucionais											R\$1.000			
SUBPROGRAMA / META	FÍSICO				FINANCEIRO									
	UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	2000				2001/2003					
					DESPESAS DE DURAÇÃO CONTÍNUA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTÍNUA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL		
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL					1.780	150	-	1.930	5.325	450	50	5.825		
-manter e melhorar a estrutura da SEADE	unid.	1	1	DF										
-administração de Pessoal	pessoas	80	80	DF										
0024 - INFORMÁTICA					10	25	-	35	20	40	10	70		
-adquirir novos e manter os equipamentos de informática da SEADE	unid	15	15	DF										
TOTAIS					1.790	175	0	1.965	5.345	490	60	5.895		

ÓRGÃO: SECRETARIA DE AGRICULTURA DO DISTRITO FEDERAL-SA

Projetos e Novas Atividades

PROJETOS e Novas Atividades					R\$1.000									
SUBPROGRAMA / META	FÍSICO				FINANCEIRO									
	UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	REGIONAL	2000				2001/2003					
					DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL		
0025 - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS						60	-	-	60	-	-	-	-	-
- construir agências	unid.	2	0	DF										
0080 - PRODUÇÃO DE SEMENTES E MUDAS					20	-	-	-	20	360	-	-	-	360
- produzir mudas frutíferas, cercas-viva, ornamentais e de reflorestamento	unid.	300	900	DF										
- adquirir insumos e implementos agrícolas	unid.	500	1.500	DF										
0085 - DESENVOLVIMENTO DA PESCA					30	-	-	-	30	90	-	-	-	90
- produzir alevinos	unid.	1.000.000	3.000.000	DF										
- manter os tanques de piscicultura	unid.	020	020	DF										
0105 - CONSERVAÇÃO DO SOLO					50	70	-	-	120	150	210	-	-	360
- adquirir equipamentos	unid.	003	006	DF										
- adquirir veículos	unid.	2	003	DF										
TOTAL					100	130	0	0	230	600	210	0	0	810

ÓRGÃO: SECRETARIA DE AGRICULTURA DO DISTRITO FEDERAL-SA

Atividades Institucionais

Atividades Institucionais				R\$1.000									
SUBPROGRAMA / META	UNIDADE DE MEDIDA	FÍSICO			FINANCEIRO								
		2000	2001/2003	REGION	2000				2001/2003				
					DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	
- realizar fiscalizações animais	unid.	1.200	3.600	DF									
- realizar análises laboratoriais vegetais	unid.	400	2.400	DF									
- realizar análises laboratoriais animais	unid.	600	3.600	DF									
- adquirir equipamentos	unid.	50	100	DF									
- adquirir veículos	unid.	5	10	DF									
0095 - EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE PREÇOS					40	70	-	110	120	210	-	330	
-adquirir equipamentos	unid.	3	5	DF									
- adquirir veículos	unid.	1	2	DF									
0111 - EXTENSÃO RURAL					1.266	240	-	1.506	3.798	720	-	4.518	
- assistir a produtor familiar	pessoa	4.230	4.442										
- assistir a outros produtores rurais	pessoa	5.349	5.616										
- assistir a outros públicos beneficiários	pessoa	25.521	26.797										
- assistir em Agricultura	pessoa	3.850	4.000										
- assistir em comercialização agrícola	pessoa	1.500	1.800										
- assistir em defesa sanitária vegetal	pessoa	1.092	2.000										
- assistir as agroindústrias	unid.	200	240										
- assistir as hortas educativas	unid.	388	388										
- assistir em meio ambiente	pessoa	950	1.045										
- assistir em pecuária	pessoa	2.940	3.087										
- assistir em defesa sanitária animal	pessoa	2.950	2.950										
- assistir em economia doméstica	família	1.343	1.410										
- assistir a organização rural	unid.	174	184										
- assistir a reforma agrária	família	536	536										
- assistir em crédito rural (projetos)	unid.	320	960										
0112 - PROMOÇÃO AGRÍCOLA					470	4.703	100	5.273	1.410	15.000	300	16.710	
- adquirir material p/ revenda	unid.	1.500	4.500	DF									
- manter o funcionamento das unidades	unid.	11	17	DF									
- reabrir as unidades de revenda do entorno	unid.	8	-	Entorno									
- adquirir caminhões	unid.	2	-	DF									
- adquirir equipamentos para emissão de cupom fiscal	unid.	8	9	DF									
- edificar a revenda do Taguatinga	unid.	1	-	DF									
0486 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL					2.204	-	-	2.204	6.612	-	-	6.612	
- conceder auxílio-creche	pessoa	382	382	DF									
- conceder vale-transporte	pessoa	363	363	DF									
- conceder vale-alimentação	pessoa	1.122	1.122	DF									
TOTAIS					37.876	7.087	297	45.270	115.377	19.722	891	135.990	

0025 - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS - conservar prédios e próprios			DF	45.000	-	-	45.000	135.000	-	-	135.000
0217 - TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS - realizar cursos de capacitação, seminários e palestras, para servidores da Administração Direta - realizar concursos para seleção de candidatos a cargos públicos	unid. unid.	50 20	300 60	DF DF	1.750	-	-	1.750	5.500	-	5.500
0468 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL - conceder benefícios a servidores	pessoa	700	700	DF	500	-	-	500	1.400	-	1.400
0495 - PREVIDÊNCIA SOCIAL E INATIVOS E PENSIONISTAS - manter pagamento de inativos e pensionistas	pessoa	9.100	9.100	DF	112.993	-	-	112.993	342.263	-	342.263
TOTAL					181.801	-2.636	20	184.457	542.314	9.842	552.206

ÓRGÃO: SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL-SECRAS

Projetos e Novas Atividades

R\$1.000

SUBPROGRAMA / META		FÍSICO			FINANCEIRO								
					2000				2001/2003				
		UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL
- reformar os CDS's (nove unid.)		m²	2250	4500	DF								
- construir novos CDS's (três unid.)		m²	450	900	DF								
- reformar o galpão e construir lavanderia do CAS		m²	300		DF								
0487 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA						210	-	-	210	213	-	-	213
- incentivar a formação de grupos associativos de interesse comunitário		grupos	19	40	DF								
- implantar os Fóruns Regionais de Assistência Social		grupos	04	12	DF								
- executar as plenárias de Assistência Social e da III Conferência Distrital da Assistência Social		confer.	01	01	DF								
- cadastrar os usuários do passe livre especial		cadastro	01		DF								
- realizar o mapeamento da exclusão social no Distrito Federal		doc.	01		DF								
- catalogar os recursos públicos e privados da área de assistência social		doc.	01		DF								
TOTAL						7.180	4.407	23	11.610	24.252	0	0	24.252

ÓRGÃO: SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL-SECRAS

Projetos e Novas Atividades

R\$1.000

SUBPROGRAMA / META				físico			FINANCEIRO							R\$1.000	
							2000				2001/2003				
				UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL		DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL								1.446	189	23	1.657	6.383	-	-	6.383
- reordenar administrativamente:				unid.	01	DF									
- contratar consultoria															
- redimensionar o quadro de pessoal (contratação de 1.192 servidores da FSSDF e 179 da SECRAS)				pessoa	477	894	DF								
- treinar e capacitar servidores e trabalhadores em ENG'S				pessoa	580	1.353	DF								
- reequipar as Unidades Operativas				verba			DF								
- ampliar e manter a frota de veículos				verba			DF								
- manter o Conselho de Assistência Social (Incremento)				unid.	01	01	DF								
0024 - INFORMÁTICA								130	30	-	160	183	-	-	183
- informatizar e equipar o Sistema de Assistência Social				unid.	60	60	DF								
- contratar consultoria				unid.	01		DF								
- atualizar hardware				unid.	01	01	DF								
- atualizar software				unid.	01	01	DF								
- alocar circuito de 64K - Telebrasil				unid.	19	19	DF								
0326 - SERVIÇOS FUNERÁRIOS								-	598	-	598	-	-	-	-
- construir 02 (dois) cemitérios				unid.	02		DF								
0483 - ASSISTÊNCIA AO MENOR								1.431	1.965	-	3.397	5.409	-	-	5.409
- redimensionar as ações de apoio e orientação sócio-educativa:															
- atender diariamente nos COSE'S				pessoa	5260	6312	DF								
- atender noturnamente nos fins de semana em COSE'S				pessoa	700	850	DF								
- atender na Granja das Oliveiras					2000	2400	DF								
- expandir os lares de cuidados diurnos				criança	500	1500	DF								
- atender o adolescente infrator:															
- construir e equipar unidade-CAJE				unid.	01		DF								
- ampliar e reformar o CAJE				m2	2220		DF								
- ampliar as unidades de semi-liberdade (aluguel e equipamentos)				unid.	03	03	DF								
- construir o berçário do CRT				m2	170		DF								
- reformar os COSE'S				m2	3750	7500	DF								
Benefícios															
- conceder bolsa aprendizagem para adolescentes de 14 a 18 anos				pessoa	1.000	1.000	DF								
- atender a pessoa em situação de rua:															
- ampliar o programa SOS Criança (Brasília, Taguatinga, Núcleo Bandeirante e Sobradinho)				pessoa	2.300	2.300	DF								
- implantar e equipar Casas Laras				unid.	02	03	DF								
0486 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL								3.963	1.625	-	5.588	12.064	-	-	12.064
- ampliar o atendimento de orientação e apoio sócio-familiar				família	3.000	3.000	DF								
- ampliar a rede de parcerias				convênio	10	10	DF								
- instituir a casa de referência para população de rua				pessoa	25	25	RAI								
- implantar lares abrigos dos egressos psiquiátricos do Sistema Penal				pessoa	08	08	DF								
Benefício															
- auxiliar socialmente os egressos do sistema penal				família	200	300	DF								
- instituir o auxílio natalidade				família	14300	15600	DF								
- prestar serviços funerários gratuitamente				pessoa	1800	1980	DF								
- proporcionar renda mínima para famílias sem rendimentos com crianças de 0 a 06 anos, gestantes e nutrízes em estado de desnutrição				família	2970	3240	DF								

ÓRGÃO: SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL-SECRAS

Atividades Institucionais

R\$1.000

SUBPROGRAMA / META	R\$ 1.000											
	FÍSICO				FINANCEIRO							
	UNIDADE DE MEDIDA	2000			2000				2001/2003			
		2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL - manter e aperfeiçoar o funcionamento da SECRAS e Fundação do Serviço Social - administração de pessoal	unid. pessoa	2 2.167	2 2.167	DF DF	41.874	423	-	42.298	128.598	1.679	-	130.277
0024 - INFORMÁTICA - instalar e manter o sistema de processamento de dados	unid.	2	2	DF	8	2	-	10	99	29	-	128
0326 - SERVIÇOS FUNERÁRIOS - manter cemitérios e serviços funerários	unid.	6	6	DF	1.240	36	-	1.276	3.831	141	-	3.972

0483 - ASSISTÊNCIA AO MENOR				4.069	133	-	4.202	17.361	555	-	17.936
- reintegrar a família socialmente	peçoas	1.850	1.850	DF							
- atender à criança e ao adolescente privado de convivência familiar	peçoas	1.880	1.880	DF							
- instituir o programa SOS Criança	peçoas	7.700	7.700	DF							
- apoiar e orientar sócio-educativamente	peçoas	7.880	7.880	DF							
- atender meninos e meninas de rua	peçoas	4.645	4.645	DF							
- atender em creches	peçoas	4.170	4.170	DF							
- conceder bolsa aprendizagem a adolescentes	peçoas	280	280	DF							
- implementar o Programa Jovem Cidadão	unid.	1	1	DF							
- atender ao adolescente infrator	peçoas	4.170	4.170	DF							
- apoiar e promover a assistência integral à criança e ao adolescente	peçoas	9.130	9.130	DF							
0485 - ASSISTÊNCIA À VELHICE				43	-	-	43	561	-	-	561
- apoiar e promover assistência ao idoso	peçoas	630	630	DF							
0486 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL				1.061	8	-	1.069	4.338	33	-	4.371
- apoiar e assistir ao deficiente físico, mental e sensorial	peçoas	-	563	DF							
- manter o funcionamento do abrigo de mulheres	peçoas	22	22	DF							
- orientar e apoiar sócio-familiarmente	famílias	57.500	57.500	DF							
- atender a população de rua	peçoas	1.865	1.865	DF							
- conceder benefício a servidores	peçoas	2.165	2.165	DF							
- apoiar financeiramente as entidades de tratamento de dependentes químicos											
0487 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA				13	15	-	28	51	57	-	108
- atender a população carente	programa	1	1	DF							
0495 - PREVIDÊNCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS				8.265	-	-	8.265	24.795	-	-	24.795
- pagar inativos e pensionistas da FSS/DF	peçoas			DF							
TOTAL				56.573	618	-	57.191	179.654	2.494	-	182.148

ÓRGÃO: PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL-PRG

Atividades Institucionais

SUBPROGRAMA / META	FÍSICO				FINANCEIRO								TOTAL
	UNIDADE DE MEDIDA	2000			2000				2001/2003				TOTAL
		2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL					24.265	490		24.755	72.795	1.470			74.265
- coordenar e manter o funcionamento dos serviços administrativos da PRG	unid.	01	01	DF									
- coordenar e manter o funcionamento do CEAJUR	unid.	01	01	DF									
- remunerar servidores do CEAJUR	peçoas	182	182	DF									
- remunerar servidores ativos	peçoas	276	276	DF									
0024 - INFORMÁTICA					100	300		400	300	900			1.200
- manter o funcionamento do sistema de processamento de dados da PRG	unid.	01	01	DF									
0466 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL					580			580	1.740				1.740
- conceder benefícios a servidores	peçoas	232	232	DF									
0495 - PREVIDÊNCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS					19.600			19.600	58.800				58.800
- remunerar inativos	peçoas	222	222	DF									
- remunerar pensionistas	peçoas	32	32	DF									
0215 - CURSOS DE QUALIFICAÇÃO					90			90	270				270
- treinar e capacitar servidor	peçoas	458	458	DF									
TOTAL					44.635	790	0	45.425	133.905	2.370	0	0	138.275

ÓRGÃO: GABINETE DO VICE-GOVERNADOR-GVG

Atividades Institucionais

SUBPROGRAMA / META	FÍSICO				FINANCEIRO								TOTAL
	UNIDADE DE MEDIDA	2000			2000				2001/2003				TOTAL
		2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	
0021 - Administração Geral					1.120	20		1.140	3.360	60			3.420
- manter o funcionamento da unidade.	unid.	1	1	DF									
- administração pessoal	peçoas	80	80	DF									
0466 - Assistência Social Geral					40	0	0	40	120	0	0	0	120
- conceder benefícios a servidores	peçoas	40	40	DF									
TOTAL					1.160	20	0	1.180	3.480	60	0	0	3.540

ÓRGÃO: CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL-CLDF

Atividades Institucionais

SUBPROGRAMA / META	FÍSICO				FINANCEIRO								TOTAL
	UNIDADE DE MEDIDA	2000			2000				2001/2003				TOTAL
		2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	
0002 - CONTROLE EXTERNO					70	-	-	70	210	-	-	-	210
- fiscalizar e controlar os órgãos de administração direta e indireta do GDF	unid.	01	01	DF									
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL					76.410	740	-	77.150	229.230	2.220	-	-	231.450
- manter e aperfeiçoar o funcionamento da Câmara Legislativa	unid.	01	01	DF									
- treinar e aperfeiçoar o quadro de servidores da CLDF	peçoas	1.500	1.500	DF									
- Administração de Pessoal	peçoas	1.630	1.630	DF									
0023 - DIVULGAÇÃO OFICIAL					2.912	-	-	2.912	9.606	-	-	-	9.606
- realizar publicidade e propaganda para atividades da Câmara Legislativa	unid.	01	01	DF									
- manter o funcionamento da TV Legislativa	unid.	01	01	DF									
0024 - INFORMÁTICA					870	340	-	1.210	2.610	1.020	-	-	3.630
- manter e ampliar o sistema de processamento de dados	unid.	01	01	DF									
0025 - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS					-	390	-	390	-	300	-	-	300
- realizar reformas no edifício sede da CLDF	unid.	01	01	DF									
- construir galpão para armazenar materiais específicos	m²	500		DF									
- ampliar estacionamento da CLDF	m²	1.400		DF									
0428 - ASSISTÊNCIA MÉDICA SANITÁRIA					2.178	-	-	2.178	6.534	-	-	-	6.534
- manter o fundo de assistência à saúde dos servidores da CLDF	unid.	01	01	DF									
0466 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL					8.100	-	-	8.100	24.300	-	-	-	24.300
- conceder benefícios a servidores	peçoas	1.630	1.630	DF									
0495 - PREVIDÊNCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS					2.000	-	-	2.000	6.000	-	-	-	6.000
- realizar pagamento de inativos e pensionistas	peçoas	40	40	DF									
TOTAL					92.540	1.470	0	94.010	278.490	3.540	0	0	282.030

ANEXO V

Investimento das Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista

DESPESAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

QUADRO CONSOLIDADO POR EMPRESA

EMPRESAS	DESPESAS (Em R\$ 1.000,00 DE JAN/95)		
	2000	2001 a 2003	TOTAL
Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S/A	2.000	1.500	3.500
Sociedade de Abastecimento de Brasília	988	1.832	2.820
Companhia Energética de Brasília	78.784	233.915	467.699
Companhia de Água e Esgoto de Brasília	141.435	379.482	520.917
Companhia Imobiliária de Brasília	42.900	127.950	170.850
Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília	14.400	26.100	40.500
TOTAL GERAL	281.507	770.779	1.206.286

SECRETARIA DE AGRICULTURA
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL S/A - CEASADESPESAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
POR SUBFUNÇÃO E PRINCIPAIS PROJETOS

SUBFUNÇÃO - OBJETIVO - PROJETO	INVESTIMENTOS (R\$ 1.000,00)		
	2000	2001 a 2003	TOTAL
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
OBJETIVO	2.000	1.500	3.500
Modernizar e ampliar as instalações físicas da CEASA/DF aumentando a oferta de espaços físicos a produtores rurais, comerciantes atacadistas de hortifrutigranjeiros e de produtos manufaturados de produtos nacionais e importados.			
PROJETO			
Ampliar as instalações físicas da CEASA/DF.			

SECRETARIA DE AGRICULTURA
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL S/A - CEASA

DETALHAMENTO DAS METAS FÍSICAS

SUBFUNÇÃO / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE	
		2000	2001 a 2003
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Ampliar as instalações físicas da CEASA/DF.	m²	15.000	11.250
TOTAL			26.250

SECRETARIA DE AGRICULTURA
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL S/A - CEASA

DETALHAMENTO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO

ESPECIFICAÇÃO DA FONTE DE RECURSO	ANO (R\$ 1.000,00)	
	2000	2001 a 2003
OUTRAS FONTES - DIRETAMENTE ARRECADADAS	2.000	1.500
TOTAL	2.000	1.500

SECRETARIA DE AGRICULTURA
SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S/A - SABDESPESAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
POR SUBFUNÇÃO E PRINCIPAIS PROJETOS

SUBFUNÇÃO - OBJETIVO - PROJETO	INVESTIMENTOS (R\$ 1.000,00)		
	2000	2001 a 2003	TOTAL
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	100	300	400
OBJETIVO			
Adquirir equipamentos para alcançar condições ideais para o seu funcionamento.			
PROJETO			
Modernizar e adquirir equipamentos para a administração.			
126 - TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO	120	250	370
OBJETIVO			
Implantar automação comercial nas unidades de vendas.			
PROJETO			
Modernizar e adquirir equipamentos para a administração.			
692 - COMERCIALIZAÇÃO	788	1.282	2.050
OBJETIVO			
Ampliar o processo de comercialização através da modernização e instalação de novas unidades de vendas, atacado da SAB, unidades volantes de atendimento social e unidade de montagem de cestas básicas.			
PROJETO			
Ampliar e modernizar o sistema de comercialização			

SECRETARIA DE AGRICULTURA
SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S/A - SAB

DETALHAMENTO DAS METAS FÍSICAS

SUBFUNÇÃO / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE	
		2000	2001 a 2003
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Dotar a administração de condições ideais para o seu funcionamento, reequipando-a.	Unid.	10	15
126 - TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO			
Implantar a automação comercial nas unidades de vendas e apoio visando maior eficiência e agilidade no processo de comercialização.	Unid.	10	10
692 - COMERCIALIZAÇÃO			
Modernizar unidades de venda existentes	Unid.	04	04
Instalar novas unidades de vendas.	Unid.	01	03
Estruturar o atacado;	Unid.	01	04
Instalar unidades de montagem de cestas básicas.	Unid.	01	01
Adquirir caminhões e transformar em unidades volantes de atendimento social.	Unid.	01	04

SECRETARIA DE AGRICULTURA
SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S/A - SAB

DETALHAMENTO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO

ESPECIFICAÇÃO DA FONTE DE RECURSO	ANO (R\$ 1.000,00)	
	2000	2001 a 2003
OUTRAS FONTES/GERAÇÃO PRÓPRIA	988	1.832
TOTAL	988	1.832

SECRETARIA DE OBRAS
COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEBDESPESAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
POR SUBFUNÇÃO E PRINCIPAIS PROJETOS

SUBFUNÇÃO - OBJETIVO - PROJETO	INVESTIMENTOS (R\$ 1.000,00)		
	2000	2001 a 2003	TOTAL
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	6.338	8.205	14.543
OBJETIVO			
Modernizar e reestruturar as agências de atendimento, o sistema de transporte, informática e instalações gerais, visando facilitar a missão da empresa.			
PROJETOS			
Modernizar o sistema de transporte e aquisição de veículos;			
Ampliar e melhorar o sistema de informática			
Realizar obras civis e diversas instalações gerais.			

SUBFUNÇÃO - OBJETIVO - PROJETO	INVESTIMENTOS (R\$ 1.000,00)		
	2000	2001 a 2003	TOTAL
752 - ENERGIA ELÉTRICA	26.033	37.840	68.873
OBJETIVO			
Melhorar as condições operacionais da Usina do Paraná e incrementar novos projetos de geração de energia (Usinas de Queimado, Lajeado e Cornubá IV), possibilitando a expansão dos negócios e do sistema.			
PROJETOS			
Melhorar a Usina do Paraná;			
Realizar novos aproveitamentos energéticos			

SUBFUNÇÃO - OBJETIVO - PROJETO	INVESTIMENTOS (R\$ 1.000,00)		
	2000	2001 a 2003	TOTAL
752 - ENERGIA ELÉTRICA	2.000	28.000	30.000
OBJETIVO			
Incrementar novos projetos de geração de energia termelétrica, possibilitando a expansão dos negócios e do sistema.			
PROJETOS			
Realizar estudos e projetos de usina termelétrica;			
Construir usina termelétrica.			
752 - ENERGIA ELÉTRICA	11.369	36.724	48.093
OBJETIVO			
Possibilitar a transmissão de energia elétrica em quantidade e qualidade adequada aos consumidores, dando maior capacidade operacional, implantando, ampliando, melhorando e automatizando as subestações de transmissão visando atender a demanda de energia elétrica no Distrito Federal.			
PROJETOS			
Implantar e melhorar linhas de transmissão.			
Implantar e ampliar subestações de transmissão			
Melhorar e automatizar subestação de transmissão			

SUBFUNÇÃO - OBJETIVO - PROJETO	INVESTIMENTOS (R\$ 1.000,00)		
	2000	2001 a 2003	TOTAL
752 - ENERGIA ELÉTRICA	34.044	123.146	157.190
OBJETIVO			
Construir e melhorar as redes de distribuição aérea, subterâneas e rural, dotando as unidades consumidoras de medição, melhorando a qualidade do fornecimento de energia elétrica, possibilitando maior confiabilidade ao sistema, reduzindo o nível de perdas, visando a distribuição de energia elétrica em quantidade e qualidade adequada aos consumidores.			
PROJETOS			
Construir e melhorar redes de distribuição aérea.			
Construir e melhorar redes de distribuição subterâneas.			
Construir e melhorar rede de distribuição rural.			
Adquirir e instalar medidores.			
Melhorar os processos de distribuição de energia elétrica.			
Implantar e melhorar subestações de distribuição			

SECRETARIA DE OBRAS
COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB

DETALHAMENTO DAS METAS FÍSICAS

SUBFUNÇÃO / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE		
		2000	2001 a 2003	TOTAL
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL				
• Modernizar o sistema de transporte;	Unid.	1	2	3
• Adquirir veículos;	Unid.	60	210	270
• Ampliar o sistema de informática;	Unid.	7	21	28
• Melhorar o sistema de informática;	Unid.	13	29	42
• Modernizar as agências de atendimento;	m²	120	1.000	1.120
• Reestruturar as agências de atendimento;	m²	120	1.000	1.120
• Modernizar as instalações gerais;	Unid.	3	9	12
• Reestruturar as instalações gerais;	Unid.	3	9	12
• Adquirir ferramentas e equipamentos;	Unid.	70	210	280
752 - ENERGIA ELÉTRICA				
• Melhorar a usina do Paraná;	Unid.	1	1	2
• Incrementar novos projetos de geração de energia;	Unid.	3	1	4
752 - ENERGIA ELÉTRICA				
• Estudar os projetos de usina termelétrica;	Unid.	1	0	1
• Construir usinas termelétricas;	Unid.	0	2	2
752 - ENERGIA ELÉTRICA				
• Implantar linhas de transmissão;	Km	60	110	170
• Melhorar linhas de transmissão;	Km	20	60	80
• Implantar subestações de transmissão;	Unid.	1	2	3
• Ampliar subestações de transmissão;	Unid.	2	11	13
• Melhorar subestação de transmissão;	Unid.	23	30	53
• Automatizar subestação de transmissão;	Unid.	3	13	16
• Adquirir ferramentas e equipamentos;	Unid.	74	150	224
752 - ENERGIA ELÉTRICA				
• Construir redes de distribuição aérea;	m	250.000	780.000	1.030.000
• Melhorar redes de distribuição aérea;	m	160.000	380.000	540.000
• Construir redes de distribuição subterrânea;	m	70.000	210.000	280.000
• Melhorar redes de distribuição subterrânea;	m	10.000	33.000	43.000
• Construir redes de distribuição rural;	m	140.000	360.000	500.000
• Melhorar redes de distribuição rural;	m	25.000	90.000	115.000
• Adquirir medidores;	Unid.	30.000	90.000	120.000
• Instalar medidores;	Unid.	30.000	90.000	120.000
• Melhorar os processos de distribuição de energia elétrica;	Unid.	2	6	8
• Implantar subestações de distribuição;	Unid.	5	66	71
• Melhorar subestações de distribuição;	Unid.	5	18	23
• Adquirir ferramentas e equipamentos;	Unid.	12	39	51

SECRETARIA DE OBRAS
COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB

DETALHAMENTO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO

ESPECIFICAÇÃO DA FONTE DE RECURSO	ANO (R\$ 1.000,00)	
	2000	2001 a 2003
GERAÇÃO PRÓPRIA	57.784	169.915
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	22.000	64.000
TOTAL	79.784	233.915

SECRETARIA DE OBRAS
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA - CAESBDESPESAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
POR SUBFUNÇÃO E PRINCIPAIS PROJETOS

SUBFUNÇÃO - OBJETIVO - PROJETO	INVESTIMENTOS (R\$ 1.000,00)		
	2000	2001 a 2003	TOTAL
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	5.000	12.800	17.800
OBJETIVO			
• Disponibilizar equipamentos com tecnologia adequada a uma eficiente prestação de serviços			
PROJETO			
• Ampliar e modernizar os equipamentos da companhia			
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	6.806	18.282	25.088
OBJETIVO			
• Executar obras civis de construção, ampliação e reforma de unidades administrativas e operacionais da companhia			
PROJETO			
• Construir, ampliar e reformar unidades administrativas e operacionais			

SUBFUNÇÃO - OBJETIVO - PROJETO	INVESTIMENTOS (R\$ 1.000,00)		
	2000	2001 a 2003	TOTAL
512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO	47.922	129.700	187.622
OBJETIVO			
• Planejar, projetar, executar e operar os sistemas produtores de águas do Distrito Federal			
PROJETOS			
• Ampliar e melhorar os sistemas produtores;			
• Ampliar e melhorar os sistemas distribuidores;			
• Realizar programa de controle operacional			
512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO	14.100	44.000	58.100
OBJETIVO			
• Elaborar estudos, projetos e executar pequenas obras de abastecimento de água e esgotamento sanitário bem como implantar sistemas de água e de esgotos em diversos condomínios			
PROJETOS			
• Ampliar e melhorar os sistemas de água potável e esgotos			
• Realizar programa de abastecimento de água e esgotamento sanitário em comunidades rurais			
• Desapropriar terrenos			
512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO	67.607	164.700	232.307
OBJETIVO			
• Planejar, projetar, operar e manter os sistemas de coleta e de tratamento de esgotos do DF			
PROJETOS			
• Ampliar os sistemas coletores de esgotos;			
• Ampliar sistemas de tratamento e disposição final de esgotos			

SECRETARIA DE OBRAS
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA - CAESB

DETALHAMENTO DAS METAS FÍSICAS

SUBFUNÇÃO / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE		
		2000	2001 a 2003	TOTAL
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL				
• Ampliar e modernizar os equipamentos da companhia	Unid.	-	-	-
• Adquirir materiais, equipamentos e veículos para atender as unidades administrativas, operacionais e de manutenção	Unid.	-	-	-
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL				
• Construir, ampliar e reformar as unidades administrativas	Unid.	3	6	9
• Construir prédios;	Unid.	4	10	14
• Reformar e ampliar galpões;	Unid.	4	8	12
• Reformar e ampliar prédios e unidades operacionais	Unid.	6	10	16
512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO				
• Ampliar e melhorar os sistemas produtores	Unid.	7	20	27
• Implantar, ampliar e melhorar sistemas produtores;	Unid.	4	12	16
• Implantar, recuperar e melhorar ETAs;	Unid.	6	15	21
• Implantar, recuperar e melhorar elevatórias;	Unid.	12	24	36
• Proteger mananciais;	Unid.	12	24	36
• Implantar, ampliar e melhorar adutoras	Metros	3.700	8.000	11.700
• Ampliar e melhorar os sistemas distribuidores	Unid.	8	18	26
• Implantar, ampliar e melhorar elevatórias;	Unid.	10	22	32
• Implantar e recuperar reservatórios;	Unid.	10	22	32
• Implantar, setorizar, substituir e reforçar redes e adutoras	Km	300	900	1.200
• Programa de Controle Operacional	Diversos	-	-	-
• Implantar, medição, micromedição, telemetria, telecomando, setorização, e cadastro georreferenciado nos sistemas de abastecimento de água	Diversos	-	-	-
512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO				
• Ampliar e melhorar os sistemas de água potável e esgotos	Unid.	-	-	-
• Elaborar estudos técnicos necessários à ampliação dos sistemas de água e esgotos, bem como executar obras de pequeno vulto, principalmente em condomínios de baixa renda	Diversos	-	-	-

SUBFUNÇÃO / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE		
		2000	2001 a 2003	TOTAL
• Programa de abastecimento de água e esgotamento sanitário em comunidades rurais	ha	-	-	-
• Perfurar poços, implantar redes de abastecimento de água, implantar sistemas alternativos de esgotamento sanitário e melhorar os sistemas já implantados de abastecimento de água	ha	-	-	-
• Terrenos - Desapropriação	ha	100	300	400
• Adquirir e desapropriar áreas	ha	-	-	-
512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO				
• Ampliar e melhorar os sistemas coletores de esgotos	Km	120	300	420
• Implantar, ampliar e melhorar redes coletores de esgotos sanitários e interceptores em diversas localidades	Km	120	300	420
• Ampliar o sistema de tratamento e disposição final de esgotos	Unid.	10	27	37
• Implantar, ampliar e melhorar estações de tratamento de esgotos e estações elevatórias em diversas localidades do DF	Unid.	10	27	37

SECRETARIA DE OBRAS
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA - CAESB

DETALHAMENTO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO

ESPECIFICAÇÃO DA FONTE DE RECURSO	ANO (R\$ 1.000,00)	
	2000	2001 a 2003
OUTRAS FONTES	141.435	379.482
TOTAL	141.435	379.482

SECRETARIA DE OBRAS
COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAPDESPESAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
POR SUBFUNÇÃO E PRINCIPAIS PROJETOS

SUBFUNÇÃO - OBJETIVO - PROJETO	INVESTIMENTOS (R\$ 1.000,00)		
	2000	2001 a 2003	TOTAL
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.300	3.900	5.200
OBJETIVO			
• Promover ações administrativas visando a eficiência da Gestão Pública e o apoio à execução de programas governamentais			
PROJETO			
• Adquirir equipamentos e material permanente			

SECRETARIA DE OBRAS
COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP

DETALHAMENTO DAS METAS FÍSICAS

SUBFUNÇÃO / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE		
		2000	2001 a 2003	TOTAL
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	Diversos	-	-	-

SECRETARIA DE OBRAS
COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP
DETALHAMENTO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO

ESPECIFICAÇÃO DA FONTE DE RECURSO	ANO (R\$ 1.000,00)	
	2000	2001 a 2003
OUTRAS FONTES/GERAÇÃO PRÓPRIA	1.300	3.900
TOTAL	1.300	3.900

SECRETARIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP
DESPESAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
POR SUBFUNÇÃO E PRINCIPAIS PROJETOS

SUBFUNÇÃO - OBJETIVO - PROJETO	INVESTIMENTOS (R\$ 1.000,00)		
	2000	2001 a 2003	TOTAL
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.500	7.500	10.000
OBJETIVO			
• Melhorar as condições de trabalho, de gestão empresarial e de gerenciamento do patrimônio.			
PROJETOS			
• Adquirir e modernizar equipamentos.			
• Renovar frota de veículos.			
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	400	450	850
OBJETIVO			
• Executar obras, reformas e construir unidade administrativa.			
PROJETOS			
• Construir unidade administrativa;			
• Reformar próprios.			

SUBFUNÇÃO - OBJETIVO - PROJETO	INVESTIMENTOS (R\$ 1.000,00)		
	2000	2001 a 2003	TOTAL
127 - ORDENAMENTO TERRITORIAL	30.000	90.000	120.000
OBJETIVO			
• Realizar projetos e estudos urbanísticos para criação de áreas destinadas à habitação, comércio, indústria, serviços e outros, implantar infra-estrutura e serviços urbanos.			
PROJETOS			
• Executar obras de infra-estrutura e serviços urbanos;			
• Elaborar projetos e estudos urbanísticos.			
692 - COMERCIALIZAÇÃO	3.000	9.000	12.000
OBJETIVO			
• Adquirir e/ou recuperar áreas de interesse público e indenizar beneficiárias para o desenvolvimento de projetos, com vistas a atender a demanda do mercado imobiliário e subsidiar os programas sociais e de desenvolvimento econômico do Governo.			
PROJETO			
• Realizar operações imobiliárias			

SUBFUNÇÃO - OBJETIVO - PROJETO	INVESTIMENTOS (R\$ 1.000,00)		
	2000	2001 a 2003	TOTAL
061 - AÇÃO JUDICIÁRIA	7.000	21.000	28.000
OBJETIVO			
• Promover desapropriações para solucionar questões fundiárias de interesse do Distrito Federal.			
PROJETO			
• Regularizar questões fundiárias.			

SECRETARIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP
DETALHAMENTO DAS METAS FÍSICAS

SUBFUNÇÃO / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE		
		2000	2001 a 2003	TOTAL
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL				
• Adquirir materiais e equipamentos;	Diversos	-	-	-
• Renovar frota de veículos.	Unid.	25	-	25
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL				
• Construir unidade administrativa;	Unid.	01	-	01
• Reformar próprios.	Unid.	02	02	04
127 - ORDENAMENTO TERRITORIAL				
• Elaborar EPLA/RIMA;	Diversos	-	-	-
• Elaborar projetos urbanísticos;	Diversos	-	-	-
• Implantar infra-estrutura e serviços urbanos	Diversos	-	-	-
692 - COMERCIALIZAÇÃO				
• Adquirir e/ou recuperar áreas;	Diversos	-	-	-
• Indenizar beneficiárias de áreas desapropriadas e/ou recuperadas	Diversos	-	-	-
061 - AÇÃO JUDICIÁRIA				
• Efetuar acordos judiciais de questões fundiárias	Diversos	-	-	-

SECRETARIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP
DETALHAMENTO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO

ESPECIFICAÇÃO DA FONTE DE RECURSO	ANO (R\$ 1.000,00)	
	2000	2001 a 2003
OUTRAS FONTES	42.900	127.950
TOTAL	42.900.000	127.950.000

SECRETARIA DE TRANSPORTES
SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA - TCB
DESPESAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
POR SUBFUNÇÃO E PRINCIPAIS PROJETOS

SUBFUNÇÃO - OBJETIVO - PROJETO	INVESTIMENTO (R\$ 1.000,00)		
	2000	2001 a 2003	TOTAL
453 - TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	14.400	26.100	40.500
OBJETIVOS			
• Adequar os serviços de transporte de passageiros a condições ideais de conforto e segurança.			
• Modernizar e automatizar a TCB.			
PROJETOS			
• Renovar frota;	12.000	24.000	36.000
• Reformar garagem.	300	500	800
• Automatizar o controle da venda e recebimento do Passe Estudantil;	100	-	100
• Implantar o Sistema de bilhetagem eletrônica.	2.000	1.600	3.600

SECRETARIA DE TRANSPORTES
SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA - TCB
DETALHAMENTO DAS METAS FÍSICAS

SUBFUNÇÃO/METAS	UNIDADE	QUANTIDADE		
		2000	2001 a 2003	TOTAL
453 - TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS				
• Renovar a frota.	Unid	150	300	450
• Modernizar e automatizar a TCB.	Unid	1	1	2

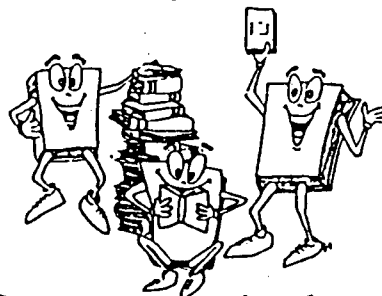
SECRETARIA DE TRANSPORTES
SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA - TCB
DETALHAMENTO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO

ESPECIFICAÇÃO DA FONTE DE RECURSO	ANO (R\$ 1.000,00)	
	2000	2001 a 2003
OUTRAS FONTES	14.400	26.100
TOTAL	14.400	26.100

Clube do Livro

Só falta você.

Venha participar do Clube do Livro da
Câmara Legislativa do DF.



Para ser sócio, basta
doar um livro e retirar
até cinco de uma vez.

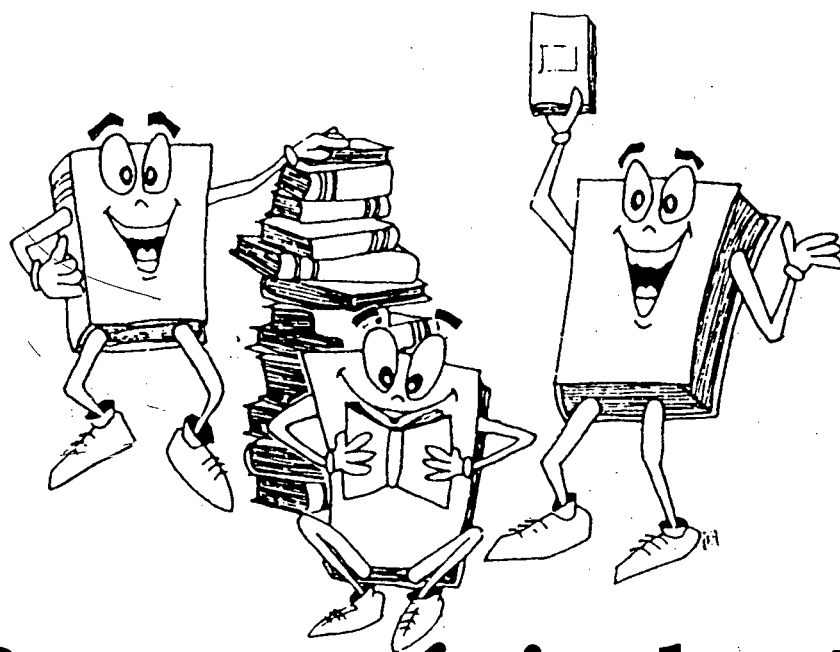
Venha para o Clube do Livro.
Só falta você.

Clube do Livro
Biblioteca da Câmara Legislativa
Tel.: (061) 348.8432

Clube do Livro

Só falta você.

**Venha participar do Clube do Livro da
Câmara Legislativa do DF.**



**Para ser sócio, basta
doar um livro e retirar
até cinco de uma vez.**

**Venha para o Clube do Livro.
Só falta você.**

Clube do Livro

Biblioteca da Câmara Legislativa

Tel.: (061) 348.8432